



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGGEO

FABRÍCIO PAULA DE SOUZA

“É A VIDA DELES AQUELA PESCARIA”:
os processos de identificação territorial dos pescadores artesanais de São José do
Norte/RS

Rio Grande
2024

FABRÍCIO PAULA DE SOUZA

“É A VIDA DELES AQUELA PESCARIA”:
os processos de identificação territorial dos pescadores artesanais de São José do
Norte/RS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Rio Grande como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientação: Dra. Juliana Cristina Franz

Rio Grande
2024

Ficha Catalográfica

S729v Souza, Fabrício Paula de.
“É a vida deles aquela pescaria”: os processos de identificação territorial dos pescadores artesanais de São José do Norte/RS / Fabrício Paula de Souza. – 2024.
168 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Grande/RS, 2024.
Orientadora: Dra. Juliana Cristina Franz .

1. Geografia Cultural 2. Pesca artesanal 3. Identidade Territorial
4. Códigos Culturais I. Franz, Juliana Cristina II. Título.

CDU 911.375.3

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

FABRÍCIO PAULA DE SOUZA

“É A VIDA DELES AQUELA PESCARIA”:
os processos de identificação territorial dos pescadores artesanais de São José do
Norte/RS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Rio Grande como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Juliana Cristina Franz

(Orientadora)

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni

(Examinador Externo)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Cristiano Quaresma de Paula

(Examinador interno)

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização e para a conclusão bem-sucedida deste trabalho de pesquisa. Encerrar uma etapa longa e árdua como essa só é possível se tivermos ao nosso lado pessoas que nos auxiliam na caminhada.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Juliana Franz, pela orientação constante, disponibilidade irrestrita, valiosas sugestões que foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação e, sobretudo, pela parceria e pela compreensão, sem as quais eu não teria conseguido. Seu acolhimento e sua dedicação foram inspiradores e fundamentais para o meu crescimento acadêmico, profissional e, sobretudo, pessoal. Sou grato pela oportunidade de trabalhar contigo. Obrigado por encarar esse projeto comigo e se doar tanto para que ele se realizasse! À Cecília, pela co-orientação extraoficial, e por dividir a atenção da mamãe dela comigo: muito, muito obrigado!

À banca examinadora, Prof. Cristiano Quaresma de Paula e Prof. Antonio Carlos Castrogiovanni, agradeço pelo aceite e pela disposição para avaliar este trabalho e pelos comentários construtivos que contribuíram para a qualidade final desta dissertação. Agradeço também à Profa. Helena Brum Neto pelas considerações na banca de qualificação. Cada comentário, conselho e sugestão foram acatados com carinho, qualificando ainda mais o trabalho. Muito obrigado!

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FURG, agradeço pela troca de conhecimentos, pelos debates enriquecedores e pela atmosfera acadêmica que contribuiu para o meu aprendizado. Dou ênfase ao companheirismo durante as disciplinas e a parceria no cumprimento dos créditos, possibilitando um ambiente saudável e acolhedor.

À minha família e amigos, meu profundo agradecimento pelo apoio emocional e incentivo ao longo deste desafiador percurso. A Tafarel, meu parceiro de vida, agradeço por estar sempre presente cuidando de tudo enquanto eu me dedicava à pesquisa. Não foi fácil me aturar durante a construção deste trabalho, mas aturar vocês foi ainda pior. Não importa, nós conseguimos.

À Jaqueline Borges, pela parceria apocalíptica desde o início do mestrado, aturando minhas reclamações, me acolhendo sempre que preciso, e por ser tão... tão

importante durante tudo isso. Sem palavras para agradecer pela tua amizade e pelo teu carinho. Levo para vida cada momento vivido por nós.

Aos colegas e amigos do Núcleo de Análises Urbanas e Culturais, Prof. Solismar Martins, Profa. Juliana Franz, Profa. Andréa Maio, Aline Mendes, Alessa Vaz, Giovanna Soares, Jaqueline Borges, Leonardo Greque, Maristel San Martin, Nathan Pereira, Valdoir Junior e demais, obrigado pelo acolhimento e pela parceria durante nossas expedições de estudos.

Agradeço também aos projetos em que estive envolvido durante o curso. Enfatizo o “Vida, Voz e Cor dos Sujeitos da Pesca Artesanal da Lagoa dos Patos”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, e ao “Investigações sobre a constituição da prática profissional de professores da Educação Básica das Escolas do Campo - Educampo”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Oportunidades que me abriram portas. Sou eternamente grato por toda aprendizagem.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelo fomento à pesquisa através da bolsa de mestrado. Obrigado pelo apoio financeiro no desenvolvimento desta pesquisa. Viva a Universidade pública, gratuita e de qualidade!

Por fim, agradeço a todos os pescadores e pescadoras artesanais que contribuíram para este trabalho, direta ou indiretamente. Enfatizo meu agradecimento aos que emprestaram seu tempo e seu conhecimento através de entrevistas: Claudia, Suzana, Lisandro, Darlei, Jonas, Laerte, Silvano, Ruan, Cleiton, Marco Aurelio, Deivid, Maria Celedi, Alcino, Adilson e Adriana. Este trabalho só foi possível graças a cada um de vocês e só faz sentido pela participação de vocês. Fico feliz pelo acolhimento e pelo aceite para colaborar. Que esta pesquisa venha a servir como estratégia de reconhecimento de nossas culturas!

Por fim, e não menos importante, agradeço a mim por acreditar, pela superação das minhas próprias limitações e por batalhar por esta conquista, mesmo em meio à situações adversas.

A todos vocês e tantos outros não citados: muito obrigado!

*Desde o começo dos tempos águas e chão se amam.
Eles se entram amorosamente
E se fecundam.
Nascem formas rudimentares de seres e de plantas
Filhos dessa fecundação.
Nascem peixes para habitar os rios
E nascem pássaros para habitar as árvores.
Águas ainda ajudam na formação das conchas e dos caranguejos.
As águas são a epifania da Natureza. [...]
Penso com humildade que fui convidado para o banquete destas águas.
Porque sou de brejo.
Porque sou de brejo.
Acho que as águas iniciam os pássaros
Acho que as águas iniciam as árvores e os peixes
E acho que as águas iniciam os homens.
Nos iniciam. [...]
Todos somos devedores destas águas.
Somos todos começos de brejos e de rãs. [...]
Penso que os homens deste lugar são a continuação destas águas.*

Manoel de Barros

RESUMO

Este trabalho centra-se no estudo da identidade territorial e nas manifestações culturais associadas à pesca artesanal no município de São José do Norte/RS. Com ênfase nos estudos da Geografia Cultural, a pesquisa aborda discussões teóricas que consideram a constituição das identidades culturais e territoriais na contemporaneidade em suas diversas formas de representação. A cultura, nesse contexto, emerge como uma dimensão fundamental da vida humana, sustentando manifestações que distinguem diferentes grupos sociais. Com o objetivo de compreender a formação das identidades culturais e territoriais dos pescadores artesanais em São José do Norte, por meio da interpretação de códigos culturais e marcadores territoriais, a pesquisa fundamenta-se no método pós-estruturalista, com abordagem qualitativa. O estudo foi desenvolvido a partir de um diálogo próximo com os pescadores, utilizando trabalho de campo em cinco comunidades específicas (Barranco, Capivaras, Passinho, Quinta Secção da Barra e Várzea), observação participante, entrevistas com roteiros semiestruturados, diário de campo, fotografias, pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados revelam a formação de uma identidade territorial evidente em códigos culturais que permeiam representações, abrangendo desde elementos imateriais, como conhecimentos tradicionais, valores, crenças, hábitos, linguagem e transmissão oral da cultura, até elementos materiais, como estruturas à beira da praia, redes e apetrechos de pesca, embarcações, residências e toda a dinâmica comunitária cotidiana. Este estudo contribui para a reflexão sobre a perpetuação da cultura dos pescadores artesanais nesse contexto de pesquisa, concentrando-se no modo de vida, no senso de pertencimento e na resistência cultural como impulsionadores da manutenção da atividade pesqueira e do vínculo simbólico com o território pesqueiro, constituindo processos de identificação territorial.

Palavras-chave: Geografia Cultural, Pesca artesanal, Identidade Territorial, Códigos Culturais.

ABSTRACT

This work focuses on the study of territorial identity and cultural manifestations associated with artisanal fishing in the municipality of São José do Norte/RS. With an emphasis on Cultural Geography studies, the research engages in theoretical discussions considering the formation of cultural and territorial identities in contemporary times, in their various forms of representation. Culture, in this context, emerges as a fundamental dimension of human life, sustaining manifestations that differentiate various social groups. With the aim of understanding the formation of cultural and territorial identities of artisanal fishermen in São José do Norte, through the interpretation of cultural codes and territorial markers, the research is grounded in the post-structuralist method with a qualitative approach. The study was developed through close dialogue with fishermen, employing fieldwork in five specific communities (Barranco, Capivaras, Passinho, Quinta Secção da Barra, and Várzea), participant observation, interviews with semi-structured scripts, field diary, photographs, bibliographical research, and documentary analysis. The results reveal the composition of a territorial identity evident in cultural codes that permeate representations, encompassing both immaterial elements such as traditional knowledge, values, beliefs, habits, language, and oral transmission of culture, and material elements such as structures along the beach, fishing nets and gear, vessels, residences, and the entire daily community dynamics. This study contributes to reflecting on the perpetuation of the culture of artisanal fishermen in this research context, focusing on lifestyle, a sense of belonging, and cultural resistance as drivers for maintaining fishing activities and the symbolic connection with the fishing territory, constituting processes of territorial identification.

Keywords: Cultural Geography, Artisanal Fishing, Territorial Identity, Cultural Codes.

PRÓLOGO

Tudo o que não invento é falso

Esta pesquisa é resultado de uma tentativa de invenção. Uma busca de significados, de simbolismos e de reconhecimento que exige a invenção de um novo olhar para a questão cultural, visualizando legitimar culturas marginais, invisíveis e populares, como a pesca artesanal, que me inicia como sujeito no mundo.

A ideia de "invenção" é um empréstimo, uma licença poética que me concede Manoel de Barros enquanto inspiração para iniciar esta primeira escrita. Em suas poesias, ele se detém à simplicidade da vida, apontando a necessidade de desacostumar o olhar do óbvio e de buscar novas noções de importância para que possamos construir significados próprios: "A terapia literária consiste em desarrumar a linguagem a ponto que ela expresse nossos mais profundos desejos" (Barros, 2018, p. 43). Sem dotar a escrita como forma principal de linguagem, o pescador se torna um poeta que escreve e inventa em águas em vez de papel, aumentando a complexidade de sua constituição cultural.

→ *Como a foz de um rio — o pescador se inventa...*

A invenção não é a criação de mentiras. Inventar é criar o novo. A palavra "invenção" tem sua origem na língua portuguesa a partir do latim "*inventio*", que significa "descoberta" ou "achado". Ao longo dos anos, o significado da palavra evoluiu para abranger uma ampla gama de ideias e conceitos relacionados à criação e à originalidade. "Tudo que não invento é falso", diz Manoel de Barros, (2016, p. 49), com a invenção associada à descoberta de um valor ou significado às coisas simples da vida e que transforma o cotidiano em experiências.

Na poesia de Manoel, todas as coisas e coisa alguma podem ser alvo de uma captação afetuosa, estética e simbólica. E assim, a poesia auxilia a compreender o ponto em que quero chegar na proposição de uma pesquisa. A liberdade poética possibilita falar em importâncias que não são medidas em metros, nem com balanças e barômetros, etc.: "Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que produza em nós" (Barros, 2018, p. 43). A liberdade poética possibilita apanhar os desperdícios, os rejeitados da ciência moderna, neste caso, os

pescadores artesanais, em suas riquezas culturais. Para conhecer esses sujeitos, se aprende nas origens e não em livros demais: É “melhor no ouvir, no pegar, no provar e no cheirar. [...] A beleza se explica melhor por não haver razão nenhuma nela” (Barros, 2018, p. 48).

O que me interessa destacar é o que por muito tempo não recebe atenção, que passa ileso, invisibilizado, abandonado. Na poesia de Manoel, esses elementos são centrais: o rio, o peixe, o barco, a madeira velha, a garça, a mosca, o olhar do menino, a lata, a larva, a água, o passarinho, a árvore, o homem das águas, etc. Nesta pesquisa, outros elementos serão destacados, como a casa, o bote, a rede, os locais de encontro, os trapiches etc., aos quais se inventou o nome de “códigos culturais” da pesca artesanal.

Sem uma utilidade explícita, a cultura da pesca artesanal tem sido pouco visibilizada. Estas “desimportâncias” adentram no subjetivo, resgatando a escala do indivíduo, uma vez que aquilo que não é importante para uma pessoa pode ser extremamente importante para outra - e geralmente o é - como se observa na relevância da perpetuação cultural para a manutenção do modo de vida na pesca artesanal. No cotidiano, estes elementos criam-se de “despropósitos” repletos de significados e imbuídos de valores simbólicos e culturais. A cultura geralmente faz mais sentido para quem a faz.

Neste sentido, esta dissertação busca encontrar essas pequenas coisas que integram a dimensão cultural e que funcionam subjetivamente para seus inventores e para quem as busca compreender a partir de seu ponto de vista. Assim, parto de análises qualitativas e participantes, buscando o olhar e a compreensão de quem inventa e mantém viva a cultura da pesca artesanal em São José do Norte. Uma difícil e necessária tarefa.

Os pescadores artesanais contemporâneos acumulam um conjunto de invenções e reinvenções dos longos anos que existem nas regiões litorâneas do Brasil. A pesca, uma das atividades mais antigas da experiência humana, é responsável por invenções que excedem os próprios alcances do mar.

O pescador de São José do Norte, de igual forma, se torna um inventor. Inventa e reinventa a si próprio. Inventa valores que lhe são próprios. Inventa práticas, utensílios, tradições, territórios. Inventam-se de saberes ancestrais novos, compêndios para seu próprio existir, de uma simplicidade que não tem tamanho. Da imensidão do

mar à pequenitude de uma agulha de emalhar, todas as coisas, e até não-coisas, cabem na dimensão do ser pescador e suas invenções de si.

O pescador também é inventado, especialmente por aqueles que não compartilham de sua cultura e modo de vida. No senso comum, no ordenamento jurídico, no conhecimento científico, o pescador é inventado sob ideologias dúbias: no geral, como produtivo e racional, como profissional, exógeno, que precisa do mar como fonte, recurso, como lucro, não como casa. Nos estudos culturais, a ideia de "invenção do outro" é fundamental para entender como as identidades são construídas a partir do olhar do outro e não apenas a partir de suas próprias definições e expressões. Aliás, estamos tratando de culturas que, mesmo fazendo mais sentido por quem as faz, também são dialógicas entre sujeitos e suas estruturas sociais.

Logo, o cuidado se direciona em não cair em uma "invenção do outro". Esse termo remonta a uma perspectiva dos estudos pós-estruturalistas que exemplifica como a lógica da modernidade cria perfis de subjetividade estáticos e padroniza as sociedades, impactando na compreensão e na interpretação da realidade do Outro de forma arbitrária. Neste ponto, por não cair em mais uma leitura etnocêntrica do "nós" sobre "eles", me sinto feliz ao inventar esta dissertação e contribuir para pensar sobre a cultura dos pescadores artesanais em São José do Norte, visto que sou parte dela.

Destaco, ainda, que os conceitos que serão utilizados também se tratam de invenções. Cultura, Território, Identidade, Pesca Artesanal, Geografia e tantos outros são conceitos inventados ao longo de anos de pesquisas, reflexões e refinamentos para uma melhor compreensão de tais relações simbólicas e afetivas entre sociedade e natureza. Eles podem possuir falhas, mas são bons aliados nessa leitura.

Esta dissertação, assim, é uma "invenção", ou mesmo, uma "contravenção", por ir ao encontro de identidades e culturas por muito tempo invisibilizadas pelo conhecimento científico, ao enfatizar a importância de observar a simplicidade como fontes de inspiração e conhecimento, em contraste com a visão ocidental de ciência baseada na razão pura que não alcança a realidade como se mostra cotidianamente.

→ *Como o velho barco — o pescador se **reinventa**...*

Essa problemática também se relaciona com um dos paradoxos mais antigos da humanidade: a identidade. O que é a identidade? Onde reside a identidade? Qual

o limiar entre as alterações aceitáveis de um “ente”, com uma identidade compreensível e limitada, e uma completa subversão de sua identidade em direção a uma nova composição? A identidade é fixa? O que é identidade?

O Navio de Teseu é a história que remonta a tal questão amiúde e abre espaço para um debate infundável. Segundo a lenda, o herói grego Teseu navegou em um navio de Atenas até Creta para derrotar o Minotauro, uma criatura metade homem e metade touro, que habitava um labirinto na ilha. Na ocasião, o herói conseguiu derrotar a besta e escapar com sucesso da ilha. A partir daquele momento, o navio que ele usou durante a viagem se tornou uma rara peça histórica e acabou sendo preservado e exposto como uma relíquia em Atenas.

Com o tempo, o navio de Teseu começou a se deteriorar e suas peças foram substituídas uma a uma. Uma madeira quebrava e logo era substituída. Logo, uma caverna era trocada... em seguida, trocaram-se os mastros. E assim, sucessivamente, uma a uma das tábuas daquele navio foram sendo substituídas. Certa feita, um estudioso historiador buscou encontrar o navio e, vendo que esse estava inteiramente novo, questionou: "Aquele era mesmo navio de Teseu? Qual de fato era o navio de Teseu? A pilha de madeiras velhas que sobraram dos anos de reformas na embarcação, ou aquele navio de tábuas novas que flutuava no cais?"

Imagine que um pescador tenha um barco de madeira. Então esse envelhece, tornando-se necessário a substituição de algumas peças. O pescador troca uma das tábuas por outra e faz pequenos consertos. Porém, na medida em que o tempo vai passando, novos consertos tornam-se necessários até que ele perceba que está substituindo muitas peças e madeiras de seu velho barco. Sua obra continua até que sejam substituídas todas as peças originais. Troca-se o convés, trocam-se os mastros, troca-se o capelo, troca-se o leme. O barco ainda é o mesmo? Mas quando foi que o barco de madeira deixou de ser o velho e apreciado barco? Foi com a última peça que ele trocou? Ou foi com a primeira?

Considere que o pescador guardou todas as antigas peças do barco durante as reformas. Se, por acaso, este pescador decidisse remontar o barco, refazendo-o com as madeiras antigas que ao longo dos anos foram retiradas, dando origem a um barco inteiro, qual seria o barco original? O novo montado com as antigas peças? O antigo reformado com as novas peças? Os dois?

Paradoxalmente, essa reflexão explicita a composição das identidades culturais dos pescadores ao longo dos anos. Suas tradições e hábitos há muito são postos à prova: são reformulados, adaptados, consertados e aprimorados para a sobrevivência de tais pescadores enquanto grupo. O velho barco representa a necessidade de pertencimento e de definição no sentido de “ser pescador”, ainda que as novas demandas da vida moderna exijam cotidianamente novas formas e sentidos para o que é ser pescador. Cada tábuas, caverna e mastro representam os códigos que possibilitam a composição de uma distinta identidade cultural que navega no oceano do espaço-tempo. Se compreendemos a definição de identidades de forma estrita à tradição, enquanto apego fixo e cristalizado no passado, então o velho barco e as primeiras tábuas são a definição de sua essência mais pura, entretanto, se nos apegarmos ideia de composição histórica, cultural e simbólica das identidades e da tradição de forma aberta, híbrida e em constante redefinição, logo, o barco construído, sob a égide da ideia do antigo barco, representa a identidade na temporalidade presente e suas peças antigas são os lastros que possibilitam contar essa história.

→ *Todas as coisas passam a ter **desígnios**.*

Durante as páginas seguintes, proponho nos atentarmos para estas e outras questões de forma mais implícita. Entre identidade e cultura, invento-me juntamente com os pescadores participantes da pesquisa e empresto-lhes as ferramentas para que possam inventar e reconhecerem a si próprios no interior da formalidade acadêmica. É uma resposta às invenções impostas aos trabalhadores do mar que os marginalizam, criam mitos sobre eles e escondem suas identidades.

Como vim de uma comunidade tradicional de pesca artesanal, filho de pescadores, por muito tempo aceitei que os processos de modificação na minha identidade individual me afastaram do pertencimento à cultura da pesca artesanal e que as tábuas retiradas pelo caminho anularam as características anteriores e apagaram a minha história com a pesca artesanal. Que eu teria, então, alcançado uma nova identidade de sujeito, a de um sujeito moderno, urbano, geógrafo, etc., e que a pesca ficou entre os escombros e madeiras velhas que foram retiradas, mas não. Cada uma dessas antigas tábuas ajudam a contar os percursos de alguém que

nasceu na pesca e lá conquistou suas primeiras marcas, mas que nunca saiu genuinamente dela, apesar de ter trilhado outros caminhos fora desse contexto. Como diz Manoel de Barros:

Acho que o quintal onde a gente brincou é maior do que a cidade.
A gente só descobre isso depois de grande.
A gente descobre que o tamanho das coisas
há que ser medido pela intimidade que temos com as coisas.
[...]
Sou hoje um caçador de achadouros de infância.
Vou meio dementado e enxada às costas a cavar no meu quintal
vestígios dos meninos que fomos.
(Barros, 2018, p. 31)

Nem todas as tábuas foram substituídas. O caminho inventado durante o processo de escrita desvelou novos desígnios ao meu pertencimento e à identidade cultural e territorial dos pescadores artesanais. Por sorte, a pesquisa se tornou ainda mais um instrumento de invenção e de um novo reconhecimento enquanto pescador artesanal. Logo, aqui proponho estudar esses desígnios, entender esses significados, interpretar esses nexos e compreender a constituição desses processos de identificação cultural. Nesta pesquisa, despropósitos, artigos obsoletos, conhecimentos e valores invisibilizados e toda (i)materialidade envolvida na cultura da pesca artesanal tornam-se bens culturais, códigos, territórios. Cada manifestação, por mais simples que pareça, que faça sentido aos pescadores artesanais pode ser alvo de atenção.

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de São José do Norte/RS	24
Figura 2 - Fluxograma da organização metodológica da pesquisa.....	44
Figura 3 - Entrevistas semi-estruturadas com pescadores artesanais na Localidade da Várzea	46
Figura 4 - Fluxograma síntese da problemática das identidades culturais na pós-modernidade	61
Figura 5 - Repasse de conhecimentos - Várzea	94
Figura 6 - Cortiças.....	96
Figura 7 - Rede de pesca sob a figueira	97
Figura 8 - Darlei no retorno da pescaria.....	102
Figura 9 - A beira de praia na Localidade da Várzea.....	109
Figura 10 - Trapiches de embarcações na Quinta Secção da Barra	111
Figura 11 - Estacas e trapiches na localidade do Passinho.....	112
Figura 12 - Orla na localidade do Barranco	114
Figura 13 - As comunidades pesqueiras em um conjunto de imagens de satélite ..	116
Figura 14 - Mosaico de fotografias em diferentes localidades pesqueiras do município	118
Figura 15 - Mosaico de fotografias detalhando particularidades das casas dos pescadores artesanais	121
Figura 16 - Mosaico de fotografias - casas de pescadores.....	123
Figura 17 - A reconstrução da sede da Associação Esportiva Varzense	129
Figura 18 - Mosaico de fotografias - festas religiosas.....	130
Figura 19 - Registro de fé e religiosidade	133
Figura 20 - Esquema conceitual dos códigos culturais da pesca artesanal.....	139
Figura 21 - Mapa pictórico de materialidades territoriais da pesca artesanal em São José do Norte.....	151

QUADROS

Quadro 1 - Conceitos e teorias centrais da pesquisa35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ROTAS PARA O ENCONTRO COM OS PESCADORES ARTESANAIS: CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	28
2.1	PÓS-ESTRUTURALISMO E A FILOSOFIA DA DIFERENÇA: POSSIBILIDADES PARA UMA LEITURA DA REALIDADE PESQUEIRA.....	29
2.2	RE-INVENTANDO AS ROTAS: A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL NOS DESLIMITES DA PESQUISA	34
2.3	DA OBSERVAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: O ENCONTRO COM OS PESCADORES ARTESANAIS	36
2.4	PARA ALÉM DAS CORRENTEZAS TEÓRICAS: O TRABALHO DE CAMPO COMO POTENCIALIDADE DO NAVEGADOR.....	37
2.4.1	Da pesquisa exploratória às entrevistas semiestruturadas	40
2.5	O IR AO MAR: O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	42
3	CULTURA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO CULTURAL E TERRITORIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS	48
3.1	UM MERGULHO NO CONCEITO DE CULTURA E NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA.....	49
3.2	DA CULTURA À IDENTIDADE CULTURAL: POR UMA COMPREENSÃO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES.....	55
3.3	A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS A PARTIR DE CÓDIGOS CULTURAIS	60
3.4	IDENTIDADES E MARCADORES TERRITORIAIS: O ELO ENTRE ESPAÇO E CULTURA	67
3.5	OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO JOSÉ DO NORTE	75
4	OS CÓDIGOS CULTURAIS DA PESCA ARTESANAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: AS MATERIALIDADES E IMATERIALIDADES NO/DO TERRITÓRIO PESQUEIRO	83
4.1	O CÓDIGO CULTURAL DO SABER-FAZER NA PESCA ARTESANAL DE	

	SÃO JOSÉ DO NORTE NA CONSTRUÇÃO E VALORIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS - "O DIA QUE NÃO ANDO NO MAR FICO MEIO TRISTE AÍ".....	83
4.2	A LINGUAGEM E A COMUNICAÇÃO: DO CÓDIGO CULTURAL LINGUÍSTICO À COMPREENSÃO DE UM DIALETO PESQUEIRO.....	103
4.3	BEIRA DE PRAIA: VIVER, TRABALHAR E SOCIALIZAR EM COMUNIDADES DE PESCADORES - "A BEIRA DE PRAIA O CARA TÁ SEMPRE, NÉ?".....	105
4.4	A TERRA E O MAR: O BARCO E A CASA DO PESCADOR ENQUANTO LOCAIS DA VIDA COTIDIANA - "SE PEGAR, TIRAR O BOTE, NOS QUEBRA AS PERNAS..."	116
4.5	SOCIABILIDADE, FESTAS, RELIGIOSIDADES E COMIDAS NO TERRITÓRIO DOS PESCADORES ARTESANAIS	126
4.6	PERMANÊNCIAS E RUPTURAS: SÍNTESE NARRATIVA DOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS EM SÃO JOSÉ DO NORTE.....	134
4.6.1	Diferenças nos códigos culturais e os marcadores territoriais entre as comunidades pesqueiras de São José do Norte/RS.....	144
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
	REFERÊNCIAS:.....	156
	APÊNDICES.....	167

1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal tem ganhado força como objeto de investigação nos estudos da Geografia brasileira nos últimos anos. Com o compromisso de elucidar questões sociais, ambientais e culturais envolvidas na existência de comunidades e de povos tradicionais, que se desenvolvem com a natureza enquanto uma dimensão intrínseca de seus modos de vida, a pesca artesanal representa lócus privilegiado para o estudo da sociedade com o meio, enfoque central da ciência geográfica. Assim, a costa do Brasil, de aproximadamente 8.000 quilômetros de extensão, e seu interior recortado por diversos rios, é lar de grande número de comunidades tradicionais de pescadores que dependem da pesca como fonte de vida, de renda e de cultura.

Por bastante tempo, os estudos envolvendo a pesca artesanal no âmbito da Geografia pautaram questões mais objetivas e produtivas, sobretudo pela emergência e passagem do modo de vida tradicional e artesanal para o industrial, seus processos de modernização e consolidação da indústria pesqueira no Brasil. No entanto, a pesca de caráter artesanal é uma atividade que resiste aos processo de industrialização e desterritorialização, configurando-se como lócus de importantes debates, dos quais se destacam o apego às tradições e manifestações culturais e identitárias que lhes são próprias, o que é o enfoque desta pesquisa.

Em termos mais gerais, compreende-se que os pescadores artesanais, em razão de suas relações com o território pesqueiro, possuem um profundo entendimento da biodiversidade marinha e desenvolvem práticas de pesca específicas que são tradicionalmente repassadas, recriadas e transmitidas de geração em geração, logo, constituindo saberes-fazeres, práticas culturais e processos de identificação territorial que os diferenciam no contexto geral da sociedade e que os colocam como povos e comunidades tradicionais (Brasil, 2004¹).

Vale ressaltar, ainda, que as comunidades tradicionais pesqueiras possuem singularidades complexas em suas dimensões sócio-históricas, culturais, econômicas

¹ A Resolução OIT 169 refere-se à Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1989. Esta convenção é um instrumento internacional que estabelece padrões mínimos de proteção dos direitos dos povos indígenas e tribais. No Brasil, tal resolução está contida na Lei nº 5.051, de 05 de abril de 2004 (Brasil, 2004), que orienta a institucionalização do Decreto nº 6.040, de 2007 (Brasil, 2007), que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

e geográficas e esbarram em dificuldades como nos mecanismos regulatórios e em legislações que, sumariamente, buscam generalizações com o intuito de gestão e ordenamento territorial, gerando conflitos e, assim, dificultando tal reconhecimento.

A Geografia Cultural, enquanto subárea da Geografia, consolida, neste trabalho, um olhar atento ao reconhecimento e à compreensão das lógicas culturais, sociais e históricas no contexto das comunidades tradicionais de pescadores, para além das questões rotineiramente levantadas nos estudos de tal temática que se aproximam de leituras do ponto de vista mais objetivo, com enfoque aos processos produtivos e de modernização técnica, bem como suas estratégias de preservação da biodiversidade e conflitos, distinguindo-se de outras pesquisas e dialogando com elas. Neste contexto, ao compreender a problemática das culturas na contemporaneidade e a emergência dos estudos culturais com enfoque às diferentes culturas historicamente invisibilizadas, os pescadores artesanais são entendidos como sujeitos que estão envolvidos em processos de construção e identificação cultural e territorial.

Tal resgate se dá, inicialmente, através do referencial bibliográfico, com ênfase no estudo do conceito de cultura, desde sua origem enquanto termo até sua consolidação enquanto conceito, sobretudo no período histórico da modernidade até a pós-modernidade (Cuche, 2002; Eagleton, 2005; Claval, 2007), e em uma proposição metodológica que centraliza a investigação nessas diferenças culturais. No geral, ao longo do tempo, o conceito de cultura evoluiu para incluir não apenas os aspectos materiais e simbólicos, mas também as relações de poder, as dimensões políticas e econômicas e a interação entre diferentes culturas em um contexto globalizado. Essa consolidação e construção do conceito de cultura foram influenciadas por diversas correntes teóricas e contextos sociais específicos, levando a uma compreensão mais complexa e abrangente desse fenômeno ao longo do tempo (Cuche, 2002).

Acrescenta-se, ainda, o conceito de identidade na discussão. Na contemporaneidade, as dinâmicas da sociedade agregam impactos nos processos de identificação cultural e social, em que as culturas parecem tender à homogeneidade, produzindo consequências para as identidades culturais, sobretudo no contexto dos povos tradicionais (Giddens, 2002; Hall, 2015). Em contrapartida, nos estudos da pós-modernidade, compreende-se um movimento de ressalto e de resistência das diferenças, em que os sujeitos buscam reforçar suas identidades culturais em vistas de sua preservação, a partir de suas representações (Woodward, 2014). A partir de

tal concepção, adiciona-se o conceito de códigos culturais, enquanto proposição analítica para um estudo detalhado das culturas, tendo por base suas manifestações em elementos materiais e imateriais (Brum Neto; Bezzi, 2008).

Ainda que tais discussões perpassem de forma interdisciplinar diversos campos do conhecimento nas ciências sociais, no âmbito da ciência geográfica, as identidades culturais são entendidas como conformadoras de territórios e territorialidades, em sua vinculação mais estrita com o espaço. Ao valer-se também de processos de territorialização e composição de territórios, ou mesmo identidades territoriais, retoma-se as contribuições da Geografia Cultural na leitura de tais conceitos. Em sua origem mais clássica e funcionalista, entendia-se o território enquanto produto das relações de poder materializadas no espaço, que, no entanto, são ampliadas para a compreensão de suas identidades, sentidos, valores e dimensão afetiva e simbólica, portanto, culturais (Haesbaert, 2004; 2013).

Posto isto, de forma breve, esta pesquisa partiu destes pressupostos para a observação da realidade dos pescadores artesanais e a construção de suas identidades culturais e territoriais. Tratando-se de uma proposta de pesquisa no mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (PPGGEO-FURG), na linha de pesquisa Análise urbano-regional, os processos históricos, as relações sociais e o território na sua complexidade constituem-se como objetos principais para a investigação científica.

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG), orientada aos ecossistemas costeiros e oceânicos, também se mostra como polo de investigação da vida cotidiana na região litorânea do extremo sul do Brasil em que se desenvolve uma expressividade de comunidades pesqueiras. No município de São José do Norte, a pesca artesanal desempenha um papel central, sendo uma atividade tradicional que constitui a principal fonte de renda para as comunidades pesqueiras. Para esta pesquisa, cinco localidades pesqueiras dentro do município foram selecionadas para um estudo mais aprofundado das identidades culturais e territoriais dos pescadores artesanais.

O município de São José do Norte possui estreita relação com os ecossistemas costeiros e oceânicos, dada sua posição geográfica de interconectividade entre o Oceano Atlântico e o Estuário da Lagoa dos Patos², constituindo assim uma

² Também conhecida como “Laguna dos Patos”, uma vez que o corpo hídrico constitui-se de um sistema lagunar, caracterizado pela presença de um importante estuário. No entanto, a nomenclatura

peculiaridade ecossistêmica, na qual a pesca artesanal se insere assumindo certa centralidade.

São José do Norte situa-se geograficamente na costa leste do Rio Grande do Sul, mais especificamente na área continental que se estende latitudinalmente separando o corpo lagunar e estuarino da Lagoa dos Patos do Oceano Atlântico, e tem sido alvo de estudos nos mais variados campos disciplinares e por diferentes abordagens. Esta restinga litorânea, desde suas características físico-naturais específicas, sua fauna e flora e toda biota, até a exploração desses recursos por vieses econômicos e sociais, é apresentada como rica em biodiversidade e recursos naturais, mas também com uma população expressiva e culturalmente diversa.

São José do Norte possui uma população de 25.443 habitantes, segundo os primeiros resultados do censo IBGE de 2022 (IBGE, 2023), distribuída em sua extensão territorial de 1.118,104 km². Possui suas atividades econômicas lotadas, sobretudo, no setor primário, como na cebolicultura, no cultivo do arroz, na pecuária, na silvicultura e na pesca artesanal e industrial, com recente diversificação, no setor terciário, a partir da instalação de empreendimentos navais, como o Estaleiros do Brasil (Prefeitura Municipal de São José do Norte, 2015).

A Lagoa dos Patos, que margeia toda porção interna do município e lhe confere o limite territorial a oeste, possui uma centralidade para este município. Esta laguna se configura como um ambiente do tipo estuarino, transicional de ambientes límnicos e oceânicos, que favorece uma interconectividade natural das espécies pertencentes a ambientes distintos, constituindo, assim, um local propício ao desenvolvimento de diversas espécies aquáticas, “incluindo aquelas de interesse econômico” (Schwingel, 2017, p.7), o que evidencia a potencialidade local para a exploração econômica de pescados.

No estuário da Lagoa dos Patos, a pesca artesanal em São José do Norte se coloca como atividade tradicional e principal fonte de renda para as localidades pesqueiras. A Lei Municipal 866 de 19 de dezembro de 2019 (São José do Norte, 2019) reconhece a pesca artesanal como patrimônio histórico de São José do Norte, situando-a também a partir de uma diferenciação cultural, uma vez que além de apropriar-se da natureza como recurso, estes pescadores constituem um modo de vida que se pretende preservar na relação com a natureza.

mais utilizada é “Lagoa dos Patos”, pois nomeia o corpo hídrico e é apropriado no vocabulário dos pescadores artesanais.

Neste município, a pesca artesanal é desenvolvida majoritariamente no estuário da Lagoa dos Patos, ambiente de alta produtividade biológica e rentabilidade à atividade, mas em que a pesca aparece para além de uma opção lucrativa e profissional, mas na estruturação econômica, social e, principalmente, cultural, preservando costumes e saberes tradicionais, bem como constituindo identidades culturais que lhes são próprias. Como dito, em São José do Norte, a pesca artesanal figura na legislação como patrimônio imaterial através da Lei Municipal 866 de 19 de dezembro de 2019 (São José Do Norte, 2019), em que sinaliza-se a busca por reconhecimento como povos e comunidades tradicionais no que preconiza as orientações do Decreto 6.040 (Brasil, 2007) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) N° 169 (OIT, 1989); documentos que salientam para a preservação de tais práticas enquanto instrumentos de preservação da biodiversidade, dada as características específicas na relação com o meio ambiente em tais comunidades.

No entanto, mais do que o reconhecimento da contribuição da cultura da pesca artesanal em São José do Norte através da legislação, a riqueza cultural é perceptível no cotidiano: a construção das paisagens, a rotina dos pescadores artesanais em cada localidade, a inserção desses na dinâmica e na história do município, permeando manifestações culturais que materializam diferenças culturais em cada comunidade tradicional de pescadores, e a valorização de saberes, práticas, valores, crenças, hábitos, repasses geracionais que sustentam um senso coletivo de pertença cultural e identitária.

As comunidades pesqueiras de São José do Norte são peculiares no que concerne aos estudos da cultura em comunidades tradicionais pesqueiras e para que fosse possível dar conta de uma compreensão mais aprofundada dessa realidade sócio-cultural, haja vista a extensão territorial do município de São José do Norte, foram realizadas observações de campo iniciais que serviram como subsídio para a escolha de cinco localidades que foram pesquisadas, sendo elas: Quinta Secção da Barra, Barranco, Capivaras, Passinho e Várzea.

Nas observações realizadas em 2022, durante o primeiro ano de pesquisa de mestrado, as materialidades e as imaterialidades representacionais da cultura dos pescadores artesanais evocavam uma pluralidade de experiências associadas às diferentes práticas pesqueiras no território nortense³ e à diversidade de pessoas que

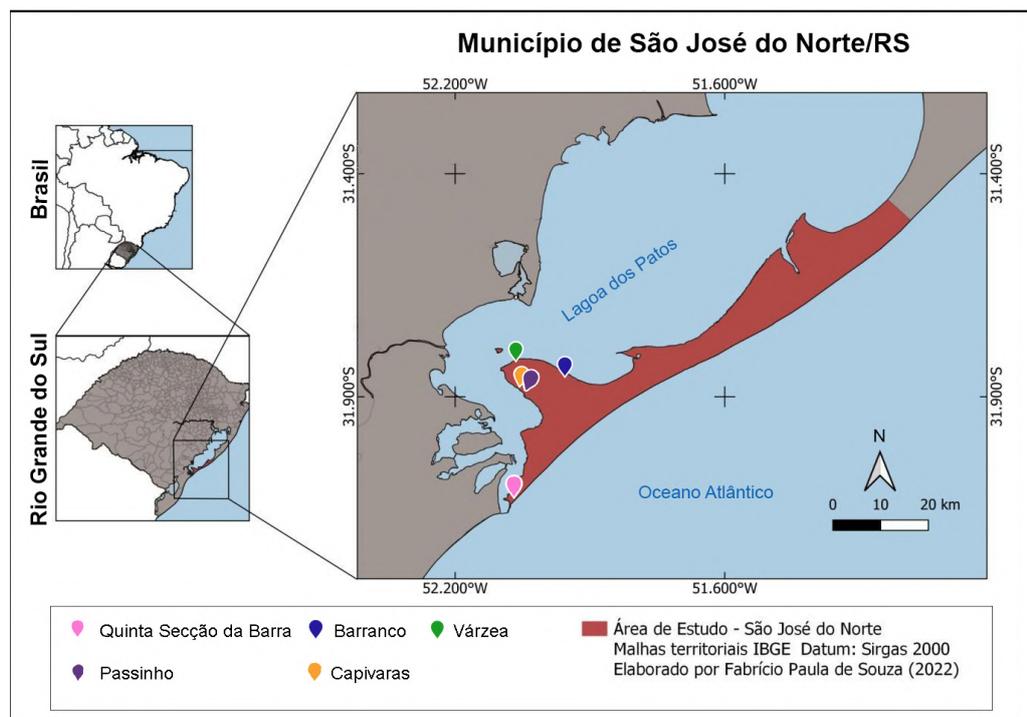
³ “Nortense” é o termo gentílico de São José do Norte.

praticam a pesca artesanal como modo de vida. Nestas situações, visitou-se localidades com expressiva presença de pescadores artesanais, como a região central do município (bairros Tamandaré e Carlos Santos), e interioranas, como São Caetano, Saraiva, Retiro, Estreito, Pontal da Barra e entre outras.

Dito isso, devido às limitações de tempo e de recurso desta pesquisa, selecionamos 5 localidades pesqueiras de São José do Norte. Com a escolha de um recorte espacial menor, foi possível um maior nível de detalhamento às questões pesquisadas e a partir destas análises tornou-se possível a compreensão dos processos de identificação cultural e territorial em sua diversidade.

As localidades escolhidas representam uma diversidade de experiências encontradas em campo, apresentando um panorama geral da pesca artesanal do município, uma vez que cada uma delas situa-se em um local distinto de diferentes e complementares processos de identificação cultural e territorial. Na Figura 1, apresenta-se o mapa de localização de São José do Norte, demarcando as 5 localidades alcançadas pela pesquisa.

Figura 1 - Mapa de localização do município de São José do Norte/RS



Fonte: IBGE - Elaborado pelo autor, 2023.

Os pescadores artesanais nestes locais carregam em seu cotidiano o peso de pertencerem a uma classe tradicionalmente marginalizada pelas políticas públicas, porém são resistentes na manutenção e na permanência de seus saberes-fazeres tradicionais, que podem ser visualizados no zelo e apego à profissão, ao repasse transgeracional e à composição de múltiplas territorialidades e territórios. Ainda que tal pesquisa não abranja a totalidade do município, apostou-se na sua potencialidade, haja vista a escolha da diversidade das localidades pesqueiras encontradas na fase exploratória da pesquisa, exprimindo uma diversidade de contextos a serem estudados.

O interesse em pesquisar tais elementos, no recorte espacial mencionado, se deu, inicialmente, pela lacuna no conhecimento científico com tal enfoque. Além do reconhecimento da atividade profissional enquanto patrimônio histórico e cultural, observou-se uma importância simbólica a ser reconhecida na escala municipal, cujos detalhes, elementos e manifestações ainda não são amplamente conhecidos por pesquisas científicas. A documentação das manifestações e dos códigos culturais que permeiam o contexto que origina tal legislação poderá subsidiar novas pesquisas e novas compreensões, podendo vir a contribuir com o reconhecimento, a valorização e a visibilidade da cultura da pesca artesanal de São José do Norte. Além disto, a peculiaridade cultural destacada poderá, ainda, contribuir com a ampliação da compreensão dos próprios conceitos e categorias analíticas utilizadas, proporcionando novas análises, incluindo a própria ciência geográfica e os estudos culturais, pelas especificidades conferidas à pesca artesanal enquanto atividade tradicional.

Adentrando em uma dimensão mais subjetiva, tal pesquisa se justifica a partir de vivências pessoais do pesquisador proponente. Nascido e criado em uma comunidade de pescadores, desde pequeno as relações identitárias e culturais da pesca artesanal estavam postas para mim, desde as práticas culinárias, repassadas entre os membros da família, aos saberes-fazeres profissionais relacionados à pesca artesanal, o apego à cultura se consolidaram nas vivências cotidianas, no ambiente familiar, nas festividades e no lazer, mas, sobretudo, na construção de um modo de ser e viver no mundo muito peculiar, de quem se origina de um contexto de pesca artesanal.

Além disso, apoiando-se na relevância da representatividade dos próprios sujeitos pesquisados na condução da produção dos conhecimentos sobre suas

próprias culturas e sob suas próprias lentes, produzindo conhecimentos que façam sentido às localidades que são estudadas, salienta-se que sendo filho de pescadores artesanais, nascido e criado em contato com a pesca, esta pesquisa se justifica por sua contribuição aos pescadores artesanais de São José do Norte.

Neste sentido, a problematização central desta pesquisa está nas manifestações culturais que compõem a cultura dos pescadores artesanais neste município e suas identidades culturais e territoriais. Assim sendo, o objetivo geral é compreender a constituição de identidades culturais e territoriais dos pescadores artesanais em São José do Norte através da interpretação dos códigos culturais.

Para alcançar este objetivo maior, a pesquisa tem como objetivos específicos: Estabelecer uma grade analítica dos conceitos de identidade cultural e territorial, códigos culturais, território, marcadores territoriais e pesca artesanal; Identificar os códigos culturais, materiais e imateriais que compõem as identidades culturais/territoriais dos pescadores artesanais em São José do Norte; Identificar as transformações das manifestações culturais atreladas à pesca artesanal no decorrer do tempo; Compreender como os códigos culturais identificados constroem as identidades territoriais dos pescadores artesanais na atualidade.

Metodologicamente, a pesquisa está alicerçada no método pós-estruturalista, com abordagem qualitativa, fundamentada em conceitos-chave da Geografia, como Território, Cultura, Códigos Culturais e Pesca Artesanal, e no conceito de Identidade, que se consolida na perspectiva dos estudos culturais e nas ciências sociais de modo mais amplo. A fundamentação teórica, neste sentido, desenvolve-se também ancorada a partir de produções científicas acerca do universo de estudo, com ênfase nos estudos sobre a Pesca Artesanal de modo mais amplo e em estudos que abarcam o recorte territorial do município de São José do Norte. Com isso, espera-se compreender os processos de identificação e de composição cultural da pesca artesanal, a partir do método e das técnicas adotadas.

Além disto, no que se refere aos procedimentos, a pesquisa é marcada por metodologias participantes e pelo diálogo aproximado com os pescadores, em busca da expressão dos sujeitos da pesca artesanal nas definições de suas culturas e identidades próprias, com a utilização de trabalho de campo e observação participante, amparadas em entrevistas com roteiros semiestruturados, diário de campo, fotografias e análises teóricas com pesquisa bibliográfica e documental.

“*É a vida deles aquela pescaria*”: os processos de identificação territorial dos pescadores artesanais de São José do Norte/RS”, assim, é uma pesquisa que emerge como resultado deste longo percurso de encontro com os pescadores artesanais de São José do Norte que desvelou códigos culturais e marcadores territoriais que fundamentam processos de identificação territorial e suas resistências culturais. A expressão “*é a vida deles aquela pescaria*” é dada pelos próprios pescadores artesanais. Citada logo na primeira entrevista, a frase remete à manutenção do modo de vida, o pertencimento cultural e o orgulho dos pescadores artesanais que não abrem mão de suas culturas e seus territórios, logo, nomeia este trabalho científico.

Assim sendo, no próximo capítulo da pesquisa, **Rotas para o encontro com os pescadores artesanais: caminhos metodológicos da pesquisa**, apresenta-se o método e as metodologias que foram empregadas na resposta aos objetivos propostos. Inicialmente, discute-se o método da pesquisa e a abordagem qualitativa em direção à construção do caráter científico que a produção de conhecimentos exige. Em tal capítulo, amarra-se as questões que fundamentam a ciência moderna e que produzem tensionamentos nas abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas, sobretudo pelo conceito de identidade, e contribuem a pensar esta pesquisa situando-a de forma a preservar a construção a partir do contexto, evitando reducionismos da realidade estudada. Neste capítulo também é apresentado o caminho metodológico com destaque às técnicas de coletas, ao levantamento e à interpretação de dados que foram utilizados para a realização dos objetivos da pesquisa.

Na sequência, no terceiro capítulo, **Cultura e a construção da identidade: os processos de identificação cultural e territorial dos pescadores artesanais**, é apresentada a fundamentação teórica da pesquisa no âmbito da Geografia e dos estudos culturais. Neste capítulo, analisa-se os conceitos de Cultura, Identidade e Território em direção à compreensão da abordagem teórica que orientou a observação dos processos de identificação cultural e territorial em que estão inseridos os pescadores artesanais de São José do Norte, logo, enfocando também a importância das representações culturais, com destaque aos conceitos de códigos culturais e marcadores territoriais. Tal literatura contribuiu na construção de um arcabouço teórico para a compreensão da temática e para o reconhecimento da pesca artesanal em sua dimensão cultural e territorial.

No capítulo quatro, **Os códigos culturais da pesca artesanal de São José do Norte: as materialidade e imaterialidades no/do território pesqueiro**,

analisamos os processos de identificação territorial, vinculando a cultura e sua representação em códigos à sua dimensão espacial, conforme os resultados alcançados. Neste capítulo, propõe-se uma atenção mais pormenorizada aos processos de análise da identidade territorial em questão, por meio dos códigos culturais manifestos. Nesta parte, objetivou-se apresentar os resultados da pesquisa empírica, elencando elementos observados em campo e narrados pelos pescadores artesanais em entrevistas, correspondentes aos códigos, materiais e imateriais, e aos marcadores territoriais que elevam a compreensão da territorialização dos elementos da cultura no território pesqueiro.

Por fim, constam ainda o tópico final com considerações finais, em que cita-se os principais resultados da pesquisa, as lacunas, os questionamentos em aberto, os limites e as potencialidades, bem como sintetizam-se as compreensões alcançadas. O texto ainda apresenta, ao final, o conjunto de referências bibliográficas utilizadas durante a escrita e também apêndices.

2 ROTAS PARA O ENCONTRO COM OS PESCADORES ARTESANAIS: CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Em direção ao encontro com os pescadores artesanais de São José do Norte, neste capítulo apresenta-se o método e os instrumentos metodológicos como possibilidade de pesquisa. A compreensão que se busca exigiu caminhos e rotas que constituíram um olhar qualitativo e sensível à peculiar realidade em que se desenvolveu a pesquisa; metaforicamente, a construção de uma viagem a ser navegada. Analisar a constelação de fenômenos que envolvem as comunidades pesqueiras de São José do Norte, considerando as suas diversidades e a ênfase em suas manifestações culturais, identitárias e territoriais, foi desafiador.

Para alcançar clareza nestes procedimentos, iniciou-se por pensar o método. Por método, em Sposito (2006), entende-se como os procedimentos mentais e os esforços epistemológicos, baseados em regras, que visam atingir um conhecimento, com destaque para a escolha de técnicas e alternativas para a prática em pesquisa e para o modo de proceder durante o percurso. A definição do método foi crucial para sistematizar os caminhos e as possibilidades de construção do conhecimento científico. Entre os quais, destacam-se, na Geografia, uma pluralidade metodológica que contemporaneamente repercute em pesquisas que permeiam os métodos hipotético-dedutivo, o dialético, a fenomenologia e entre outros (Suertegaray, 2005).

Neste capítulo, apresenta-se a defesa da abordagem pós-estruturalista, adotada durante o desenvolvimento da pesquisa, situando-a em uma abordagem qualitativa da pesquisa. Nesta discussão, são situadas as técnicas de levantamento e análise de dados, com destaque ao trabalho de campo, a observação participante junto às localidades pesqueiras, bem como à pesquisa bibliográfica e documental; as entrevistas semiestruturadas e os registros fotográficos. Este texto se divide em subcapítulos, iniciando pelo método da abordagem mencionada para, em seguida, realizar a descrição pormenorizada do desenvolvimento metodológico da pesquisa e apresentar um fluxograma síntese.

2.1 PÓS-ESTRUTURALISMO E A FILOSOFIA DA DIFERENÇA: POSSIBILIDADES PARA UMA LEITURA DA REALIDADE PESQUEIRA

O método científico é uma criação moderna e propunha-se inicialmente como único, fruto de um momento da busca de superação de mitos e do senso comum da humanidade. No Iluminismo, início da modernidade enquanto período histórico, o conhecimento passou a ser construído a partir de regras de testagem e verificabilidade, no geral, associadas à lógica e à racionalidade matemática, dando origem a uma hegemonia do método positivista na construção do conhecimento científico (Sposito, 2006).

De acordo com Novack (2006), a lógica formal, associada ao método positivista, que dá forma às origens da ciência moderna, assumiu um papel muito importante para a revolução do pensamento humano, garantindo sistematizações que funcionam para diversos campos disciplinares, na quantificação, categorização, catalogação e outras formas de apreender e expressar o conhecimento de fenômenos naturais e sociais. A partir dessa estruturação do pensamento, cientistas da modernidade propuseram taxonomias relevantes, sobretudo observadas no pensamento ocidental, como a teoria da evolução das espécies, importantes para o saber e a compreensão da diversidade biológica, mas que, ao mesmo tempo, aplicavam os mesmos princípios para a vida social, reduzindo os indivíduos a uma identidade estática e universal.

O conceito de identidade foi um dos princípios da lógica formal que orientou algumas críticas pelo método dialético. Na lógica formal, identidade é a assunção de uma identidade limitada e fixa, enquanto para a lógica dialética, a problemática da identidade já se mostrava de forma mais clara quando se introduz de forma crítica a mudança, a transformação e a processualidade (Novack, 2006). Assumindo o movimento e a impermanência, os filósofos da lógica dialética buscaram defender que não existe uma realidade estática e uma identidade tão fixa como exigia a lógica formal, sobretudo ao observarem a sociedade e suas mudanças, pois, assim como o objeto a ser estudado, a própria teorização estava em movimento e não se mantinha fixada: “A identidade assim formulada não existe na realidade. Todo corpo está exposto a influências mecânicas, físicas e químicas, que estão sempre mudando-o e modificando sua identidade” (Novack, 2006, p.45). Na lógica dialética, identidade e diferença estão em uma constante tensão, em que uma afirma e constrói a outra, onde

tese e antítese produzem uma síntese que torna-se o resultado da investigação dialética enquanto nova tese, que segue produzindo novas antíteses e novas sínteses.

No contexto das ciências sociais e das pesquisas envolvendo identidade e cultura, tal problemática se apresenta na virada epistemológica do estruturalismo para o pós-estruturalismo, particularmente expandida no movimento de compreensão da modernidade como movimento histórico e da pós-modernidade como um horizonte (Peters, 2000). Para este autor, inicialmente o estruturalismo surge como proposição de Ferdinand de Saussure, entre os anos 1950 e 1960, no âmbito da linguagem, cujo enfoque estava na representação de signos e significados de forma arbitrária em estruturas de significados. Na interpretação de Peters (2000), as teorias dos filósofos estruturalistas sustentavam-se na ideia de “estruturas” para uma compreensão mais rigorosa dos fenômenos sociais, estudando a realidade como “texto”, com influências das teorias linguísticas de Ferdinand de Saussure, mas aproximando-se de ideias positivistas.

No entanto, a partir dos anos 1960, com influências de filósofos crítico-radicais como Nietzsche e Heidegger e na antropologia a partir de Lévi-Strauss, inicia-se um movimento de construção de um método novo, focalizado nos processos de significação e construção de sentidos que são produzidos nas relações sociais (Peters, 2000). Por certo que tais debates acabam por se confundir com os debates da modernidade e da transição para a pós-modernidade, sendo esta mais de caráter sociológico e artístico, mas também filosófico e cultural sob outras influências, como Michel Foucault, Anthony Giddens, David Harvey e outros (Peters, 2000).

As taxonomias elaboradas pelas ciências sociais de concepções modernas e estruturalistas não se limitavam, assim, à elaboração de um sistema abstrato de regras chamado ciência - como ideologicamente pensavam pensadores da sociologia clássica -, mas tinham consequências práticas na medida em que produziam invisibilidades nas compreensões de definições que não cabiam nas definições modernas (Castro-Gómez, 2005).

Assim, o pós-estruturalismo agregou a pesquisa com uma redefinição do conceito de identidade, que até o estruturalismo limitava-se a definições taxonômicas, arbitrárias e fechadas (Silva, 2014; Peters, 2000). No pós-estruturalismo, as compreensões de cultura e identidade se colocam como campo de luta em torno da imposição de significados sobre o mundo social, e da construção e resistência de sentidos e significados pelos grupos sociais marginalizados dada suas diferenças

(Silva, 2014). O pós-estruturalismo constitui-se de “[...] uma complexa rede de pensamentos – que corporifica diferentes formas de prática crítica” (Peters, 2000, p.29). Caracteriza-se como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, logo, um método de investigação científica, entre fixação e desestabilização, entre o indivíduo e as coletividades, entre o particular e o geral, consolidando a dimensão discursiva no estudo e nas compreensões das identidades e culturas (Silva, 2014).

Tal abordagem conversa com as provocações levantadas por Castro-Gómez (2005), que amplia a problemática da identidade a partir de viés um sociológico, visto que tal autor argumenta que a tentativa de criar perfis de subjetividade estatalmente coordenados conduz ao fenômeno que se denomina “invenção do outro”. Ao falar de “invenção” não refere-se somente ao modo como um certo grupo de pessoas se representa mentalmente a outras, mas refere-se aos dispositivos de saber/poder que servem de ponto de partida para a construção dessas representações.

Castro-Gómez defende que,

A modernidade é uma máquina geradora de alteridades que, em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência das formas de vida concretas. A crise atual da modernidade é vista pela filosofia pós-moderna e os estudos culturais como a grande oportunidade histórica para a emergência dessas diferenças largamente reprimidas. (Castro-Gómez, 2005, p. 80)

Esta máxima adiciona ainda outra questão central na problemática dos estudos pós-estruturalistas no contexto da pós-modernidade: a emergência das compreensões latino-americanas no debate acerca das análises sociais, culturais e identitárias e a construção de discursos, redes de poder simbólico, lutas por reconhecimento e a inserção dos grupos sociais invisibilizados no interior da formalidade acadêmica e científica. Os pescadores artesanais, neste sentido, mostrando-se enquanto comunidades culturalmente diferenciadas tornam-se sujeitos⁴ construtores de culturas e identidades próprias, bem como sujeitos desta pesquisa; como afirma Lander:

⁴ Morin (2007) define sujeito a partir da complexidade em sua interação com o mundo, em que este não pode ser compreendido isoladamente, mas a partir da relação ao contexto social, cultural e histórico em que está inserido. Assim, o sujeito é entendido como entidade multifacetada, formada por diversas camadas e dimensões, tramadas desde sua existência individual e subjetividades únicas, bem como, a partir das influências do meio ambiente, das relações sociais e das estruturas políticas e econômicas e sua capacidade de pensar sobre si mesmo e sobre o mundo.

Na América Latina, as ciências sociais, na medida em que apelaram a esta objetividade universal, contribuíram para a busca, assumida pelas elites latino-americanas ao longo de toda a história deste continente, da “superação” dos traços tradicionais e pré-modernos que têm servido de obstáculo ao progresso e a transformação destas sociedades à imagem e semelhança das sociedades liberais industriais. Ao naturalizar e universalizar as regiões ontológicas da cosmovisão liberal que servem de base a suas construções disciplinares, as ciências sociais estão impossibilitadas de abordar processos histórico-culturais diferentes daqueles postulados por essa cosmovisão. Caracterizando as expressões culturais como tradicionais ou pré-modernas, como em processo de transição em direção à modernidade, nega-se-lhes toda possibilidade de lógicas culturais ou cosmovisões próprias. Ao colocá-las como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade (Lander, 2005, p. 14-15).

Dentro dessa perspectiva, esta pesquisa construiu sua abordagem qualitativa de análise, buscando estudar e compreender a pesca artesanal do ponto de vista dos pescadores e os fenômenos sociais e culturais que estão construindo, atentando-se para os aspectos de suas tradicionalidades, sem, no entanto, entendê-los como ultrajados, ou em vias de desaparecimento. De acordo com Heidrich,

Por pesquisa ou metodologia qualitativa, pode-se compreender a prática ou conjunto de procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem, em geral objetivadas para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos produzidos no levantamento em trabalho de campo (Heidrich, 2016, p. 22).

Nesta compreensão, tal pesquisa, de uma perspectiva geográfica pós-moderna, se debruçou no estudo das identidades a partir da diferença e das singularidades, abrindo espaço para as contradições, decorrentes não só do processo de identificação, mas sobretudo das continuidades e descontinuidades das identidades entre o coletivo e suas partes, frente aos processos de “invenção do outro” das estruturas modernas e dos avanços da modernidade e da modernização do ponto de vista técnico e sociológico. Desta forma,

Abrem-se com esta perspectiva novos campos à Geografia, estes são expressos pela Geografia dos lugares dos homens e mulheres (que vivem este momento), a Geografia das percepções e/ou das representações, a Geografia das manifestações culturais derivadas da expressão das diferenças, das identidades, das territorialidades (Suertegaray, 2005, p. 34).

Na apresentação das abordagens da Geografia em uma perspectiva pós-moderna, Suertegaray (2005, p. 34) complementa que são questionadas “as verdades eternas e universais” com a abertura a uma ciência que “valoriza a

pluralidade do poder discursivo, o jogo de linguagem onde cada um ou cada grupo pode gerar, a partir de seu lugar, distintos códigos e sentidos”.

Nesta abordagem de pesquisa, destacam-se a observação participante, as entrevistas não-diretivas, a escuta dos sujeitos e interlocutores e seus registros. Heidrich complementa:

O registro é para ser feito a todo o momento. O objetivo é trazer os aspectos relevantes – o que é próprio do lugar (da paisagem e do território) e seu diálogo com o que se repete pelas dinâmicas de assimilação das influências globais. Esta orientação toma partido de um provocador teórico, uma postura metodológica modificada em relação ao que era feito tradicionalmente na Geografia Humana e na Geografia Cultural (Heidrich, 2016, p. 27)

Para tanto, esta pesquisa obteve dados a partir de investigações em campo, de forma direta e participante no cotidiano das cinco comunidades de pescadores artesanais do município de São José do Norte. As localidades escolhidas para o estudo se destacam pelos elementos mencionados na introdução desta pesquisa, com ênfase nas diferenças entre tais e a potencialidade de proporcionar um panorama amplo das relações identitárias, culturais e territoriais no município de São José do Norte.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram amarrados ao conceito de códigos culturais, entendo-o enquanto teoria que sustenta a análise dos processos de identificação cultural por meio de suas representações. Tal proposição conceitual defende a leitura e a interpretação das culturas por intermédio de suas representações, de forma combinada entre materialidade e imaterialidade, que formam lastros da identidade cultural e territorial e que tomadas conjuntamente propiciam uma compreensão mais ampla das manifestações culturais em questão (Brum Neto, 2012; Brum Neto; Bezzi, 2008; Caetano; Bezzi, 2011).

2.2 RE-INVENTANDO AS ROTAS: A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL NOS DESLIMITES DA PESQUISA

A invenção do outro é um conceito exposta anteriormente que problematiza os mecanismos de compreensão das realidades estudadas de forma distanciada da realidade vivida e experienciada pelos sujeitos (Castro-Gómez, 2005). Em tal perspectiva, produz-se invisibilidades que mais dificultam a clareza da compreensão dos fenômenos sociais estudados do que o contrário. A partir disto, surgiu a

necessidade de uma reinvenção dos caminhos teóricos para uma compreensão contemporânea e sensível aos sujeitos pesquisados. Visto que os processos de invisibilização, por vezes, passam pelos limites das amarras teóricas, esta etapa iniciou com o traçar de novas rotas teóricas possibilitada por literaturas científicas que valorizam a dimensão cultural dos pescadores artesanais e suas diferenças. Para alcançar outros destinos, é preciso traçar outras rotas de navegação.

A revisão bibliográfica e documental foi a primeira etapa desta pesquisa e esteve presente durante a construção do projeto de dissertação até o trabalho final. Nesta etapa, propôs-se o aprofundamento dos conceitos, teorias e informações que permeiam a problemática estudada, mediante a composição de uma grade analítica dos conceitos e das teorias envolvidos. Essa etapa consistiu na leitura de livros, artigos científicos, documentos normativos e pesquisas de graduação e pós-graduação sobre o universo da pesquisa. A partir de tais leituras sistematizou-se, revisou-se e realizou-se novas leituras para a operacionalização da pesquisa que dessem conta de atingir os objetivos propostos.

Tratando a pesquisa bibliográfica como uma metodologia de pesquisa, buscou-se a partir dela consolidar um marco teórico-conceitual atualizado, com publicações recentes da temática, bem como

[...] reafirma-se a importância de definir e de expor com clareza o método e os procedimentos metodológicos (tipo de pesquisa, universo delimitado, instrumento de coleta de dados) que envolverão a sua execução, detalhando as fontes, de modo a apresentar as lentes que guiaram todo o processo de investigação e de análise da proposta (Lima; Mioto, 2007, p. 39).

Para tal, elaborou-se o quadro 1, apresentado a seguir, situando os conceitos-alvo desta etapa de pesquisa. Neste quadro, apresenta-se a relação de principais conceitos e autores que são discutidos durante a dissertação.

Quadro 1 - Conceitos e teorias centrais da pesquisa

Temas (conceitos)	Principais autores e obras
Cultura	Cuche (2002); Eagleton (2005); Sartorio; Franz (2023); Hall (2015); Claval (2007); Meneses (1999); Sposito (2006).

Identidade	Woodward (2014); Giddens (2002); Hall (2015; 2016); Castro-Gómez (2005); Silva (2014); Haesbaert (2013).
Códigos Culturais	Claval (2007); Brum Neto, Bezzi (2008); Caetano, Bezzi (2011); Brum Neto (2012); Franz (2020).
Território	Haesbaert (2004; 2013; 2023); Bonnemaïson (2002; 2012); Claval (1999) ; Brum Neto (2012); Porto-Gonçalves (2006); Godoi (2014); Chelotti (2010); Saquet (2003).
Marcadores Territoriais	Henriques (2004); Silva (2010; 2015).
Pesca artesanal e comunidades tradicionais	Diegues (2004; 2008); , De Paula (2018; 2019; 2023); Silva (2009); Brasil (2004; 2007); Peruzzo (2002); Cardoso, (2012); Marques (1980).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Desta forma, o processo de revisão teórica e conceitual permite alcançar o primeiro objetivo específico proposto, além de também potencializar as outras discussões teóricas, como a leitura e a compreensão dos elementos da cultura, seus códigos culturais, territórios e identidades na relação estabelecida com a pesca artesanal enquanto patrimônio histórico e cultural imaterial do município de São José do Norte, abrindo leques de análises para a compreensão da problemática da pesquisa.

2.3 DA OBSERVAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: O ENCONTRO COM OS PESCADORES ARTESANAIS

Neste subcapítulo, apresenta-se a sistemática da abordagem proposta para o encontro do sujeito pesquisador com os sujeitos pesquisados, considerando que nas pesquisas qualitativas a relação estabelecida no processo de pesquisa é entre sujeitos e sujeitos, e não sujeitos e objetos, dado que os grupos sociais são atores sociais que expressam intencionalidades, discursividades e que pensam por si mesmos e

produzem suas próprias interpretações do mundo social. Diante disso, viu-se a necessidade de conduzir a pesquisa de forma participante. Para tanto, optou-se por trabalhar com a observação participante.

A observação participante é uma metodologia das ciências sociais com a prerrogativa de “entender a lógica de interações sociais rotineiras, cotidianas, por meio da observação” (Alonso, 2017, p. 11). De forma mais detalhada, a autora expõe que

A observação participante se vale do acompanhamento sistemático de todas as atividades do grupo estudado. O pesquisador se insere no dia a dia do grupo, participa dele, como se fosse um membro. E procede ao registro sistemático (um diário de campo) de vários tipos de informação: eventos (ações), falas (discursos), gestos (comportamentos) e interações observados. Registra, também, as suas próprias experiências em campo (Alonso, 2017, p. 11).

Leva-se em consideração, também, a argumentação de Alonso (2017, p. 12) da observação participante associada à pesquisa participante, em que se “visa a produzir conhecimento por meio da observação para depois devolvê-lo aos estudados como um instrumento de transformação de sua realidade”. Assim, apoiada também em Brandão (2006), esta pesquisa caracteriza-se por pesquisa participante ao buscar a participação ativa dos sujeitos, onde “homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à pesquisa” (Brandão, 2006, p.10).

Neste sentido, a observação participante foi útil na observação dos aspectos culturais, materiais e imateriais, da pesca artesanal, através dos trabalhos de campo que foram realizados, bem como na medida em que foram realizadas entrevistas e diálogos com os sujeitos pescadores encontrados durante as observações e atividades em campo. Como contrapartida, os resultados são devolvidos aos pescadores colaboradores da pesquisa na forma de materiais resultantes das investigações, como este texto de dissertação e materiais de divulgação como fotografias, artigos e apresentação em eventos, incluindo a socialização dos resultados da pesquisa nas escolas públicas presentes nas localidades visitadas.

Dito isto, esta pesquisa se desenvolveu a partir de coleta, registros, narrativas e depoimentos obtidos em campo, em que “se obtém com a anotação em diário, a fotografia, o relato de entrevista ou gravação e a escuta das pessoas do lugar ou seus interlocutores” (Heidrich, 2016, p. 27). Assim, o corpus da pesquisa foi montado com

registros escritos das observações em campo, documentação fotográfica e as entrevistas que foram realizadas com o uso do gravador de voz. A partir de tais registros as análises foram feitas à luz da Geografia Cultural, buscando a compreensão do conteúdo que se mostra através dos códigos culturais presentes no território e nas narrativas.

2.4 PARA ALÉM DAS CORRENTEZAS TEÓRICAS: O TRABALHO DE CAMPO COMO POTENCIALIDADE DO NAVEGADOR

A partir da definição metodológica, de abordagem e de postura em campo, e da compreensão mais ampla da temática através de conceitos e teorias, adotou-se como instrumento de construção do conhecimento a metodologia do trabalho de campo. O trabalho de campo foi um instrumento importante na investigação científica e evidencia, no ato de pesquisar, uma preocupação do sujeito que pesquisa em inserir-se na realidade que estuda, evitando aproximações apenas através de dados de representação da realidade já coletados e prontos, como em mapas, bancos de dados oficiais, artigos já publicados, etc. (Suertegaray, 2017). O desenvolvimento da pesquisa, neste sentido, deu-se de forma dialógica entre a teoria e o cotidiano (Castrogiovanni, 2015).

Anteriormente, evidenciou-se que a relação entre o sujeito pesquisador da pesca artesanal e os sujeitos pesquisados, ou seja, os pescadores artesanais, em uma pesquisa de viés pós-estruturalista, deve transcender uma visão simplificadora da ciência moderna e estrutural que define o objeto como “verdade” e o pesquisador como leitor desta realidade através do método cartesiano e positivista. É importante a participação destas comunidades tradicionais no processo que busca elucidar as suas expressões culturais, imateriais e materiais, com seus atores como sujeitos da pesquisa. Para tanto, foram realizados sucessivos trabalhos de campo nas cinco comunidades pesqueiras de São José do Norte.

Nestas ocasiões, a anotação de percepções, o diálogo, a participação dos sujeitos e o registro dos elementos constitutivos das manifestações culturais, sejam materiais ou imateriais, foram feitos em busca de detalhamento dos códigos culturais construídos pelos sujeitos no seu cotidiano. Neste procedimento, apostou-se na observação, no registro em diário de campo e nas entrevistas com os pescadores artesanais, bem como nos registros fotográficos.

A fim de se entender a expressão da cultura destas comunidades tradicionais foi preciso a aproximação em campo, através de visitas, de observação e de interrogação destas realidades, com vistas à livre expressão dos sujeitos em narrar suas próprias histórias e sua expressão cultural. De acordo com Suertegaray (2017), essa Geografia exerce a função de grafar territórios, subsidiar outros processos, revelar contradições e criar novas consciências do mundo. Para ela,

Neste caso, pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento com o objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais (Suertegaray, 2017, p. 172).

Nestes locais de inserção e diálogo com os sujeitos participantes da pesquisa, realizou-se as entrevistas, a partir de roteiros semiestruturados, para a construção das informações que respondessem aos questionamentos da pesquisa, para compreender os elementos visualizados em campo e para a oitiva de narrativas. Dado o caráter participante (Brandão, 2006), inseriu-se a observação (Alonso, 2017) e a prática de campo (Suertegaray, 2017) no cotidiano das localidades estudadas. Na metodologia de entrevista semiestruturada, a quantidade de sujeitos colaboradores não foi fixada, tampouco delimitadas características específicas de público abordado para o diálogo. Em direção a qualidade da análise (Heidrich, 2016) e não sua expressividade numérica, os pescadores foram convidados a participar da pesquisa conforme eram encontrados durante as atividades de observação nas localidades e conforme sua disponibilidade de tempo.

Nesta metodologia, Heidrich (2016) argumenta sobre o olhar atento às anotações e ao registro sistemático resultantes das observações. Para este autor,

Mais que um procedimento, o registro consiste na atividade articuladora das demais ações. Escutar é dar atenção à conversa, mas também a tudo aquilo que seja expressão do lugar: um discurso, uma manifestação espontânea, o que possa revelar as maneiras do lugar. Implica em reter a informação do que surge como próprio e vinculado ao que está em cena. Desse modo, deve ser também anotação em diário de campo da impressão causada que possibilita tanto indagar para conhecer, como também refletir sobre o que é dito e visto, considerando nossos referenciais (Heidrich, 2016, p. 27).

Assim, no contato com o campo, a prática de pesquisa alcança dimensões mais próximas da espontaneidade, em que se soma à técnica de entrevistas um procedimento de compreensão mais ampla das relações e significações que foram

sendo tecidas durante a investigação. “A ação de entrevista [...] não é isolada. Faz parte de um 'estar em contato, em trabalho de campo', uma das atividades mais ricas da pesquisa com pessoas e grupos sociais e suas geografias” (Heidrich, 2016, p. 27).

Além dos registros escritos nos diários de campo durante as observações e das entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos também foram utilizados. A captura de momentos e elementos do cotidiano vivenciado, alcançam e transcrevem situações observadas que, muitas vezes, não podem ser comunicadas de forma escrita. Neste sentido, apoia-se na contribuição da fotografia no âmbito das pesquisas sociais, compreendendo-a a partir do olhar do sujeito que fotografa e sua bagagem cultural e suas análises para além das descrições, mas na interpretação compreensiva de uma leitura fundamentada:

A fotografia apresenta inserção recente na esfera do conhecimento atrelada à ciência [...]. As oportunidades dos recursos imagéticos e de sua elevada gama tecnológica podem complementar e contribuir para a pesquisa social, demonstrando a precisão de um cenário coletivo, somando significados e interpretações ao objeto de estudo, narrando práticas e modos de vida de diferentes grupos, suas expressões mais sensíveis não captadas somente pela escrita. (Soilo, 2012, p. 77)

Atrelada à pesquisa na Geografia, “os trabalhos de campo e o estudo dos signos que nas fotografias são comuns ao fotógrafo e ao morador tradicional, sobressai-se a importância de se estabelecer o diálogo entre o verbo e a imagem” (Soilo, 2012, p. 77). Por sua construção de significados, desde o fotógrafo até os sujeitos tradicionais em questão, a fotografia constitui “união da imagem, da memória, do trabalho de pesquisa e do esforço dos pesquisadores em trazer à luz [...] os momentos, relatos e imagens que se integram na composição de um documento repleto de vidas e histórias” (Soares; Suzuki, 2009, n.p). Logo, a partir desses registros, imagéticos e textuais, constroem-se novas rotas de compreensão cultural dos pescadores artesanais.

2.4.1 Da pesquisa exploratória às entrevistas semiestruturadas

Este caminho a ser navegado em direção a compreensão das manifestações culturais e identitárias dos pescadores artesanais de São José do Norte iniciou com a definição dos pontos a serem visitados, dos diálogos a serem traçados e inserções no cotidiano destas realidades. É neste sentido que se deu o desenvolvimento das

pesquisas exploratórias, sobretudo pela necessidade de explorar as possibilidades empíricas do desenvolvimento de uma pesquisa cuja realidade ainda se desconhecia. Neste modo de pesquisa, destacam-se as pesquisas bibliográficas em busca de estudos já desenvolvidos sobre a temática e a área a ser estudada (reforçadas no subcapítulo 2.3), mas também a execução de pesquisas exploratórias com os sujeitos que estarão envolvidos no trabalho, no caso das pesquisas em ciências humanas e sociais.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória também é relevante para a formulação de hipóteses ou definição de estratégias de pesquisa operacionalizáveis. Uma das características apresentadas é a sistematização de conceitos preliminares sobre determinado objeto que podem sair da superficialidade ao serem validadas, tensionadas, ou observadas em campo. Logo, o trabalho de campo e as entrevistas se apresentam como técnicas acessórias para o registro de algumas informações atinentes ao campo.

Neste sentido, realizou-se a etapa de pesquisa de caráter exploratório em localidades com presença de pescadores artesanais em São José do Norte para a delimitação da operacionalidade da pesquisa, bem como para compreensão da diversidade entre elas que possam, assim, auxiliar no estabelecimento de recortes que reduzissem o quantitativo das localidades que seriam visitadas em todas as fases da pesquisa.

Durante as inserções em campo, foram realizadas observações participantes, registros fotográficos e diálogos abertos com os pescadores. De tais procedimentos resulta um roteiro de entrevistas semiestruturado (Apêndice A) que se propôs utilizar em todo o desenvolvimento da pesquisa. Nestas ocasiões, visitou-se diversas localidades pesqueiras em São José do Norte, sobretudo as distribuídas no litoral interno, margeando a Lagoa dos Patos, desde as posicionadas próximas ao centro urbano do município até as localidades situadas ao norte da área urbana da cidade e as localidades situadas ao sul. Quinta Secção da Barra, Capivaras, Passinho, Barranco e Várzea foram as 5 localidades selecionadas para a condução da pesquisa pelas peculiaridades observadas na pesquisa exploratória, abarcando as diferentes localidades situadas ao longo do estuário da Lagoa dos Patos, consistindo em diferenças nas práticas pesqueiras, como também pelas diferentes manifestações culturais associadas, observadas na presença diferencial de turismo, nas festividades,

nas paisagens, na organização social e entre outros elementos que são destacados nos resultados da pesquisa.

A escolha destas cinco comunidades pesqueiras deu-se, inicialmente, para consistir em um recorte espacial que possibilitasse o desenvolvimento das metodologias propostas. No entanto, foram utilizados critérios estabelecidos na pesquisa exploratória, sendo eles: a distinção na paisagem, ou seja, buscou-se integrar localidades que apresentassem diferenças percebidas durante as observações; localizações distintas, integrando localidades mais interioranas no estuário, e outras mais próximas da desembocadura da Lagoa dos Patos, com peculiaridades nas estruturas sociais que foram identificadas, como na presença de equipamentos turísticos em determinadas localidades. Assim, apostou-se na contribuição dessas cinco comunidades tradicionais de pescadores para proporcionar um amplo panorama de experiências na pesca artesanal e para nelas serem realizadas as entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas semiestruturadas, neste sentido, foram realizadas durante trabalhos de campo realizados nas cinco localidades destacadas anteriormente, contemplando 15 pescadores artesanais. Conceitualmente, entrevista semiestruturada é uma técnica de obtenção de informações nas pesquisas qualitativas, cujo enfoque são os sujeitos que compartilham de conhecimentos do tema de estudos de forma privilegiada por estarem inseridos no contexto estudado. Na entrevista, o pesquisador obtém informações através de questionamentos ou diálogos mais abertos sobre um determinado assunto. Em se tratando de uma pesquisa que se propõe investigar a realidade dos pescadores artesanais, a entrevista se coloca como técnica adequada para responder como se dá a identificação dos pescadores com a cultura, através do discurso e da representação.

De acordo Triviños (1987), as entrevistas semi-estruturadas consistem na coleta de informações com a focalização de questões centrais para a pesquisa qualitativa. Essas questões são recortadas com base no tema, nas teorias e nas hipóteses que embasam a pesquisa para direcionar o diálogo aos objetivos da investigação. Entretanto, possuem caráter mais amplo na medida em que as respostas surgem com informações desconhecidas, possibilitando novos direcionamentos às próprias questões emitidas inicialmente. Assim sendo, os roteiros são definidos de forma semi-definida ou semi-aberta, ou seja, semiestruturados, para

que a entrevista com os sujeitos não caia em reducionismos e que não condicione as respostas ou determine alternativas de respostas.

Para esta metodologia, definiu-se um roteiro de pesquisa com três questionamentos centrais (Apêndice A), nos quais derivam questões menores que especificam os elementos a serem discutidos durante os depoimentos. Estes questionamentos relacionam-se com as teorias e os conceitos operacionais da pesquisa, mas se desenvolveram também em forma de diálogo aberto, em que outros elementos anteriormente não considerados surgiram no desenvolvimento da entrevista.

2.5 O IR AO MAR: O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

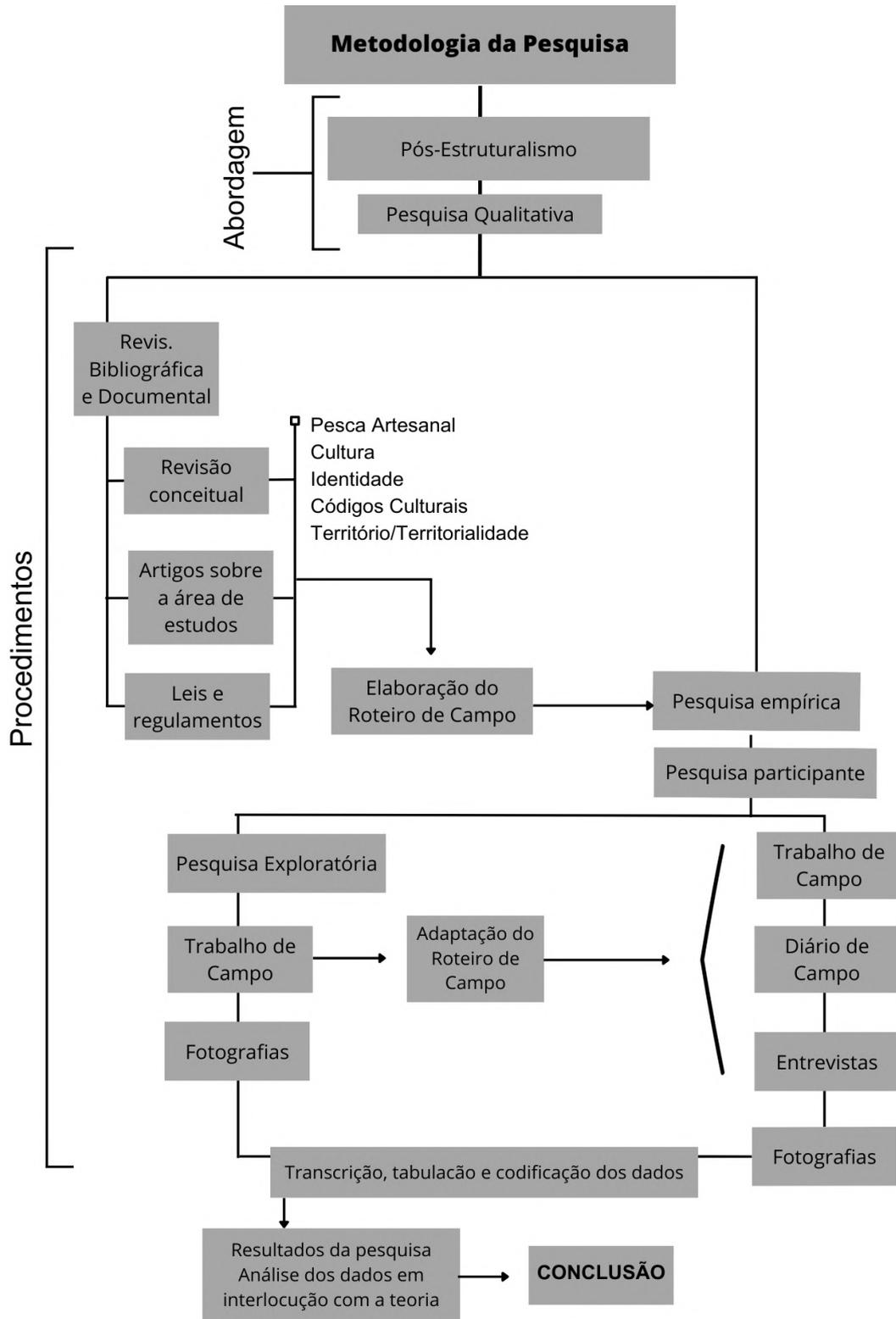
Após os reconhecimentos necessários, teóricos e empíricos, a pesquisa navegou para sua aplicabilidade. Com o roteiro de entrevistas, o refinamento teórico e metodológico, foram realizados sucessivos trabalhos de campo de forma participante nas 5 localidades pesqueiras. Entre os meses de junho e outubro de 2023, visitou-se a Quinta Secção da Barra, Barranco, Passinho, Capivaras e Várzea, com uso das técnicas de observação destacadas, anotações em diário de campo, registros fotográficos e entrevistas.

Além destas, foram realizadas inserções pontuais para observação participante, em festas comunitárias que ocorreram em três localidades: 03 de junho, na festa comunitária do Sagrado Coração de Jesus, na Várzea; dia 18 de junho, na 30ª festa da Comunidade de Senhor Bom Jesus de Iguape, no Passinho; e 09 de Julho, na festa da Comunidade de São Pedro, Quinta Secção da Barra.

Aos sujeitos participantes da pesquisa foi apresentado o termo de consentimento livre esclarecido (TCLE) (Apêndice B) que convidava-os a participar de forma voluntária na pesquisa. No momento de abordar os sujeitos, questionava-se sobre a possibilidade de gravar a atividade com gravador de áudio, oferecendo-lhes o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos (Apêndice C).

As principais etapas, técnicas e procedimentos da pesquisa, que foram apresentadas de forma um pouco mais aprofundada nos tópicos anteriores, são apresentados na Figura 2 de forma relacional em um fluxograma com as etapas que foram desenvolvidas durante a construção da pesquisa.

Figura 2 - Fluxograma da organização metodológica da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Os conceitos-chave, na ótica da Geografia, que balizaram a presente pesquisa destacados são: Pesca Artesanal, Cultura, Identidade, Códigos Culturais e Território. Na perspectiva das ciências sociais, a problemática das Identidades foi discutida com a pretensão de proporcionar compreensões nos processos de identificação cultural de modo geral, a partir de pesquisa bibliográfica de forma mais ampla, até alcançar-se o universo de estudo desta pesquisa, ou seja, direcionando-se a como pensar os processos de identificação cultural no contexto em questão. Metodologicamente, o trabalho de campo realizado nas comunidades pesqueiras, as fotografias, as anotações no diário de campo e as entrevistas com os pescadores foram transcritos em arquivos digitais, organizados e tabulados, analisados de forma qualitativa em associação às teorias e aos conceitos próprios da Geografia e dos estudos culturais.

Foram realizadas o total de 15 entrevistas, gravadas com autorização de uso dos depoimentos para as interpretações da pesquisa, além de entrevistas informais e diálogos abertos sem o registro gravado. As gravações, assim, foram transcritas em arquivos de textos para tabulação, codificação e análises. Os sujeitos entrevistados que colaboraram com esta pesquisa também autorizaram o uso de seus próprios nomes durante o texto e o excerto das falas que são apresentadas no texto; quando não ultrapassam três linhas escritas, são apresentados entre aspas e em itálico, e, para frases com mais de três linhas, acrescenta-se ainda o recuo de quatro centímetros à direita.

Claudia Neves (de 49 anos) e Suzana Souza (48 anos), da Quinta Secção da Barra, Maria Celedi Mackmillan (50 anos) e Adriana da Silva (41 anos), do Barranco; são quatro pescadoras entrevistadas que contribuíram com a pesquisa. Também são participantes nesta pesquisa os pescadores Lisandro de Paula (43 anos) na Quinta Secção da Barra; Darlei Pinto (54 anos) e Jonas Fernandes (25 anos) na localidade das Capivaras; Silvano Gautério (41 anos) e Laerte Caminha (44 anos) no Passinho; Cleiton dos Santos (49 anos), Ruan Pereira (25 anos), Deivid da Gama (33 anos) e Marco Aurélio Carvalho (56 anos) na Várzea; Adilson Lucas (54 anos) e Alcino Rodrigues (54 anos) no Barranco.

Com este panorama, tem-se a colaboração na construção da pesquisa a partir de mulheres pescadoras e pescadores em diferentes fases da vida, desde os mais jovens, aos 25 anos de idade, até os mais experientes, na casa dos 50 anos e em vias de aposentadoria. As visitas nas localidades, com uso de entrevista gravada,

ocorreram nos dias 15 e 20 de agosto, 23 e 24 de setembro, 15 e 29 de outubro do ano de 2023.

Convém ressaltar que as entrevistas foram realizadas a partir do encontro aleatório com esses pescadores. Na busca por uma observação mais imersiva na realidade estudada, rejeitou-se o contato prévio para combinar a realização da entrevista. Neste caso, as peculiaridades do modo de vida, o encontro dos pescadores artesanais em beira de praia, necessitou adaptações no modo de realização da técnica de entrevista. Durante as primeiras entrevistas realizadas, observou-se que a presença do pesquisador afugentava os pescadores do local, uma vez que, para respeitar as falas do sujeito que estivesse sendo entrevistado, os outros pescadores ali presentes se afastavam para uma maior privacidade da entrevista. Questiona-se, assim, a quem a técnica facilitadora da pesquisa deve maior respeito: à sua rigidez metodológica ou à realidade dos sujeitos? Assim, ao chegar na localidade da Várzea, realizou-se a entrevista de forma coletiva em respeito à organização dos sujeitos que ali estavam socializando, conforme figura 3.

Figura 3 - Entrevistas semi-estruturadas com pescadores artesanais na Localidade da Várzea



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Assim, a ida aos locais estruturados ao entorno da atividade da pesca artesanal pressupõe a adoção de uma postura de respeito à realidade local, em vista de que tal inserção possibilitará o respeito mútuo entre pesquisador e sujeitos da pesquisa,

podendo levar a respostas qualificadas das problemáticas levantadas, bem como o aparecimento de novas questões apresentadas pelos próprios sujeitos entrevistados.

3 CULTURA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO CULTURAL E TERRITORIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS

A conceituação do termo "cultura" é influenciada por diversas dimensões, variando de acordo com o campo de conhecimento que a define, tornando a definição da palavra multifacetada e complexa. Tais variações vão desde significados mais práticos, em que a palavra é agregada ao vocabulário popular com sentidos polissêmicos, até concepções mais abstratas, enquanto conceito científico e filosófico nos diversos campos do conhecimento. Neste capítulo, apresenta-se as compreensões da ideia de cultura em direção a sua contribuição para o estudo das comunidades tradicionais de pescadores pela ótica da Geografia.

Desta forma, neste capítulo, propõe-se uma análise dos conceitos de Cultura e Identidade, visando a construção de uma compreensão e abordagem teórica para a observação dos processos de identificação cultural e territorial dos pescadores artesanais de São José do Norte. Além da complexidade do conceito de cultura e sua associação com a identidade, estas análises reforçam a dimensão de representação da cultura no território, em que tenciona com as contribuições da Geografia e os estudos culturais da pós-modernidade. De acordo com Claval (2007), embora tardia, a consolidação da Geografia Cultural como perspectiva de estudos da Geografia tem sido uma discussão contemporânea da ciência geográfica que busca a superação das leituras de ordem meramente material das culturas, pautando os processos de significação, representação e dimensão simbólica na relação dos indivíduos com a coletividade e a coletividade com a dimensão espacial.

Este capítulo é uma resposta ao primeiro objetivo específico que busca uma grade analítica dos conceitos abordados, sendo dividido em cinco subcapítulos. A discussão inicia com uma imersão no conceito de cultura e sua concepção na contemporaneidade e, em seguida, elabora a discussão sobre identidade e diferença a partir dos processos de representação que corroboram com a discussão da interpretação da cultura no espaço por intermédio de códigos culturais. Aproximando-se da dimensão territorial, apresenta-se também o entrelaçamento entre os conceitos de identidade e cultura na conformação de identidades territoriais, com destaque ao conceito de marcadores territoriais. Por fim, discute-se a contribuição de estudos sobre a pesca artesanal que agregam compreensões acerca da constituição social, cultural e histórica de comunidades tradicionais de pescadores artesanais que, em

diálogo com as provocações anteriores, apresentam-se no município de São José do Norte, destacando o reconhecimento desta atividade como patrimônio histórico e cultural.

3.1 UM MERGULHO NO CONCEITO DE CULTURA E NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA

A cultura é uma palavra amplamente difundida e utilizada no cotidiano. Entretanto, dada sua pluralidade semântica na língua portuguesa e sua relevante contribuição enquanto conceito, é crucial a sua compreensão mais ampla para sua melhor definição para o contexto estudado. Essa necessidade se dá sobretudo pela compreensão de que a palavra “cultura” é criada sob condições históricas específicas e, ao ser adotada para a leitura dos grupos sociais, como marcador de diferenciação entre eles. Em dicionários da língua portuguesa atuais, cultura pode se referir ao cultivo de uma espécie vegetal e animal delimitada, ou mesmo a uma área já cultivada, bem como pode ser o cultivo celular para um estudo científico, ou então como expressão das diferentes manifestações dos grupos sociais (Cultura, 2022). Na sua origem conceitual, a ideia de cultura advém de duas principais correntes de pensamento na Europa, remontando o século XIII, a francesa e a alemã, expressando também uma disputa geopolítica entre os dois países.

Na França, o conceito deriva da palavra latina “*colere*”, “cultivar”, associado ao cultivo da terra e às paisagens agrárias que eram observadas no contexto francês do século XIII “para designar uma parcela da terra cultivada” (Cuhe, 2002, p. 19). Nesse contexto, a palavra carregava o sentido de cultivo da terra, como estado da coisa cultivada, associada às observações do contexto rural e às relações humanas com a natureza, e tal definição permaneceu nos desdobramentos da palavra cultura em diferentes significados e utilidades práticas até a contemporaneidade, embora, em outras nações, a noção de cultura tenha adquirido outros sentidos em seu desenvolvimento (Eagleton, 2005).

Já no século XVII, na França, a cultura é interpretada como uma forma de compreender as modificações humanas na natureza. A noção analisada aparece associada aos conceitos de gênero de vida da Geografia Possibilista Francesa de Paul Vidal de La Blache, entendida pela diferenciação técnica e nas formas de

dominar e se utilizar do meio, o que inaugura certo distanciamento entre homem (modificador) e natureza (modificada) (Cucho, 2002; Claval, 2007).

No contexto alemão, no século XVI, Cucho (2002) expõe que a palavra aparece associada a "*Kultur*" no sentido de "cultivar" enquanto "ação", ou seja, nos processos de cultivar e arar a terra, assim possuindo uma compreensão um tanto diferente em comparação com as visões posteriores, pois, nessa época, a palavra "cultura" era usada com mais frequência em seu sentido original latino de "cultivo" ou "agricultura", com ênfase no desenvolvimento e aprimoramento das habilidades e conhecimentos práticos, ou mesmo científicos. Neste ponto, a leitura de cultura no pensamento alemão se aproxima da Geografia Determinista Alemã, presente, sobretudo, no conceito de Espaço Vital de Friedrich Ratzel (Claval, 2007).

De acordo com Eagleton (2005), a gênese do conceito de cultura é social, ou seja, trata-se de uma invenção ou proposição conceitual humana. Cucho (2002) expõe que o conceito expressa uma visão de mundo associada à necessidade de compreender as relações que as sociedades estabeleciam com a natureza, sobretudo promovidas pela visão francesa e alemã até os séculos XVII e XVIII.

Em síntese, naquele período, o contexto francês de pensamento expunha uma oposição entre sociedade e natureza, em que os homens, dotados de refinamento cultural, aprimoravam seus conhecimentos para a modificação da natureza, situando uma dualidade entre técnicas arcaicas e técnicas modernas de transformação do meio. Enquanto no contexto alemão, expunha-se a busca pela diferenciação entre os países, pela descrição dos espaços e limites de cada território e pela valorização das riquezas nacionais, afastando-se da leitura francesa que passava a direcionar o conceito de cultura para o de civilização (Sartório; Franz, 2023).

Até a concepção conceitual de cultura na contemporaneidade, a partir, principalmente, dos antropólogos do século XIX, a palavra navegou em duas direções no contexto europeu: na França, entre os séculos XII e XVII, a palavra desdobrou-se, então, em sentidos amplos e de forma universalista para a observação da sociedade burguesa até sua aproximação com a ideia de "civilização", envolta na concepção da sociedade humana como conjunto, em direção ao refinamento intelectual, em que o "cultivar" da terra adquire concepção de "cultivar do espírito" e da "mente", voltando-se à ciência, às artes, à filosofia na conjuntura do Iluminismo; e no contexto alemão, sobretudo no século XV, busca-se o distanciamento da ideia de civilização, direcionando-se aos valores de cada povo: "tudo que é para enriquecimento

intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência, brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence a civilização” (Cuche, 2002, p. 25).

Logo, na Europa do século XVIII, com predominância do pensamento francês, despontava esse movimento de valorização do conhecimento do “espírito”, da mente, do conhecimento formal e científico e da erudição que passa a se associar à ideia de cultura, situando-a como sinônimo de civilidade, conhecimento e civilização, criando oposições entre civilizados e bárbaros, modernos e primitivos (“tradicionais”). A transformação do "cultivar de si", no século XVIII, em "formação" e "educação do espírito", deixando de lado a concepção de cultura enquanto "ação" ou algo realizado ao fazer, focalizando a ideia de "estado" e/ou "condição", possibilitou algumas oposições hierárquicas e juízos de valor, como entre sujeitos "com cultura" e "sem cultura", além de favorecer a oposição entre natureza e sociedade, intensificada na consolidação da sociedade moderna em superação do mundo tradicional e do senso comum (Cuche, 2002; Spoisto, 2006; Hall, 2015).

Entretanto, no passar dos anos, a palavra cultura é incorporada em outras línguas, possuindo novas definições até consolidar-se como conceito (Cuche, 2002; Eagleton, 2005). Para Eagleton (2005, p. 12), inicialmente, *cultura* “designava um minucioso processo material, o qual veio a ser metaforicamente transposto para os assuntos do espírito”, visto que sua raiz etimológica *colere* “pode significar tudo, desde cultivar e habitar até prestar culto e proteger”.

Com o despontar da ideia de progresso e ciência no período histórico do Iluminismo, na França e na Europa de modo geral, inclui-se a noção em um amplo plano que designa a evolução da humanidade em direção ao esclarecimento e à racionalidade, um cultivar de si, relacionando o conceito ao aprimoramento pessoal, ou mesmo à "soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade", desempenhando um papel crucial na criação dos adjetivos como "culto" e "inculto" e na própria conceituação de "cultura", com forte influência do pensamento iluminista francês (Cuche, 2002, p.18).

A ideia de cultura, assim, mantém-se como conceito analítico para compreender estas relações entre natureza e sociedade. De acordo com Eagleton (2005), o conceito de cultura marca uma oposição com a natureza, visto que se buscava o distanciamento do primitivo, do tradicional e de seus modos de vida. Para ele, “se cultura significa a procura activa de crescimento natural, a palavra sugere,

então, uma dialéctica entre o artificial e o natural, aquilo que fazemos ao mundo e aquilo que o mundo nos faz” (Eagleton, 2005, p.14).

Assim, alerta-se para a questão interacionista da sociedade com a natureza no que concerne à cultura, visto que há esta relação de dependência no entendimento entre elas. Eagleton (2005), em consonância a Cuche (2002), concorda que há uma gênese social da ideia de cultura e também salienta esse afastamento entre cultura e natureza na sua gênese enquanto termo. Para Eagleton (2005), a ideia de cultura pressupõe a existência de uma natureza primordial e autônoma e acompanha o desenvolvimento histórico de diferentes defesas de modelos de sociedade, na qual destaca-se a sociedade moderna. Tais avanços se tornaram necessários em vista de que a origem do conceito de cultura associado à natureza pareceu limitar as análises de cultura aos grupos sociais que se consolidaram desde sua dimensão natural, sobretudo no conceito de etnia, sendo a cultura, hoje, um conceito mais amplo que abarca grupos sociais diversos e integra as dimensões de identidade e diferença através de movimentos de identificação e representação (Claval, 2007).

Cuche (2002), adentrando as concepções de cultura nas ciências sociais, afirma que no surgimento da etnologia como método abre-se a compreensão de cultura para o pluralismo cultural. Ao dedicar-se às diferenças, a cultura passa a ser entendida como plural, “culturas”, ao fazer-se necessário romper com ideias generalistas de base biológica e/ou determinada apenas por elementos naturais. A etnologia surge para romper com a ideia de cultura que associava traços físicos à capacidades mentais de determinados grupos. No método etnográfico, de acordo com Cuche (2002), buscava-se a expressão das culturas de forma livre e espontânea, fortalecendo o que mais tarde foi defendido como relativismo cultural, que se define pela recusa do uso de categorias que sistematizam e classificam as culturas hierarquicamente. Esses movimentos da etnografia fortaleceriam o princípio de respeito e de equidade entre as diferentes culturas e a dignidade, considerando-as como entidades autônomas cuja apreensão pode se dar através da investigação atenta e detalhada, o que mais se aproxima ao conceito de cultura na atualidade.

A ideia de pluralismo e relativismo cultural, sobretudo com contribuições de Franz Boas, expõe a discussão de cultura sobre a problemática do etnocentrismo (Cuche, 2002). Para Cuche (2002), o etnocentrismo é um termo que surge em meados do século XX para expressar a relação de avaliação de outras culturas partindo da concepção de centralidade de um grupo cultural que a avalia. Surge da dificuldade de

observar a diversidade cultural como tal, como fenômeno social, resultante das relações entre as sociedades, bem como da dificuldade de enxergar que a unidade da humanidade pode se expressar na diversidade. O evolucionismo subordina a leitura cultural a uma unilinearidade do processo de civilização, em que as diferentes culturas se apresentavam como mera aparência, estando subordinadas a um processo de evolução comum e linear, logo fadadas ao desaparecimento e ao nivelamento cultural (Cuche, 2002).

Para Meneses (1999), a diversidade cultural é aparente, entre outras coisas, pela capacidade da espécie humana em atribuir sentido e valor às escolhas que faz em relação à natureza. Essas escolhas diferem-se entre os grupos sociais, que se vinculam com condições ambientais e naturais similares de formas individualizadas. Para este autor, a adaptação das sociedades ao meio também é capaz de produzir novas necessidades para além das necessidades mais objetivas, ou seja, necessidades instituídas culturalmente. Ele afirma que as adaptações às mesmas condições ambientais assumem diferentes rumos entre grupos distintos, que atribuem valores simbólicos às suas práticas que, por consequência, recriam novas necessidades na sua relação com o meio; logo, “a natureza das necessidades, das sociedades humanas, não é dada integralmente pela natureza, mas *instituída* em contextos específicos e como decorrência de escolhas e seleções” (Meneses, 1999, p. 92, grifos do autor).

As culturas, neste sentido, não limitam-se a um aspecto idealista e antropocêntrico, de forma possibilista com a supervalorização da ação humana sobre o meio, tampouco limitam-se a uma leitura determinista ambiental, em que a cultura dependente das condições físicas da natureza e das aptidões de um local: ou seja, “os seres humanos não são meros produtos dos meios envolventes, mas estes também não são totalmente moldáveis pela arbitrária automodelação dos primeiros” (Eagleton, 2005, p. 15). Assim, a cultura aparece mais voltada aos indivíduos e suas identidades, em suas inter-relações com o meio, ou mesmo, como “aculturação”⁵, evidenciando a dinamicidade da cultura (Cuche, 2002, p. 137).

De acordo com Cuche (2002), a aculturação é um processo complexo no qual indivíduos ou grupos de diferentes origens culturais entram em contato e

⁵ “Aculturação” no sentido aditivo, prefixo “ad”, usado para indicar a ideia de acrescentar ou juntar algo a algo já existente - construção; não no sentido de negação ou privação, ou seja, para indicar a falta, a ausência ou a negação de algo. Melville J. Herskovits foi pioneiro nestes estudos (Cuche, 2002).

compartilham elementos culturais, resultando em mudanças nas práticas, crenças e valores das culturas envolvidas. Retomando o conceito a partir de antropólogos como Franz Boas, Melville J. Herskovits e Bastides, Cuche (2002), compreende que “nenhuma cultura existe em ‘estado puro’, sempre igual a si mesma, sem ter jamais sofrido a mínima influência externa [...]. Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução” (Cuche, 2002, p. 136-137). Ainda para ele,

A cultura é compreendida a partir de então como um conjunto dinâmico, mais ou menos homogêneo. Os elementos que compõem uma cultura não são jamais integrados uns aos outros pois provêm de fontes diversas no espaço e no tempo (Cuche, 2002, p. 140).

Destacando a dimensão espacial, categoria privilegiada nos estudos da ciência geográfica, nesta pesquisa, concorda-se com o conceito de cultura proposto por Claval (2007). De acordo com este autor, retoma-se a noção de cultura enquanto uma dimensão da mediação dos homens com a natureza. Para ele, a composição cultural resulta como uma herança e tradição dos repasses de conhecimentos, valores e práticas, tramada através de um jogo de comunicação e memória entre o grupo social, que se estabelece também nas palavras, nos discursos, na representação e em apegos simbólicos e territoriais. Claval (2007) entende a cultura não de forma isolada, mas como processual e dinâmica, recebendo influências e influenciando outras culturas, bem como adaptando seus próprios elementos no decorrer do tempo, e, ao mesmo tempo em que permite aos seus indivíduos uma pertença social, possibilita uma projeção ao futuro, tornando-se conceito chave para entender a diferenciação social.

Claval (2007) atenta para a pluralidade de expressões culturais nos mais variados contextos sociais em que se desenvolvem. Este autor expõe que a compreensão da cultura deve ser associada às suas próprias formatações, códigos, representações e significados que lhes são próprios. Para Claval (2007), o peso da uniformidade técnica, do historicismo e da anulação de outras formatações de representação das culturas evidenciam a vida tradicional como enfoque de análise cultural emergente, desde a própria diferenciação no modo de relacionar-se com o meio físico e natural.

O autor cita também a transmissão e os elementos das culturas: a memória e a identidade com ênfase nas dimensões linguísticas e na sua representação, em que a comunicação e a transmissão dos saberes e práticas também são úteis para manutenção e existência da cultura e para atribuição das significações à dimensão

material. Claval (2007) reforça que nem todas as culturas dispõem do mesmo arsenal de técnicas de sistematização, organização e reconhecimento cultural, como por exemplo a escrita e as belas artes, e que tampouco apresentam a mesma motivação para se entenderem e se reconhecerem enquanto culturas autônomas, tornando difícil o trabalho de reconhecimento, sobretudo considerando a sua mutabilidade.

No entanto, segundo Claval (2007), a cultura pode ser vista como um conjunto de valores, crenças, tradições, práticas e conhecimentos, influenciada por fatores históricos, geográficos e sociais e que está em constante adaptação, sendo transmitida de geração em geração; todos esses aspectos analisados em suas relações contribuem para a compreensão da identidade cultural de um grupo social. Assim, a concepção de cultura se constitui como “um texto a ser lido”, sendo entendida como um conjunto de símbolos, códigos e significados que podem ser interpretados e compreendidos de diferentes maneiras, considerando o contexto que a produz e a reproduz e as concepções de quem a lê.

3.2 DA CULTURA À IDENTIDADE CULTURAL: POR UMA COMPREENSÃO A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES

Na perspectiva abordada, a ideia de cultura apresenta a problemática das identidades. Com a superação das concepções de cultura e identidades culturais como superestruturas, como definições fechadas e acabadas e como determinantes da vida social, ressalta-se a emergência e o aprofundamento de estudo das identidades culturais, sobretudo a partir dos estudos da pós-modernidade, em que estas passam a ser entendidas como processos autônomos de identificação dos sujeitos enquanto grupo de forma complexa e relacional, associadas aos avanços da sociedade globalizada e ao contínuo diálogo entre grupos sociais distintos (Cuche, 2002; Hall, 2015) e a processos de hibridização cultural (Canclini, 2019). Para Cuche (2002, p. 177), a identidade cultural exprime as “interações entre o indivíduo e seu ambiente social, próximo e distante”, permitindo que este “se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”.

Além disto, ressalta-se a processualidade e a mudança nas concepções contemporâneas de cultura, que a consideram como processual e dinâmica, em constante processo de adaptação, transformação e hibridação (Cuche, 2002; Canclini, 2019). O autor (Cuche, 2002, p. 137), a partir disso, sugere a troca da palavra “cultura”

por “culturação”, posto que em todo momento há a construção, desconstrução e reconstrução das configurações culturais e a identificação de seus sujeitos.

A cultura, então, ao adquirir caráter dinâmico, fomenta uma maior preocupação acerca da importância da representação das culturas e dos processos de identificação enquanto meio pelo qual as identidades culturais se conformam e se sustentam, são transmitidas e são adaptadas. Vale destacar que, nesta análise, admite-se que as culturas não se mantêm inalteradas, mas são perenes, agregando continuidades e rupturas.

A noção de identidade é complexa. Em direção à compreensão das identidades territoriais, Haesbaert (2013) resgata a dimensão social, ou seja, da diferenciação e da alteridade (na relação com o Outro) e o seu poder simbólico e cultural, fundamentais para a afirmação do caráter de grupo. Não se esgota, entretanto, o debate entre as identidades individuais e a coletiva, entre a objetividade e a subjetividade e entre a identidade cultural e o território. Para ele,

Identificar, no âmbito humano e social, é sempre *identificar-se*, um processo reflexivo, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se *com*, ou seja, é sempre um processo *relacional*, dialógico, inserido numa relação social. Além disso, já não encaramos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma *identificação* em curso, e, por estar sempre em processo/relação, ela nunca é una, mas *múltipla* [...] e manifestam-se em função das condições espaço temporais em que o grupo está inserido (Haesbaert, 2013, p. 236, grifos do autor).

No contexto desta pesquisa, ressalta-se que a cultura das comunidades de pescadores artesanais está profundamente relacionada à atividade pesqueira, já que as práticas de pesca e o conhecimento tradicional são elementos centrais na forma como essas comunidades se relacionam com o meio ambiente e garantem sua subsistência. Entretanto, a cultura dos pescadores também está associada aos valores simbólicos e afetivos que se constituem na sua cotidianidade e que vão além do aspecto puramente utilitário da pesca (Diegues, 2004). Para tanto, visualizando a íntima relação dos sujeitos da pesca artesanal com a natureza, torna-se de igual forma necessário uma atenção especial à tradicionalidade e à valorização do desenvolvimento da vida em sociedade associada à natureza, objetivando uma cultura que se vincula à base material e imaterial de seus territórios, constituindo identidades culturais próprias.

A noção de identidade se coloca como emergente contemporaneamente, resgatando a discussão sobre as transformações sociais com impactos nas

sociedades tradicionais, em que, para compreender sua relevância no contexto de comunidades tradicionais, é atinente considerar o período sociológico da modernidade (Giddens, 2002). Como exemplo, Hall (2015) expõe a construção da ideia de sociedade moderna e do sujeito moderno, em que reforça a ideia de natureza como externa ao Homem e posiciona a cultura e o conhecimento como objeto de dominação da natureza, com ênfase na cultura erudita, na chamada alta cultura, e no homem moderno, individualizado, esclarecido e racional. O afastamento entre sociedade e natureza se coloca como característica principal da modernidade, bem como o caráter individualista e o progresso científico como horizonte e prospecção futura (Giddens, 2002).

A sociedade moderna é uma compreensão sociológica da sociedade emergente no período histórico imediato do início e consolidação do Iluminismo na Europa, caracterizado pelo avanço da racionalidade moderna e pela superação do mundo antigo, sendo uma evolução de caráter artístico, científico, filosófico e estético (Giddens, 2002; Sposito, 2006; Harvey, 1996). Esse período inicia-se no final da Idade Média, no século XV, e se caracteriza por uma série de mudanças significativas na sociedade e na cultura ocidental que incluem a ascensão da burguesia europeia como classe dominante, a expansão do comércio e da indústria, a Revolução Científica e novos padrões de consumo. A modernidade, assim, é marcada pela ênfase na razão, na ciência, no individualismo e na liberdade, em contraposição à tradição e aos modos de vida primitivos (Giddens, 2002).

Modernidade do ponto de vista sociológico, então, refere-se a um período histórico que teve início a partir do movimento humanista na Europa, cuja contribuição inicial é o posicionamento do Homem no centro da existência, como unidade, centralidade e hierarquia. Esse movimento ganha força no Iluminismo e consolida-se na França do século XVIII, sobretudo a partir da Revolução Francesa, exportando ao “novo mundo” ideias de “igualdade, liberdade, fraternidade” (Giddens, 2002; Hall, 2015).

A modernidade, assim, é lida como um projeto que impacta a sociedade como um todo por intermédio da modernização da vida e dos costumes. Tal movimento é observado na mecanização, modernização das técnicas de produção e no progressivo abandono do modo de produção artesanal, por este não servir mais à necessidade de produção do novo momento histórico (Giddens, 2002; Harvey, 1996). A modernidade admite a existência da atividade artesanal, ou pré-moderna, como atividades

“tradicionais”, de certa forma entendidas como arcaicas e incoerentes com o mundo moderno e industrial. Para Giddens (1991, p. 91 *apud* Sposito, 2006, p.124), a modernidade, em primeiro lugar, “refere-se a um estilo, costume de vida e organização social”, e sobretudo, com o Estado-moderno, ao mesmo tempo em que materializa “a existência de uma instância central a partir da qual são dispensados e coordenados os mecanismos de controle sobre o mundo natural e social” (Castro-Gómez, 2005, p. 80).

A modernidade, assim, exportou a ideia de progresso se instalando na vida cotidiana com impactos nas atividades tradicionais (Giddens, 2002). Para este autor, as instituições modernas, do qual destaca o “Estado”, são sistemas sociais que representam certa “descontinuidade” com os modos de vida pré-modernos, ou tradicionais. Para Hall (2015), o rompimento da ordem tradicional alcançado nas dinâmicas da modernidade inicia o processo de alteração da natureza da vida cotidiana, unificando os sujeitos como indivíduos humanos, científicos e racionais.

Para estes autores, a ideia de modernidade estaria, então, associada à concepção de uma humanidade totalmente autocentrada, do homem dotado de capacidades racionais, científicas, superando a natureza e dominando-a, compondo indivíduos autocentrados e de identidades rígidas. Para Hall (2015, p. 27), o sujeito moderno, “soberano”, nasce associado à dualidade “matéria-mente”, “cogito, ergo sum” - sujeito da razão que, em seguida, dadas as novas dimensões sociais da modernidade, adquire uma concepção sociológica, interacionista, do “eu” com “a sociedade”, costurando/suturando o sujeito à estrutura, estabilizando as culturas, tornando-as predizíveis, unificadas e, até mesmo, uniformes.

Giddens (2002) ateu-se à dinamicidade agregada pela modernidade, ou seja, os mecanismos em ascensão que propunham modificações nas identidades individuais e em suas formas de se relacionarem com o mundo e seus contextos culturais e as consequências disso em sociedades tradicionais e pré-modernas. Contudo, se por um lado a modernidade propunha a homogeneidade, os estudos da pós-modernidade se atentam para as diferenças largamente reprimidas e seus processos de resistência à modernização (Castro-Gómez, 2005).

É por intermédio deste projeto de identidade humana, moderna e racional, que muitas culturas se viram invisibilizadas e em vias de desaparecimento; afinal, no discurso da modernidade se consolida o etnocentrismo e o eurocentrismo, criando oposições sociais. Essa centralidade da identidade, que é evidenciada nos

dispositivos de dinamização da modernidade em direção ao moderno apresentado por Giddens (2002), é a problemática levantada por Hall (2015) como conflito central das identidades culturais na pós-modernidade. A modernidade, ao penetrar nos limites do terreno das sociedades tradicionais, importa-lhes novos hábitos, valores e práticas, mas que não chegam a sustentar, de fato, uma superação das tradicionalidades.

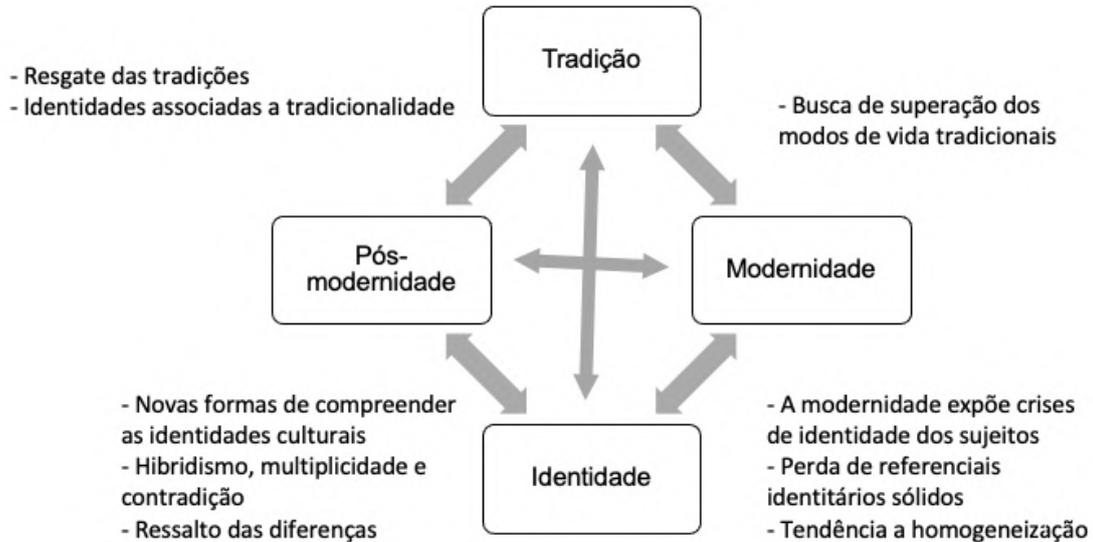
Assim, a pós-modernidade pode ser entendida como uma compreensão da ordem social posterior ao período da modernidade, fruto dos questionamentos do século XX. Embora as influências da lógica moderna se mantenham, de certo modo, atuantes, sobretudo ao se espriar aos cantos mais remotos do globo terrestre e inserindo-se em culturas ainda tradicionais, inaugura-se um novo debate nas ciências sociais para a compreensão das identidades culturais e suas diferenças, contradições, adaptabilidades, hibridismos e heterogeneidades. A pós-modernidade se caracteriza por uma crítica à ideia de progresso e às metanarrativas universais da modernidade, por valorizar a diversidade de experiências, a heterogeneidade, a fragmentação e a multiplicidade de perspectivas e por enfatizar a relatividade dos valores e das verdades absolutas (Sposito, 2006; Hall, 2015).

Hall (2015) defende que a pós-modernidade é um período histórico e cultural que não representa uma ruptura total com a modernidade, mas é uma tendência a novas compreensões das identidades culturais que se caracteriza por uma desconfiança em relação às metanarrativas e às verdades absolutas, pela valorização da diversidade cultural e pela hibridização de diferentes estilos e influências. Nestas novas compreensões, há a ideia de "descentralização" das identidades culturais dos sujeitos, ou, em outras palavras, a perda de um núcleo central sobre o qual as identidades se fixam de forma a consistir em um "eu coerente", unificado e imutável, passando a compreender os sujeitos como indivíduos que interagem com a sociedade por processos de identificação constantes. As identidades individuais na pós-modernidade, neste sentido, passam a ser compreendidas pela contradição, fragmentação e descentramento, visto que as bases sólidas que fixaram as identidades individuais às coletivas se mostravam insuficientes para situar a complexidade e o caráter relacional das identidades, entre os indivíduos e as estruturas.

A partir destes autores, elaborou-se um fluxograma síntese de tais provocações (Figura 4) que possibilita observar as relações que são tecidas entre a tendência homogeneizante da modernidade, a hibridização, a diferença e a multiplicidade

colocadas no contexto contemporâneo pós-moderno e o resgate dos modos de vida tradicionais como sobrevivência cultural de determinado grupo social.

Figura 4 - Fluxograma síntese da problemática das identidades culturais na pós-modernidade



Fonte: Adaptado de Giddens (2002) Hall (2015; 2016) e Woodward (2014)
- Elaborado pelo autor, 2022.

A partir de tais questões apresentadas, sobretudo considerando as consequências da modernidade no descentramento das identidades dos sujeitos, como sugerem os autores supramencionados, coloca-se a problemática da pós-modernidade enquanto novo período histórico proposto no âmbito das ciências humanas e sociais. O ressaltado destas novas compreensões da sociedade (e das culturas), de forma plural, multicultural, híbrida, aberta e dispersa, viabiliza a expansão da filosofia da diferença, enquanto *episteme* na qual se seguram as identidades (Woodward, 2014). Para Woodward (2014), não é mais a marcação das identidades fixas o maior interesse, mas os processos de diferenciação e representação. A diferença contribui não se opondo à identidade, mas contribuindo para sua compreensão, visto que através da representação e da diferença se expõem distintas posições de identidade.

As contribuições colocadas por Woodward (2014) abrem um leque de discussões sobre a importância de se ter atenção crítica com as abordagens essencialistas de identidade e cultura, aquelas cuja “essência” estão desde a base do seu surgimento, como a identidade nacional dada *a priori* ao nascido em determinado

território, e de apostar nas não-essencialistas, cujos processos de identificação e construção se fazem no decorrer das relações sociais. A representação relaciona-se com as dimensões simbólicas das identidades. Para Hall (2016), representação recorre à linguagem, pois a partir dela é possível re-apresentar, apresentar algo, comunicar, expor os fatos da cultura, por exemplo, mas também tomar simbolicamente elementos que tomam lugar de outro, atribuindo-lhe significados para além de sua leitura objetiva.

Sob a ótica da Geografia Cultural, tais representações encontram na dimensão territorial sua espacialidade, em que, no território, são alocados signos, simbólicos e códigos culturais que remetem aos processos de identificação cultural em curso e ao estabelecimento de territorialidades (Claval, 1999; Claval, 2007; Haesbaert, 2013).

3.3 A INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS A PARTIR DE CÓDIGOS CULTURAIS

A compreensão da constituição cultural e identitária dos povos acompanha a complexidade da vida humana em sua dimensão social, visto que a ideia de cultura pressupõe a necessidade do estudo dos processos de identificação cultural em suas múltiplas manifestações, incluindo sua dimensão territorial. Neste sentido, busca-se aprofundar a contribuição da Geografia Cultural no estudo das identidades culturais e territoriais, entendendo que estas são construídas cotidianamente em cada contexto. Tratando-se de comunidades tradicionais pesqueiras, tais relações ainda se colocam como mais desafiadoras dadas as especificidades destes grupos sociais. Opta-se, assim, por abordar a cultura a partir do conceito de Códigos Culturais, conceito a partir do qual esta é interpretada com base nas particularidades isoladas e que conjuntamente auxiliam a uma compreensão mais ampla das representações culturais que constituem as identidades coletivas (Claval, 2007; Brum Neto; Bezzi, 2008).

Os códigos culturais são entendidos como manifestações que permitem a observação de uma cultura no imaginário social e nos territórios de referência, evidenciando que, na identificação de uma diferenciação cultural, figura-se uma nova identidade cultural e territorial que é reforçada através de “símbolos comuns, funcionando como mecanismos de reconhecimento entre os membros de um mesmo grupo social, ao mesmo tempo em que os diferenciam dos demais” (Brum Neto; Bezzi, 2008, p. 255). Neste sentido, reforça-se a relação indissociável entre a escala imaterial das culturas, enquanto dimensão dos apegos simbólicos e da construção de sentido

e significado às manifestações culturais, e a escala material, em que tais elementos se colocam tacitamente, se visualizam, se materializam e se territorializam, também de forma representativa em referência à cultura que lhe atribui valor.

Os pressupostos de tal escolha conceitual reforçam-se pela visibilidade da cultura expressa no território a partir da materialidade de símbolos que “permitem a sobrevivência de um grupo cultural e têm como resultado a organização de um Espaço que se torna característico via materialização dos códigos que compõem esta cultura”, sendo conceituados por Paul Claval como “códigos culturais” (Brum Neto; Bezzi, 2008, p. 255). Decifrar e interpretar os códigos significa entender a dinâmica da cultura em questão, os valores e crenças que orientam suas atitudes e ações e as expressões materiais e imateriais que se territorializam no espaço.

Separados, os códigos culturais constituem apenas partes da expressão de uma cultura e dos processos de identificação que a sustentam em suas manifestações; tomados conjuntamente, esses códigos possibilitam uma compreensão mais ampla da cultura e suas peculiaridades (Brum Neto; Bezzi, 2008). A importância da observação destes códigos culturais se dá na medida em que compreende-se que a continuidade de uma cultura se dá a partir de sua representação, visando a transmissibilidade e defesa, em direção a sua manutenção e retroalimentação (Woodward, 2014). Tais dinâmicas são repetidas maquinalmente como um padrão orientador comum (Brum Neto; Bezzi, 2008), em que a cultura, mediada pelos códigos, é representada e materializada, assim, no território, originando formas típicas, passíveis de reconhecimento pelos demais grupos sociais, estabelecendo às identidades culturais uma dimensão territorial, e podem ser entendidos como elementos os quais permitem a sua compreensão.

Brum Neto e Bezzi (2008) defendem que a manutenção e a expressividade da cultura exige uma base material em que se expressam esses códigos representativos e que possibilite uma vinculação mais íntima dos sujeitos que compartilham daquela cultura com sua expressão. Para elas essa decodificação da cultura, pressupõe,

[...] sua análise em partes, onde cada código é visto separadamente, como um aspecto representativo da cultura, mas em conjunto, os códigos respondem a sua totalidade: O que é a cultura? Como ela é? De que forma ela se manifesta? Quais são as suas principais características distintivas? (Brum Neto; Bezzi, 2008, p. 255).

Assim, os códigos culturais podem ser classificados, entendendo a sua dissociabilidade, em dois tipos: materiais e imateriais. Os códigos materiais são aqueles que são perceptíveis através do toque, da visão ou dos sentidos de forma mais ampla, como a arquitetura, o vestuário típico, a arte, a gastronomia e a música. Por outro lado, os códigos imateriais são aqueles que não podem ser vistos ou tocados, que se expressam através de conhecimentos, crenças, valores, ideologias e convenções, antecedendo a materialidade, uma vez que estes orientam as atitudes que dão forma à cultura em suas representações. Os dois conjuntos de códigos culturais desempenham um papel importante na identificação e transmissão da cultura em um determinado território (Caetano; Bezzi, 2011).

Claval (2007) argumenta que a linguagem é central na transmissão da cultura entre os indivíduos que a compartilham. Sem limitar-se à escrita, visto que tal modo de comunicar e representar a cultura se coloca como privilégio de apenas alguns grupos, o autor situa que a transmissibilidade de práticas, valores e demais informações referentes ao modo de ser e agir em comunidade também é realizado por outros mecanismos de comunicação, como em gestos, movimentos corporais e oralidade. Hall (2015; 2016) destaca a natureza complexa e dinâmica da linguagem. Para este autor, a linguagem é relevante por sua função de comunicação, mas sobretudo por seu papel na construção de significados e identidades culturais, não apenas como meio de transmissão de informações objetivas, mas uma arena onde significados são produzidos ativamente, como um processo contínuo de produção, reprodução e transformação de significados.

Para Claval (2007) e Brum Neto e Bezzi (2008), a representação por intermédio da linguagem insere elementos de ordem imaterial que podem ser repassados gerando outros códigos culturais: os valores, as crenças, os mitos, as convenções e as ideologias, como ideias construídas e partilhadas entre os membros de um grupo social. Para esta vertente de análise, mais do que reforçar e transmitir conhecimentos de ordem prática e laboral, a linguagem e a comunicação entre os membros de uma comunidade estabelecem valores e apegos de significado aos elementos constitutivos da cultura, sejam materiais ou imateriais. A linguagem, assim, cria um sistema de valor e de importância para as coisas (Woodward, 2014).

Além disto, a interpretação da linguagem pode ser realizada como um código cultural, uma vez que esta é capaz de apresentar

[...] as características de uma cultura através das gerações, ao descrever oralmente ou através da escrita, a história de luta desse grupo, o significado do estilo das casas, gastronomia, vestimentas, festas e músicas desse povo, além de afirmar a importância da manutenção de suas crenças, valores e ideologias (Caetano; Bezzi, 2008, p. 463).

Franz (2020, p. 94) acrescenta que “A linguagem é tanto um código cultural material quanto imaterial”, na medida em que expressa por diversos meios, “que podem ser sonoros, escritos, imagens eletrônicas ou até objetos, para significar ou representar para outros indivíduos os conceitos, ideias e sentimentos do grupo social”. Correlacionando com Woodward (2014, p. 8), as identidades são marcadas pela diferença, ou por diferenciações, e “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais as culturas são representadas”. Re-apresentar, ou seja, tornar presente a identidade envolvida e não obrigatoriamente através da escrita.

Assim, ressalta-se a potência da linguagem nas construções simbólicas imateriais imperantes para a constituição identitária e territorial de uma cultura em determinada comunidade (Brum Neto; Bezzi 2008; Brum Neto, 2012). A imaterialidade da cultura compõem essa dimensão de significados que são atribuídos aos elementos.

Indo adiante, compreende-se que os códigos culturais imateriais se apresentam também de forma combinada com a materialidade, por exemplo, através de sua visibilidade no território, dada a sua vinculação intrínseca com os valores, na linguagem, no discurso e na transmissibilidade de forma comunitária e geracional.

Brum Neto argumenta que

A importância dos códigos imateriais reside na sua capacidade de organização do pensamento, ou seja, a materialidade do território parte da sua idealização, das normas, das condutas, dos princípios, enfim, o que é relevante se materializa na organização territorial (Brum Neto, 2012, p. 103).

Assim, essas manifestações imateriais integram conhecimentos, saberes-fazer, valores espirituais, conjecturas, convenções, ideologias, mitos, crenças, etc. que representadas materialmente, e expressas na comunicação, sustentam a perpetuação da cultura e suas adaptações, formando um tecido complexo de significados e práticas que transcendem a materialidade, desempenhando um papel fundamental na construção e preservação da identidade cultural.

A partir de tal elucidação, torna-se mais compreensível a leitura dos elementos de ordem material. Para Caetano e Bezzi (2011), a arquitetura e as construções paisagísticas, a música, a religião em suas festividades, os monumentos e os

vestuários são exemplos de códigos culturais manifestados nas paisagens, podendo ser visualizados. Em cada contexto cultural, haverá a manifestação de signos e símbolos de forma material, que sinalizam lastros da identidade cultural ali construída.

Ao propor análises dos códigos culturais de dimensão material, como na arquitetura, nos elementos físicos contidos no território, ressalta-se que tais características não necessariamente representam a totalidade da identidade cultural de um grupo, mas se expõem enquanto uma forma desta, através de sua visualidade, em que é possível o reconhecimento pelo olhar do Outro. O mesmo ocorre para as festividades, a musicalidade, a religiosidade e outros elementos de ordem imaterial, uma vez que tais questões nem sempre são compreendidas pelo próprio grupo social enquanto elementos da cultura, mas que, tomados conjuntamente, e pela combinação única destes elementos naquele referido grupo, denotam sua peculiaridade e diferenciação cultural (Brum Neto, 2012; Caetano; Bezzi, 2011).

Assim, os códigos culturais possibilitam compreender os elementos materiais e imateriais que se vinculam à constituição identitária de cada cultura. Enquanto um sistema de símbolos e significados, os códigos culturais não são universais, no sentido em que cada cultura, no desenvolvimento de seus processos de construção, desconstrução e reconstrução, significam e ressignificam os elementos que lhes diferenciam das demais (Claval, 2007; Brum Neto, Bezzi, 2008).

Por tanto, Claval (2007) resgata a problemática da cultura como herança. Herança não como algo dado, pronto e acabado, mas enquanto repasse, constructo histórico, aberto, em constante construção e adaptação. Este autor ainda reforça o jogo da linguagem na transmissão entre as gerações e, sobretudo, no contato familiar, na medida em que também compreende que a cultura não deve ser lida como um recorte analítico de compreensão das características “atuais”, mas enquanto processo de continuidades e descontinuidades e de constante atualização - identificação. Em outras palavras, não se trata de como os códigos da cultura estão se comportando e se mostrando na atualidade, mas como eles funcionam na construção cotidiana de sentido e significados que mantêm vivas as tradições e as práticas culturais daquele grupo, ainda que estejam em constante mutação pelas gerações mais novas.

A partir do exposto, compreende-se que tal conceito contribui para interpretar a configuração cultural e a construção da identidade cultural dos pescadores artesanais em São José do Norte, na medida em que possibilitou compreender os códigos que compõem a construção de uma identidade própria, quer sejam através

dos elementos materiais visualizados no território pesqueiro, quer sejam através dos discursos e narrativas e nos significados atribuídos a estes.

3.4 IDENTIDADES E MARCADORES TERRITORIAIS: O ELO ENTRE ESPAÇO E CULTURA

A Geografia se consolida como um campo de produção do conhecimento que busca associar as dimensões envolvidas na dinâmica social com as relações que são estabelecidas espacialmente (Suertegaray, 2005; Sposito, 2006). Com enfoque nas questões culturais, a Geografia carrega, ainda, o compromisso de associar às dinâmicas sócio-espaciais as dimensões simbólicas, afetivas e representacionais em que se apoiam também estas relações (Heidrich, 2016). O território, assim, ganha força nestes estudos que envolvem cultura e espaço, através das identidades territoriais dos grupos (Claval, 1999).

A Geografia remonta ao final do século XIX e início do século XX, quando estudiosos começaram a estudar as relações entre as pessoas e o espaço em que viviam, concentrados na forma como as pessoas usavam e transformavam a paisagem, bem como nas relações estabelecidas entre as pessoas e o ambiente (Sposito, 2006). Ao tratar de um estudo que envolve grupos sociais e suas espacialidades, a Geografia Cultural emerge como subdivisão, fortalecendo os estudos das subjetividades, das relações de pertencimento ao espaço e da construção de espacialidade mediatizada pela cultura.

As leituras da Geografia a partir da observação e descrição dos espaços ocupados pela sociedade estão no cerne de sua origem como ciência, que, após muitas crises e renovações, ainda preserva na sua contribuição ao conhecimento científico o potencial de compreender a interface entre a sociedade e a natureza. No interior deste amplo campo do conhecimento, têm-se a consolidação de uma vertente voltada à cultura: a Geografia Humanista e Cultural, que também experienciou suas crises (Suertegaray, 2005; Claval, 2007). Nesta pesquisa, resgata-se a Nova Geografia Cultural, despontada a partir da década de 1980 quando esta passou a ser influenciada por teorias do estruturalismo e da semiótica, que enfatizavam a importância da linguagem e da comunicação na construção da cultura e da sociedade e a interpretação simbólica atribuída ao espaço (Claval, 2007).

A partir da segunda metade do século XX, a Geografia Cultural consolida-se, então, como subdisciplina da Geografia e passa a empregar métodos e metodologias que enfatizam a análise dos símbolos e significados culturais que são atribuídos ao ambiente (Claval 2007). Paul Claval, um dos teóricos proeminentes naquele período, sinaliza a possibilidade da interpretação cultural a partir da compreensão dos códigos culturais, materiais e imateriais, imperantes na construção de identidades e suas diferenças, com forte ênfase nos conceitos de Paisagem e Lugar (Claval, 2007), mas também de Território (Bonnemaison, 2002; Haesbaert, 2004), conceito adotado nesta pesquisa para proporcionar uma leitura entre cultura e espaço.

Historicamente, a Geografia tem valorizado e revalorizado seus conceitos, sendo o de Território o conceito que, de acordo com Suertegaray (2005), é o que tem adquirido maior destaque na atualidade e se projetado no futuro. Na pesca artesanal, de igual forma, os geógrafos têm priorizado os estudos territoriais (De Paula, 2023).

O território pode ser compreendido como uma porção do espaço que é apropriada e organizada por um grupo social, garantindo-lhes determinados privilégios sobre seu uso (Santos, 2006). Considerando sua dimensão física, “o território, então, pode ser interpretado como um produto social que foi construído pelo trabalho dos homens sobre o espaço” (Franz, 2020, p. 55). Neste sentido, o território, em sua compreensão mais clássica, se coloca como um espaço construído e organizado socialmente, cuja definição de limites, abrangência e espacialização das relações de poder possibilita a apropriação da terra como fonte de recursos úteis à subsistência de quem o possui, através de sua dimensão funcional, ou seja, por relações de dominação e apropriação por grupos sociais (Haesbaert, 2004).

Na leitura geográfica contemporânea do conceito, cultura, identidade e território se mostram como associados, ainda que não exista um consenso acerca do valor da identidade no laço territorial pelo desenvolvimento de distintas abordagens utilizadas pelos geógrafos na definição, com destaque às abordagens que focalizam dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais, de forma relacional, ou então privilegiando um(as) em detrimento de outra(s) (Saquet, 2003).

Vale destacar um pouco das origens da noção de território. Inicialmente, a palavra território deriva do latim *territorium*, por sua vez, derivada do vocábulo *terra*, que sumariamente se relaciona com a materialidade (terra) e o terror; aterrorizar, como advertir as pessoas externas dos limites de tal jurisdição (Haesbaert, 2004). Em uma leitura mais recente, o mesmo autor esclarece que,

O termo nasce, portanto, no contexto europeu, com uma clara conotação político-administrativa. Na modernidade ocidental esse uso se consolida ao associar território à área sobre a qual se exerce a soberania do Estado-nação e/ou nos limites da qual tem validade seu sistema jurídico (Haesbaert, 2023, p. 1).

Destaca-se a institucionalização do território que se caracteriza por uma série de mecanismos de controle e de disciplinamento do território nacional por intermédio do Estado, visando estabelecer uma ordem social e política que atenda aos interesses da classe dominante, incluindo o uso da violência física, a criação de instituições regulatórias e a formação de aparatos de vigilância e controle. (Haesbaert, 2004; Foucault, 2014), ou o que, no universo da pesca artesanal, De Paula (2023) chamaria de território das instituições.

Neste sentido, “por estar impregnado em um jogo de forças econômicas, de classe, o território é também (e muitas vezes sobretudo) moldado nos embates do poder econômico das classes hegemônicas” (Haesbaert, 2023, p. 3), tornando-se crucial um esforço para compreender a configuração territorial “a partir dos múltiplos sujeitos sociais envolvidos nas dinâmicas de des-re-territorialização, especialmente considerando as distinções e imbricações entre classes ou grupos hegemônicos e classes ou grupos subalternizados”.

O poder, assim, se estende por outras esferas da vida – e para além da vida (por exemplo, no domínio e exploração de aquíferos, energia eólica, solos e minerais pelo neoextrativismo), envolvendo dimensões como a simbólico-afetiva, cada vez mais presente através da força de símbolos (na construção de identidades, por exemplo) e emoções (como o medo, cada vez mais central na construção da política) (Haesbaert, 2023, p. 4).

E na tentativa de compreender essas relações territoriais que não se limitam à composição de territórios políticos legitimados, Haesbaert busca defini-las de forma relacional, considerando apropriações funcionais e simbólicas. Para ele,

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (Haesbaert, 2004, p. 95-96).

O conceito, então, possui relação com a dimensão da vida material, associado ao uso político e à organização de espaços de controle, ao território de um Estado-nação e o controle de suas fronteiras e também, a partir das múltiplas camadas de

significado que permeiam o território, através das práticas culturais, narrativas locais e das representações simbólicas, à composição de identidades territoriais que influenciam as percepções e vivências individuais e coletivas sobre o espaço (Haesbaert, 2013). Assim, “os processos de territorialização, se estendem desde a dominação mais explícita e coercitiva até a apropriação num sentido simbólico e afetivo” (Haesbaert, 2023, p. 3).

Neste sentido, enquanto dimensão de dominação e apropriação “funcional”, o território fundamenta a compreensão das relações entre diferentes grupos sociais para a análise das desigualdades que se estabelecem no Espaço e se expressam de forma mais concreta na impossibilidade de uso de determinadas porções do Espaço que foram territorializadas. Contribuindo para elucidar tal dimensão política e econômica, visualizada na escala do poder, Porto-Gonçalves assinala que

[...] os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, assim, sempre afirmam os sujeitos sociais que por meio deles se realizam. Por isso, mais que a idealização de qualquer territorialidade é preciso verificar as relações que as conformam (Porto-Gonçalves, 2006, p. 179).

Em outra direção, relacionando-se com a dimensão cultural da vida humana, o universo simbólico e a compreensão dos processos de territorialização a partir das identidades, Bonnemaïson (2012) afirma que a Geografia passa, então, a entender que a cultura traduz-se também em espacialidades que não podem ser separadas da ideia de território. A existência de uma cultura implica na criação de um território que sustenta a construção de sua base material e simbólica, sob a qual é possível expressar a relação entre a cultura e o seu espaço, assim como suas resistências. Neste sentido, retoma o anúncio de Claval (1999) quando afirma a emergência de estudos territoriais associados às identidades culturais. Ele afirma que

[...] os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizados dos territórios é inseparável da construção das identidades. Uma e outra, essas categorias são produtos da cultura, em um certo momento, num certo ambiente: os dados objetivos permitiriam, no mesmo quadro, definir outras identidades e outros territórios. Como todas as construções, elas podem ser colocadas em questão, e por vezes o são - há crises identitárias que provocam frequentemente uma modificação da relação com o espaço (Claval, 1999, p.16).

Neste sentido, este exprime o pertencimento identitário e a manutenção da organização social, em que “a transformação contemporânea dos sentimentos de

identidade tem repercussões sobre a territorialidade: ela leva a uma reafirmação apoiada nas formas simbólicas de identificação” (Claval, 1999, p. 20). Da mesma forma, comenta Haesbaert (2004, p. 96) que “cada classe ou instituição pode 'territorializar-se' através de processos mais funcionais [...] ou mais simbólicos, na relação que desenvolvem com seus espaços”.

Vale destacar que, na leitura de Haesbaert (2004), os avanços da modernidade e a perspectiva da pós-modernidade, que direcionam para uma leitura do “fim dos territórios” e da homogeneização cultural, não se sustentam. Ele defende a manutenção de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) que conduzem a uma composição multiterritorial. Nesta perspectiva, a perda de referenciais identitários e de vínculos com o espaço promovidos pela sociedade globalizada conduz a novas ressignificações “em defesa de suas especificidades históricas e geográficas” (Haesbaert, 2004, p. 92), fortalecendo ainda mais a importância dos vínculos simbólicos e culturais.

A cultura enquanto representação é lida, então, a partir de seus símbolos e significados, ou mesmo de seus códigos culturais, em uma compreensão geossimbólica que se situa entre cultura, identidade e território.

[...] uma semiografia feita de um entrelaçado de signos, figuras e sistemas espaciais que são a representação, arriscando dizer, "geossimbólica", da concepção que os seres humanos fazem do mundo e de seus destinos. Essa semiografia quadricula o espaço em territórios que são sociais e, mais profundamente, culturais (Bonnemaison, 2002, p.105).

Bonnemaison e Crambezy (1996 *apud* Haesbaert, 2004) assumem uma conceituação de território mais idealista, pois salientam que abordagens utilitaristas do território são insuficientes para compreender as problemáticas das identidades na contemporaneidade que sustentam territorialidades. Para eles,

[...] o poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Assim, o território cultural precede ao território político e ainda com mais razão precede ao espaço econômico (Bonnemaison; Crambèzy, 1996, p. 10, *apud* Haesbaert, 2004, p. 72).

A partir dessa concepção, o território funciona como espaço de referência para as culturas e compõe identidades territoriais distintas. Compreendendo que a cultura dos pescadores artesanais é um conjunto complexo de práticas, valores, conhecimentos e símbolos que se entrelaçam e se relacionam com diferentes

aspectos da vida social e ambiental dessas comunidades, o território pesqueiro não se reduz apenas à prática da pesca como atividade econômica, mas integra toda a dimensão de seu modo de vida e cotidiano, sustentando suas resistências culturais e territoriais.

De acordo com Chelotti (2010, p. 171), a noção de identidade, seja individual ou coletiva, “pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial”. Para este autor,

Os espaços diferem de acordo com suas características materiais e imateriais, ou seja, os seus recursos biofísicos e humanos, relações sociais, modo de produção e a sua cultura. A partir de relações específicas com homem versus meio, as sociedades historicamente construíram identidades territoriais próprias, para seus signos, símbolos e pertencimentos (Chelotti, 2010, p. 173).

Reconhecendo a dimensão dos signos, símbolos e da composição identitária dos territórios, Chelotti (2010, p. 173) entende que, no contexto de pesquisas brasileiras com esse enfoque, “percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades”.

Neste sentido, o conceito de códigos culturais apresentado por Claval, 2007, Brum Neto e Bezzi (2008), Caetano e Bezzi (2011), e outros relaciona-se com o conceito de marcadores territoriais. De acordo com Silva (2015), os marcadores territoriais funcionam como

[...] símbolos que ocorrem enquanto espaço de ação, definem territorialidades vinculadas à cosmogonia e experiências socioespaciais e possibilitam a formação das identidades culturais e do pertencimento identitário (Silva, 2015, p. 106).

Reconhecendo as dimensões materiais, como formas e elementos, traduzidos em feitos físicos e tangíveis, e também imaterialidades, em suas cosmologias, crenças, valores, hábitos, etc., intangíveis, relacionam-se os potenciais de tais códigos para a conformação de relações de alteridade. Logo, ao dotarem-se de sentido social que os traduza em marcadores de uma identidade territorial, mais do que expressarem as peculiaridades da cultura que os origina, estes sustentam caráter territorial. Para Silva,

Sendo assim, os “marcadores territoriais” são experiências, vivências, sentidos, sentimentos, percepções, espiritualidade, significados, formas, representações simbólicas e presentificações que permitem a qualificação do espaço e do território como dimensão das relações do espaço de ação, imbricados de conteúdos geográficos (Silva, 2015, p. 106).

Henriques (2004) argumenta pela emergência do conceito de marcadores territoriais como subsidiário para a analisar a originalidade do território e sua identidade. No caso de sua pesquisa, focalizada no contexto angolano, a autora sugere que esse conceito, embora trata-se de um conceito em construção, possibilitaria a identificação de sinais que denotam os apegos simbólicos e representacionais que materializam noções territoriais no espaço. Henriques então define

[...] cinco categorias de marcadores: marcadores vivos, marcadores religiosos/sagrados, fabricados, históricos, musicais. Tais marcadores, de natureza diversa, põem em evidência uma variedade de sentidos, uma multiplicidade de representações, apresentando por vezes funções sobrepostas, que assinalam e definem os territórios, garantindo a sua originalidade (Henriques, 2004, p. 13).

Os marcadores vivos, de acordo com os autores Henriques (2004) e Silva (2010; 2015) são aqueles que compreendem elementos criados pela natureza, independentes das vontades humanas, “identificados e classificados de modo a assegurar o processo de socialização do espaço, evidenciando a posse do território” (Henriques, 2004, p. 13). Neste caso, as águas, a vegetação e as potencialidades físicas do ambiente que são apropriadas, material e imaterialmente, pelos grupos sociais.

Por sua vez, os marcadores religiosos, lidos por Silva (2010) como marcadores simbólicos, estabelecem-se na configuração de espacialidades dotadas de valores espirituais e imateriais,

[...] esses “marcadores” podem ser percebidos, principalmente nas territorialidades do sagrado, em que as igrejas possuem fortes representações simbólicas e se mantêm vivas em razão de rituais, sendo essa estrutura rígida e decisivamente responsável pela conduta dos valores morais e espirituais (Silva, 2010, p. 140).

Além destes, os autores tratam sobre os marcadores fabricados, que se relacionam com os marcadores simbólicos, mas materializam-se por outras formas e objetivos, ou seja, dotam-se de utilidades e usos, sendo formas produzidas culturalmente a partir do “exercício da ação humana na produção de objetos e os quais

necessitam de matéria-prima [...] e organizadas em função das tarefas simbólicas que lhes são próprias e possuem utilização específica” (Silva, 2010, p. 141).

E há também os marcadores históricos, através de monumentos, e marcadores musicais, através de sonoridades, etc. (Silva, 2010). Assim como os demais, estes marcadores territoriais relacionam-se com as especificidades culturais dos povos tradicionais estudados pelos autores Henriques (2004) e Silva (2010; 2015), que tratavam-se de povos indígenas com uma ancestralidade marcada pelos valores religiosos que se traduziram em espacialidades religiosas.

Silva (2010) também apresenta, entre outros, os "marcadores funcionais", aqueles que remetem à organização do funcionamento dos espaços, como vias de acesso e localizadores espaciais, e os "marcadores linguísticos", focalizando a linguagem, como representação. De acordo com Silva (2010, p. 148), “Por meio da representação simbólica da linguagem e da forma como se exprimem, os coletivos se reconhecem e enraízam suas identidades culturais”, assim,

A linguagem é condição *sine qua non* que o indivíduo carrega, se apresenta e se representar, ou seja, ela é um “marcador territorial” de internalidade e exterioridade pessoal e territorial, porque onde quer que esse indivíduo caminhe estará conduzindo esse “marcador” como algo inerente, como pertencimento (Silva, 2010, p. 147).

Para pensar a atribuição da leitura das identidades territoriais dos pescadores artesanais de São José do Norte, em todo o caso, é importante entender que estas podem se configurar a partir de manifestações próprias, não se limitando aos marcadores territoriais reconhecidos no contexto de estudos de Henriques (2004), ou Silva (2010; 2015), visto que os marcadores territoriais “não possuem exclusivamente uma única forma e cor específica, racionalidade funcional e econômica privativas”, mas são, antes de tudo, “portadores de formas e representações simbólicas para seus habitantes e frequentadores e integram o constructo da identidade pessoal, coletiva e da organização socioespacial” (Silva, 2010, p. 140).

A partir da análise dos códigos culturais, tomando suas manifestações materiais e imateriais, torna-se possível compreender as representações das identidades culturais dos pescadores artesanais em São José do Norte e, a partir dos marcadores territoriais, o emprego da dimensão territorial. Neste ponto, a principal diferença entre estes dois conceitos é o enfoque dado à materialidade como marcador territorial. De acordo com Henriques (2004, p.12), “é a vertente da materialização que

permite a manipulação, tornando visível e palpável os sinais identificadores dos territórios”. Neste sentido, os códigos culturais podem ou não consolidarem-se como marcadores territoriais, mediante a função que exercem na constituição territorial em questão.

A identidade territorial, então, aparece como um conceito fundamental para a compreensão das relações entre a cultura e o território. Em vista disso, nesta pesquisa, compreende-se o território pesqueiro enquanto o espaço usado pelos pescadores para o desempenho das atividades envolvidas no seu modo de vida, que se valem de processos de práticas profissionais e laborais, mas sobretudo de processos de identificação e pertencimento, incluindo relações subjetivas e culturais, apegos simbólicos e valores, que os diferenciam no contexto geral da sociedade e que os apresentam a partir de códigos culturais que materializam marcas territoriais no espaço.

3.5 OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Convém, por fim, realizar amarras entre as discussões teóricas anteriores com o fenômeno da pesca artesanal no município de São José do Norte. Falou-se da intrínseca relação entre cultura e natureza enquanto pares dialéticos (3.1), de identidades e diferenças através da representação (3.2), da interpretação da cultura na Geografia a partir de seus códigos (3.3) e da compreensão de como estas manifestações culturais se territorializam e sustentam o sentido de identidade territorial através de marcadores territoriais (3.4). A partir disto, resgata-se a contribuição dos estudos da pesca artesanal, em diálogo com as provocações anteriores, no contexto do município de São José do Norte e do destaque à dimensão cultural da pesca.

Pescadores artesanais são compreendidos enquanto grupos sociais que praticam a pesca em pequena escala, de forma tradicional e artesanal, como modo de vida. Sua peculiaridade diz respeito, sobretudo, ao uso e manejo sustentável do/no ambiente em uma relação peculiar com a natureza (Diegues, 2004), constituindo comunidades tradicionais e territórios (De Paula, 2023) com especificidades culturais que lhe são próprias e transmitidas entre gerações.

De acordo com De Paula (2019, p. 45), o que define ser pescador artesanal não cabe no conjunto de critérios estabelecidos na legislação. Para ele, estes são sujeitos de direitos individuais e coletivos que desenvolvem a pesca como principal fonte de renda, portanto, que “estão inseridos nas diversas atividades que compõem a pesca artesanal” e que podem se autodeterminar a partir de saberes e fazeres aprendidos no âmbito comunitário, no ambiente, por meio de relações e vínculos familiares e “por meio de interdependência econômica, ambiental e cultural, entre outras, que se estabelecem no território tradicional”, de forma inseparável “ao seu modo de viver, cuja noção de autonomia e liberdade são característicos”.

No contexto brasileiro, ao despontar dos anos 2000, observou-se uma preocupação maior na gestão dos recursos naturais, o que levou a novas normas e leis para o enquadramento da pesca artesanal e o uso dos recursos ambientais, em especial, destacado na Lei nº 5.051, de 05 de abril de 2004, que torna o Brasil signatário da Convenção de número 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tratativa sobre Povos Indígenas e Tribais, e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007). Este documento reconhece a importância das comunidades tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais e orienta aos países a adotarem estratégias de preservação desses povos, em escala global, ante aos avanços da super exploração dos recursos ambientais na contemporaneidade, no interior de seus territórios nacionais.

Com base nesta legislação, tem-se o Decreto Nº 6.040/2007, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Lei n. 11.959, de 29 de Junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; estas últimas, de caráter regulatório restringem o uso e a exploração dos recursos naturais, de forma a salvaguardar o desenvolvimento sustentável de tais ambientes, bem como garantir a manutenção dos modos de vida e culturas próprias (Brasil 2007; 2009), que apresentam ainda alguns desafios no reconhecimento das comunidades tradicionais de pescadores como tais.⁶

⁶ O estudo de Vasconcellos e Kalikoski (2014) apresenta um panorama mais amplo das problemáticas enfrentadas sobre o reconhecimento, quantificação e enquadramento dos sujeitos da pesca na legislação de âmbito federal e estadual, sobretudo para o caso da Lagoa dos Patos.

O decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, traz em sua redação uma compreensão do que se entende como povos ou comunidades tradicionais, os quais são definidos pelo Artigo 3 como:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007, n.p.).

Tais comunidades tradicionais englobam tanto os povos indígenas e quilombolas, mas também ribeirinhos, caiçaras e pescadores artesanais, que mantêm uma visão tradicional no modo de se relacionar com o território, associadas a modos de produção pré-capitalistas. As comunidades tradicionais, neste sentido, com ênfase nos pescadores artesanais, são compreendidas enquanto grupos sociais, com peculiaridades de uso e manejo sustentável do/no ambiente, mas também, enquanto culturalmente diferenciados, dada as suas relações peculiares com a natureza, em que se desenvolvem práticas culturais que lhes são próprias e transmitidas por gerações, cujo território é inseparável de suas existências (Peruzzo, 2002; Diegues, 2004; Brandão; Borges, 2014; De Paula, 2018; 2019; 2023).

Na leitura de Claval (2007), existem diferentes formas de se relacionar com a natureza, nos modos de reconhecer o meio físico, orientar-se nele, marcar, recortar e institucionalizar para uso e apropriação. Claval (2007) argumenta que essas culturas desenvolvem formas de observar e compreender a natureza de forma a transformá-la como parte da sua composição de saberes e práticas, como exemplo, cita-se que uma formação vegetal, ou rochosa, que para outra cultura se homogeneiza na paisagem, ou mesmo seja um vazio aparente, para a referida cultura pode representar um local de cuidado e atenção por conter algum perigo, ou simbolizar um local estratégico para o uso e atividade laboral.

Por tal peculiaridade, Diegues defende que

Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro mas a reprodução cultural e social como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos (Diegues, 2004, p. 18).

Assim, parte dessa diferenciação cultural e associação específica com a natureza é marcada pela presença de saberes tradicionais que lhes são específicos, em que, “em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos” (Diegues, 2004, p.15).

Para De Paula (2019), nas comunidades tradicionais pesqueiras são estabelecidas relações territoriais que se estendem entre terra e mar e que agregam as relações humanas entre os atores da pesca, sobretudo no repasse e na construção de saberes tradicionais. Para ele, e também para Diegues (2004; 2008), compreende-se a dimensão da cultura dos pescadores artesanais de forma tradicional a partir dos conhecimentos e saberes compartilhados de forma comunitária pela integração de práticas de uso do território, assim produzindo territorialidades que são amplas e adaptáveis às variações da natureza, da movimentação dos cardumes, mas que também se centralizam nos locais de trabalho e moradia na área continental.

No sentido de compreender os elementos que figuram os pescadores artesanais como povos tradicionais, alguns autores como Diegues (2004; 2008) e De Paula (2019; 2023) argumentam acerca de alguns elementos constitutivos da complexidade envolvida na compreensão da temática de interface entre cultura e comunidades tradicionais de pescadores: destacam a dimensão da tradicionalidade e dos conhecimentos tradicionais; a peculiaridade na relação com a natureza e o conhecimento construído nesta relação; a dimensão territorial e a composição comunitária dos seus espaços de uso, apropriação e existência; a importância e centralidade das relações familiares; a presença de valores, crenças, mitos e simbolismos associados ao modo de vida e atividade laboral, sobretudo associados à figura do mar e sua imprevisibilidade e a escala produtiva e o caráter de subsistência, no geral, associados à pequena escala de produção e baixa rentabilidade econômica.

Diegues também defende que

Um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do *modo de vida*, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade* (Diegues, 2004, p. 90, grifos do autor).

A pesca artesanal, neste sentido, se apresenta vinculada à composição de comunidades tradicionais, sobretudo pela relevância de seu modo de vida e de sua relação com a natureza, mas também a partir do auto-reconhecimento e do

pertencimento. A pesca é responsável pela manutenção do senso de identidade e da vinculação destes sujeitos como pescadores artesanais, indo além de ser uma simples profissão; é uma maneira de viver, enraizada em tradições, conhecimentos e valores transmitidos ao longo de gerações, com forte apego comunitário.

De acordo com Peruzzo (2002, p. 276), o termo comunidade “Tem sido usado na tentativa de explicar fenômenos os mais diversos. [...] Por vezes empregado como sinônimo de sociedade, organização social, grupos sociais ou sistema social.” Para esta autora, “As mudanças vividas na sociedade e que tem contribuído para constituir novas formas de organização social e de sociabilidades, alteram determinados paradigmas e indicam a necessidade de revisitar e repensar os conceitos de comunidade” visto que tal conceito possibilita lastros dos mecanismos que subsidiam tal organização social, ou mesmo, diz deste “movimento que se constrói a partir do local de moradia ou de outras identidades, sejam elas simbólicas, espirituais etc., que afloram simultaneamente ao processo de globalização” (Peruzzo, 2002, p. 2).

Indo além, Brandão e Borges (2014, p. 1) também vinculam a noção de comunidades tradicionais a uma ancestralidade, a uma manutenção de práticas e organização que sustentam um modo de existir: “o lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado, no qual as pessoas se reúnem para viver suas vidas e dar um sentido a elas. Comunidade é o lugar da escolha, onde os grupos humanos livremente se congregam”. Dialogando com os estudos da pesca artesanal de modo mais aproximado, situa-se que a tradicionalidade e os manejos sustentáveis do ambiente representam um dos elementos que apresentam a defesa do conceito de comunidades tradicionais, mas que se complementam com práticas políticas, processos de identificação cultural e territorial e, sobretudo, senso de pertencimento e hibridismos. Como afirmam Brandão e Borges,

[...] não está tanto em sua tradicionalidade, pois este atributo sim parece ser bastante pouco aplicável como um diferenciador de modalidades de grupos sociais, de formas de povoamento, de modos de vida, de culturas e de identidades. A autonomia, a autoctonia e a cultura de resistência, sim. O fato de uma comunidade de povoadores de um território poder reclamar o “ser daqui”, ou “estar aqui” desde tempos imemoriais ou, pelo menos, desde “a chegada do estranho”. Do “outro” vindo de fora (Brandão; Borges, 2014, p. 15).

Nesta interpretação, a tradicionalidade associa-se com as problemáticas da compreensão cultural do ponto de vista latino-americano. A herança cultural da modernidade consolida certa tradição na leitura e legitimação de práticas culturais

associadas às linguagens artísticas e à “alta” cultura europeizada, que, no contexto em questão, é permeada de hibridismos, de valores considerados na modernidade como arcaicos, ultrajados, que se valem de tradicionalidades, ainda que se modernizem: “os países latino-americanos são atualmente resultado da sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas [...], do hispano-colonial católico e das ações políticas educativas e comunicacionais modernas” (Canclini, 2019, p. 73).

Como afirma Quijano (2005, p.112) “a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização de populações não-europeias é, portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrista e além de tudo provinciana”. Para este autor, mais do que pensar a construção ideológica da modernidade centrada na Europa enquanto propulsora da modernização do mundo - logo, estabelecendo-se enquanto “modernos” e os países periféricos como “primitivos” - esta conduz mudanças nos modos de subjetivação, através da colonialidade:

Há, claro, uma relação umbilical entre os processos históricos que se geram a partir da América e as mudanças da subjetividade ou, melhor dito, da intersubjetividade de todos os povos que se vão integrando no novo padrão de poder mundial. E essas transformações levam à constituição de uma nova subjetividade, não só individual, mas coletiva, de uma nova intersubjetividade (Quijano, 2005, p. 113).

De acordo com Marques (1980), a pesca artesanal desenvolvida no litoral do Rio Grande do Sul, em que se situa o município de São José do Norte, está associada à herança e às técnicas de pesca indígenas e à adição de novas técnicas, hábitos e culturas dos povos colonizadores que aqui se instalaram. No entanto, neste resgate de modificação e construção cultural, destaca-se um processo em atuação. Neste ponto, atualmente, as comunidades tradicionais de pescadores também são impactadas pelo diálogo intercultural, pelos avanços da modernização e da urbanização, tais como o acesso a novas tecnologias, bens e serviços, assim como pela indústria de circulação e consumo de bens culturais, na consolidação de práticas culturais populares que se universalizam pelos meios de comunicação, adentrando aos lares dos pescadores artesanais pelo rádio, pela televisão e pela internet. Vale destacar que este processo é descrito pela literatura atinente como um fenômeno da modernidade que conduz a experiência histórica das sociedades em todo o globo de forma eurocêntrica.

No âmbito da cultura dos pescadores do Rio Grande do Sul, existem elementos que possibilitam a diferenciação entre as comunidades pesqueiras (Marques, 1980). A pesca artesanal desenvolvida no Estuário da Lagoa dos Patos é conhecida por seus saberes e conhecimentos tradicionais específicos, sua distinta forma de se relacionar com o ambiente, bem como de sua construção de territorialidades e territórios advindos de saberes e práticas, de forma não homogênea.

Neste sentido, Marques (1980) apresenta o cotidiano da época por ele estudada (1980), no contexto do litoral do Rio Grande do Sul, e que se apresenta como atual na contemporaneidade, a partir da pesquisa empírica. Neste estudo (Marques, 1980), situa a organização social da pesca em torno de parselhas⁷, com o pertencimento familiar e a divisão de tarefas, em que os pescadores aparecem como grandes conhecedores dos processos. Essas parselhas se utilizam de utensílios e práticas no desenvolvimento de suas atividades laborais, com destaque às sazonalidades e safras, com suas potencialidades e limitações (Marques, 1980).

A pesca artesanal não depende apenas da posse de condições materiais necessárias à sua realização. O ato de saber pescar envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filho, recriados individualmente ou socialmente, através dos quais a parceria se realiza (Cunha, 1988, p. 57 *apud* Ramalho, 2006, p. 105).

Indo além, podemos apontar elementos ainda mais específicos no âmbito da linguagem e da comunicação dos fatos e elementos associados à pesca. Marques (1980) cita a singularidade pesqueira na forma de comunicar: expressões, desenvolvimento de apelidos em substituição a nomes próprios dos sujeitos e gírias que quase constituem um dialeto pesqueiro que consiste assim em um vislumbre do que pode ser entendido como código cultural linguístico (Brum Neto, 2012).

Neste contexto, há saberes e práticas culturais que se denotam pelo domínio e compreensão da natureza, ao mesmo tempo que excedem os limites da atividade pesqueira como tal, ou seja, como elementos da atividade produtiva, como a presença de redes, barcos de pesca, trapiches e galpões de trabalho (códigos culturais materiais). Também se expressam em outras áreas da vivência dos pescadores, em códigos culturais de ordem imaterial, mas por vezes também materializados, como na

⁷ Grupo de pescadores com um chefe (mestre) (Marques, 1980). Em nossa compreensão de parselha, apresenta-se de duas formas: a) a organização social e divisão do trabalho, ex: "eu trabalho na parselha de meu pai"; b) o conjunto de equipamentos que integram a escala produtiva, como as embarcações, redes, andanas, etc., ex: "meu pai possui uma grande parselha de pesca, composta de dois barcos".

religiosidade, nas festividades, na culinária e em diversas dimensões da vida cotidiana dos pescadores, em lendas e mitos, no desenvolvimento de medicina popular, nas músicas e danças e, sobretudo, na linguagem e comunicação próprias dos pescadores e suas maneiras de se relacionarem entre si e com outros (Marques, 1980; Brum Neto; Bezzi, 2008; Brum Neto, 2012).

Nesta dimensão da subjetividade dos pescadores artesanais invisibilizadas do ponto de vista científico por se valer de uma herança tradicional que se contrapõe à ciência moderna, destaca-se que a pesca artesanal vale-se de suas culturas e estas se diferenciam ao longo do litoral brasileiro, adequando-se ao meio na medida em que também o modificam, deixando marcas na paisagem, no território, no imaginário popular e nas representações sociais, construindo-se, reconstruindo-se e perpetuando-se na história. Para chegar ao feito central de tal análise, é preciso resgatar essa dimensão social e cultural dessas identidades, estabelecidas a partir das relações de percepção, identificação, e reprodução da cultura.

Este contexto relaciona-se com a problemática das identidades culturais anteriormente sinalizadas, em que se observa a dimensão das representações culturais em códigos, sobretudo na associação com o conceito de cultura proposto por Claval (2007), enquanto mediação dos homens com a natureza, em suas múltiplas dimensões de diferenciação.

A tradição dos estudos culturais que associam a cultura à arte, à linguagem e à intelectualidade e não dá conta de compreender esses sujeitos. Do ponto de vista latino-americano, trata-se de sujeitos compostos de múltiplas experiências culturais justapostas, como sugere Canclini (2019). Da mesma forma em que os pescadores artesanais cultivam tradições ancestrais de conhecimento do ambiente, da natureza e de seus ciclos, estes estão apropriando-se de novas tecnologias e novos conhecimentos. De igual forma, há presença de práticas religiosas de origens africanas, europeias e sincréticas ao recorrerem à espiritualidade. No reconhecimento de suas culturas, ressaltam valores do presente e do passado, por vezes apresentando reticências ao entender a pesca artesanal como fonte de cultura, ora evidenciando as materialidades e ora as imaterialidades, no que representa a perpetuação de referências culturais da globalização. A fixação identitária neste sentido se dá em torno do ofício de ser pescador de forma processual e muito particularizada para cada sujeito.

No contexto dos estudos culturais de modo mais amplo, o patrimônio se coloca como mecanismo de valorização e salvaguarda, se constituindo no âmbito das políticas públicas. Neste sentido, ao observar a dificuldade de enquadramento da pesca artesanal como propulsora de cultura, surge a necessidade de pensar a herança cultural dos pescadores artesanais à luz dos instrumentos de salvaguarda e patrimonialização; neste sentido, acontece o reconhecimento da pesca artesanal de São José do Norte enquanto patrimônio histórico e cultural, tal como é apresentado na legislação municipal (São José do Norte, 2019).

A Lei Municipal 866 de 19 de dezembro de 2019 (São José do Norte, 2019), popularmente conhecida como Lei Cilanda Borges, em homenagem à Vereadora Cinelande Borges Caminha, falecida em 2017, torna a pesca artesanal patrimônio histórico de São José do Norte. A referida lei é embasada em outros documentos que normatizam a pesca artesanal como atividade profissional, sobretudo as orientações OIT Nº 169 e o Decreto Nº 6.040, que institui a política de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais (Brasil, 2007) e que compreende as atividades dos pescadores artesanais como tradicionais. Na lei municipal é expresso o reconhecimento:

§ 2º As Comunidades Tradicionais responsáveis pelo desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva extrativista do setor pesqueiro municipal são definidas como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme redação dada pelo Decreto Federal nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 (SÃO JOSÉ DO NORTE, 2019, n.p.).

O reconhecimento da contribuição cultural e histórica da pesca artesanal em São José do Norte representa um passo em direção ao fortalecimento da identidade cultural, que, no entanto, ainda necessita de mecanismos de proteção e salvaguarda mais amplos, cuja responsabilidade recai sobre as instituições formais de patrimonialização no contexto brasileiro, visto que a própria lei não estabelece os elementos que compõem tal manifestação de cultura imaterial, ou mecanismos de salvaguarda.

A partir das questões destacadas, o patrimônio cultural, tornado como relevante aos pescadores artesanais de São José do Norte, via lei municipal, balizou uma série de questionamentos no desenvolvimento desta pesquisa, como o senso de

pertencimento ao sentido de ser pescador artesanal no contexto de São José do Norte e a contribuição desta atividade econômica e modo de vida na constituição histórica e cultural do município. Assim, para compreender um pouco mais destas manifestações culturais, apostou-se na interpretação a partir dos códigos culturais que remetem à representação cultural identificada durante a pesquisa.

Analisando em termos mais amplos, as manifestações que compõem essa realidade cultural, sejam eles materiais e imateriais, integram o universo dos códigos culturais da pesca artesanal em São José do Norte. Os códigos culturais se colocam como marcadores das diferenças culturais, que se expressam imaterialmente e materialmente, deixando lastros no território e marcadores territoriais, nas narrativas, no imaginário social e na constituição de um cotidiano específico que permeia as diversas localidades de São José do Norte e o município como um todo. A teoria apresentada foi empregada para fundamentar as discussões acerca das interpretações da pesquisa, as quais foram obtidas por meio do trabalho de campo, das observações e das anotações no diário e entrevistas realizadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, e que são detalhadamente apresentadas no capítulo 4.

4 OS CÓDIGOS CULTURAIS DA PESCA ARTESANAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: AS MATERIALIDADES E IMATERIALIDADES NO/DO TERRITÓRIO PESQUEIRO

Neste capítulo, inserem-se os resultados da pesquisa nas localidades pesqueiras em São José do Norte, com destaque dado as localidades em que se desenvolveram as entrevistas, as anotações em diário de campo e os registros fotográficos. As localidades da Quinta Secção da Barra, Capivaras, Passinho, Barranco e Várzea são a seguir apresentadas enquanto comunidades pesqueiras que exprimem como se mostra a pesca artesanal de São José do Norte em sua dimensão cultural e territorial. A pesca artesanal é uma atividade rica em manifestações culturais e os resultados apresentados buscam trazer à compreensão um pouco da riqueza cultural desse cotidiano e da vida de pescadores e pescadoras artesanais que resistem na manutenção de seus modos de vida e agregam à própria Geografia com suas especificidades enquanto grupo social culturalmente diferenciado.

A pesquisa neste momento adquire corpo e voz, em que os relatos sinalizam os elementos que vinculam os indivíduos entrevistados ao senso de pertencimento à pesca artesanal. Os diálogos, realizados com 15 pescadores artesanais nas 5 comunidades de pescadores artesanais visitadas, apresentam uma dificuldade de entendimento da pesca artesanal como fonte de cultura, apesar desta sempre estar vinculada ao modo de vida e a valorização da pesca como possibilidade e fonte de orgulho; um modo de ser, logo, cultuada por quem a faz.

Nesta compreensão, busca-se analisar o território pesqueiro de São José do Norte e o cotidiano destes pescadores artesanais, considerando materialidades e imaterialidades que constituem os processos de identificação territorial, incluindo os espaços de trabalho, de lazer e de aprendizagens; os conhecimentos tradicionais, a linguagem, as práticas religiosas e festivas, os hábitos alimentares e muitos outros que expressam uma riqueza cultural e que os distinguem no contexto geral da sociedade.

4.1 O CÓDIGO CULTURAL DO SABER-FAZER NA PESCA ARTESANAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE NA CONSTRUÇÃO E VALORIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS - "O DIA QUE NÃO ANDO NO MAR FICO MEIO TRISTE AÍ"

Ao conhecer um pouco da vida e das histórias dos pescadores artesanais de São José do Norte, o conhecimento tradicional se apresenta como elemento pelo qual muitas manifestações culturais decorrem, incluindo as de vinculação territorial. A constituição de saberes-fazer e conhecimentos tradicionais no uso, apropriação e no desenvolvimento de suas culturas, modos de vida e relações com a natureza, se colocam como dimensões da vida cotidiana dos pescadores artesanais, essas também apresentadas por Diegues (2004; 2008) e De Paula (2018; 2019; 2023).

Esses conhecimentos são cruciais para a manutenção da atividade pesqueira e não são aprendidos em manuais, textos escritos ou cursos profissionalizantes; por outro lado, se desenvolvem no cotidiano e em âmbito comunitário. Esses conhecimentos são repassados pela oralidade, pelos gestos e pela observação, de forma comunitária e geracional, e evidenciaram-se como um importante código cultural representacional da cultura dos pescadores artesanais de São José do Norte e sua composição territorial. Se por um lado, expressam uma peculiaridade cultural no que diz respeito ao conjunto de saberes-fazer acumulados e transformados pelos pescadores artesanais no decurso de suas vidas, lhes conferindo territorialidades, por outro, demonstra a centralidade da linguagem e da comunicação oral para a perpetuação da cultura, suas heranças e tradições.

Neste sentido, vale destacar que os processos de identificação cultural da/na pesca artesanal se apresentam de forma muito específica, bem aproximada aos valores do trabalho, da vida e de uma práxis, como afirma Da Silva (2009):

A cultura da pesca é labiríntica em toda a sua práxis, dada sua construção, a sua significação e o sentido de unidade econômica e política. O fato é que o universo cultural da pesca é uma representação factual da arte de pescar, da construção naval de barcos, da linguagem específica do pescador, do universo imagético dos pescadores, da religiosidade e da história cotidiana dos velhos mestres da pesca (Da Silva, 2009, p. 145).

Os conhecimentos tradicionais, enquanto manifestações imateriais da cultura dos pescadores artesanais, são lidos como códigos culturais, embasado em Claval (2007) e Brum Neto e Bezzi (2008), que definem como códigos culturais os elementos de representação da cultura de ordem imaterial, como os conhecimentos, valores, crenças, mitos e outros, que são construídos e partilhados, por meio da comunicação e da linguagem oral, entre os membros de um grupo social, em seus diferentes modos de se relacionar com a natureza e em comunidade. Corroborando com isto, De Paula (2023, p. 150) argumenta que estes conhecimentos “são repassados por meio de

gerações através da cultura, inscrevendo-se nos modos de vida das comunidades e expressando técnicas próprias”.

O elemento da aprendizagem geracional, entre familiares e membros da comunidade, é um dos elementos destacados por todos os pescadores entrevistados. A origem familiar é um dos principais fatores, como argumenta Marco Aurélio, 56 anos, pescador artesanal da Localidade da Várzea, também pescador artesanal de berço: *“Ninguém diz assim ‘vou ser pescador’, até porque tem que aprender, né? E pra aprender tem que tá junto, observando, alguém te ensinando, ou direto na prática”*. Marco Aurélio pesca com seus familiares desde a adolescência e, durante sua fala, enfatiza o quanto este fator se tornou importante na sua vinculação com a atividade e na construção de suas aprendizagens.

Na construção deste processo de identificação cultural, neste sentido, a ancestralidade e a origem familiar é um dos primeiros fatores que contribuem para o senso de pertencimento e para a perpetuação da cultura dos pescadores artesanais (Diegues, 2004; Claval 2007). A dimensão familiar também é destacada na legislação atinente ao reconhecimento da pesca como atividade tradicional em pequena escala (Brasil, 2004; 2007; São José do Norte, 2019).

A partir disto, para além da construção de conhecimentos tradicionais, configura-se a constituição de comunidades tradicionais de pescadores artesanais, como destacam Diegues (2004) e Brandão e Borges (2014). O laço geracional, a ancestralidade familiar, o apego às tradições e todo este arcabouço de saberes-fazer e práticas sustentam a manutenção de uma atividade que é desenvolvida enquanto um modo de vida repleto de especificidades culturais, memórias, resistências e, sobretudo, o manejo tradicional da natureza e o reconhecimento de seus ciclos.

Compreendendo essas relações de pertencimento com a pesca artesanal, a centralidade que esta assume nas identidades individuais destes sujeitos, que não veem (e/ou não querem) outra vida além desta, observa-se que os processos de identificação cultural estão ocorrendo. O senso de comunidade, neste sentido, muitas vezes reforça a manutenção dessa resistência cultural (Brandão; Borges, 2014). Assim, os conhecimentos tradicionais sustentam a compreensão da pesca como uma cultura, visto que os meios pelos quais eles são repassados, com a aprendizagem se desenvolvendo na prática e no contato entre os membros da comunidade, configuram relações de pertencimento.

Para Silvano, a pesca artesanal é, antes de tudo, um modo de vida e um meio de sustento, mas também uma cultura. Ele afirma: *“Eu acho que é uma cultura, né? Eu para mim é um trabalho, é um... É o meu... é como meu sustento, da minha família. Mas eu acho que é uma cultura também”*. Silvano, de 41 anos, é pescador da localidade do Passinho, possui três filhas menores de idade, e coloca em seus relatos o conflito entre a tradição da pesca em sua família e a modernização das gerações mais novas. Ao mesmo tempo em que busca ensinar suas filhas os conhecimentos da pesca artesanal, tal como seus pais e tios o fizeram em sua infância e adolescência, busca investir no conhecimento e desenvolvimento educacional delas. Ele afirma que precisou abandonar os estudos para trabalhar na pesca e não quer que o mesmo ocorra com as filhas, no que representa um tensionamento entre o “sair” e o “permanecer” na pesca artesanal, dadas inúmeras dificuldades do ponto de vista econômico e social; ao mesmo tempo em que mantém as filhas à par dos conhecimentos da atividade pesqueira.

O relato de Silvano remete ao exposto por Claudia, na Quinta Secção da Barra. Claudia, uma mulher orgulhosamente pescadora artesanal, diz que a pesca é sim uma cultura. Sua relação com a pesca é marcada pela herança familiar, mas se reforça com a religiosidade, sendo ela babalorixá de um terreiro de matriz africana. Para ela, é pelo valor atribuído por toda a família à pesca que ela se tornou pescadora. Vinda de uma família com a pesca artesanal como central, motivo de orgulho e valorização, cresceu entre a escola e as safras de tainha. Com apenas irmãs mulheres, foram resistentes em aprender o ofício de sua mãe e seu pai e faziam questão das idas ao mar. Ela conta: *“como pai não teve filho homem, e eu era bem ativa, aonde ele ia... - eu chegava do colégio, e ele estivesse lá no bico pescando - eu ia de trás”*. E complementa: *“Ele nunca incentivou as filhas a pescar. As filhas gostavam de ir atrás dele”*.

Em Claval (2007), a cultura integra a herança e a ancestralidade destacada por Claudia. Na compreensão de cultura a partir da identidade (Silva, 2014), é importante destacar que os indivíduos a desenvolvem durante a vida, mas a herança e o pertencimento familiar é o primeiro local em que as noções de identidade e pertencimento serão introduzidas ao universo individual de cada um (Claval, 2007). No caso da pesca artesanal, desde crianças os sujeitos interagem com essas manifestações culturais, sobretudo na aprendizagem dos conhecimentos tradicionais - é nesse contexto que esses indivíduos são inseridos no mundo social.

Os pescadores artesanais entrevistados pouco estudaram. Adriana, pescadora artesanal da localidade do Barranco, tem 40 anos de idade, dois filhos e atua principalmente no beneficiamento do pescado e na conservação e manutenção dos apetrechos de pesca, junto com o marido. Adriana, vivendo em uma comunidade pesqueira desde a infância, não chegou a ser alfabetizada, dada as dificuldades de acesso à escolarização no interior onde cresceu, somadas às questões de renda familiar, mas de pesca ela entende, pois aprendeu durante os anos trabalhando com seu marido.

Adilson (apelidado de Fita), 54 anos, pescador artesanal na localidade do Barranco também não frequentou a escola e cresceu em uma área remota no interior do município, sem acesso à energia elétrica, transporte coletivo e infraestrutura, acessando o centro da cidade em situações muito pontuais. Nestas situações, as aprendizagens comunitárias e no seio familiar são valorizadas, reforçando a dimensão do conhecimento tradicional; não desprezam os conhecimentos formais, mas compreendem que para ser pescador artesanal é preciso construir diversas aprendizagens.

Cleiton, ao falar da realidade em que cresceu, na Várzea, narra: *“Meu pai mesmo foi pescador. Meu vô foi pescador. Eu peguei com eles. Não chega assim... 'Ah, eu vou sair pra pescar', primeiro que tu não sabe, né? Aí tu vai, primeiro tu vai aprender.”* Logo, reforçando que a construção deste conhecimento é realizada no dia-a-dia, na prática, de forma comunitária, sobretudo com uso da oralidade, da observação e de forma intuitiva, por meio de experimentação, como Diegues (2004) traz em seus escritos.

Cleiton, pescador artesanal da Localidade da Várzea, de 49 anos, sem filhos, apresenta uma grande preocupação quanto à invisibilidade do pescador quando se trata das modificações na Lagoa dos Patos, desde as mudanças nos padrões de chuva, que impactam no calendário de pesca, como também os grandes projetos de avanços tecnológicos na Lagoa, como mineração e instalação de energia eólica que ameaçam seus territórios. O relato dele carrega um desabafo de quem alicerça sua experiência de vida ao vínculo territorial, um território de existência (De Paula, 2023).

Já Darlei é pescador na localidade das Capivaras, tem 54 anos e trabalha profissionalmente desde os 14 anos, quando formalizou sua matrícula de pesca. Ele também tem sua origem na pesca artesanal, perpetuando-a através de seus dois filhos, na casa dos 30 anos de idade, que também seguem na pesca. Darlei afirma

que não observa a pesca apenas como trabalho e relaciona-a diretamente a sua felicidade: *“para mim... bom, a pesca para mim é uma diversão, o cara andar no mar... O dia que não ando no mar fico meio triste aí”*.

Saber e fazer se complementam e integram a dimensão desta vida cotidiana sustentada pelos valores e apreços, inclusive afetivos, que os pescadores artesanais vão adquirindo a partir da construção de seus conhecimentos e com o passar dos anos. Aprender e atuar, exercitar, praticar a pesca, desde a infância, como reflexo e exemplo dos mestres que ensinaram o ofício. Saber e fazer não se dissociam:

[...] não haveria possibilidade de ser pescador apenas como domínio de uma dessas esferas sem que a consciência se humanize no mundo sensível ao humanizar-se também. É claro que o mestre torna-se mais saber do que fazer, porém seu saber foi (e é) reconhecido pela força e a qualidade de seu fazer ao longo da vida, não havendo, portanto, uma falsa dicotomia (Ramalho, 2012, p. 235).

O mesmo decorre do relato de Cleiton, pescador artesanal da Várzea, que sinaliza a força vital da pesca artesanal para sua rotina. Cleiton afirma que não pretende sair da pesca:

Eu não pretendo sair nunca, porque eu adoro a pesca. Se me tirar, que não possa pescar, igual essas eólicas... Se me tirar aquilo ali e não poder trabalhar em lugar nenhum, pode me quebrar as duas pernas. Meu meio de sobrevivência é a pesca. É o único “troço” que eu sei fazer.

Neste sentido, a pesca artesanal se apresenta como uma identidade na qual o sujeito se sente pertencente e evidencia a construção de significados que sustenta o “sentimento de pertencimento que cada grupo social expressa numa determinada porção do espaço geográfico produzindo a chamada identidade territorial” (Chelotti, 2010, p. 172), com destaque ao orgulho do saber-fazer e do domínio dos conhecimentos tradicionais e do ambiente no qual se reproduz.

O exemplo do conhecimento de dimensão comunitária e local é visualizado, sobretudo, pela diferença, ou seja, sem o contato geracional e a aprendizagem local, praticar a pesca artesanal se dificulta. Alcino, de 54 anos, 2 filhos, é pescador artesanal na Localidade do Barranco há cerca de 2 anos, quando abandonou a vida na cidade e a rotina na pesca em alto mar, de escala industrial, para montar sua parrelha de camarão e obter maior tranquilidade. Menciona as dificuldades com a nova atividade, as mudanças, e cita estar satisfeito com as escolhas, relacionando-a com a

receptividade e apoio dos pescadores artesanais do Barranco no processo de adaptação, sem o qual não teria êxito.

Para ele, mesmo tendo pescado em boa parte de sua vida, a pesca artesanal realizada no estuário da Lagoa dos Patos é um modo de vida que exige muitos conhecimentos que somente com pescadores do local se aprende. Alcindo argumenta sobre isso, dizendo que *“muitos já herdaram a parelha de pai, de parente. Até pra conseguir andana⁸ é complicado, se for pescar o camarão, tem que ter alguém que te instrua”*.

Como exemplo, Ruan cita a diferença entre crescer nestas comunidades de pescadores e crescer na cidade. Ele afirma: *“Vai tirar um cara da cidade, o cara da cidade vai vir morar aqui. Vamos supor... O cara, o garotão, igual tá nessa fase, nesse mundo, pode pensar: 'Ah, eu não, Não quero saber disso aí' Mas a gente que foi criado, se interessa...”*. Como afirma Ramalho (2011, p. 235), *“a 'vontade de pescar' unge o movimento da vida destinada a transformar o homem em pescador”*.

Ruan é um rapaz jovem, de 25 anos, que trabalha na pesca artesanal desde que saiu dos estudos, com 12 anos (ou até antes, segundo ele). Ele se apresenta como um “garoto”, na comparação com os demais pescadores da comunidade, mas que, no entanto, tem muito a discorrer sobre o sentido de ser, viver e permanecer na pesca artesanal, considerando suas dimensões culturais.

Explorando um pouco mais tais dimensões, Jonas introduz na discussão a visualidade da cultura da pesca artesanal no espaço, ou seja, a materialização da cultura através da representação. Ele afirma: *“Essa é a cultura nossa, que é a vida de pescador. Na beira de praia, toda essa área costeira, se não tivesse a pesca, tudo que estás vendo não ia ter nada, né?”*. Jonas, que é um pescador jovem, de 26 anos, tem pais catarinenses, cresceu no município de Tavares, vizinho à São José do Norte, e atualmente trabalha na pesca artesanal na Lagoa dos Patos na localidade das Capivaras.

Neste relato de Jonas, o vínculo dos códigos culturais enquanto marcadores territoriais se apresentam. Ao converterem-nos em materialidades, os pescadores artesanais produzem artefatos, ferramentas, utensílios e elementos fabricados a partir dos conhecimentos tradicionais e das funcionalidades que sustentam a atividade

⁸ **“Andaina:** Também pronunciada como andana. É um conjunto formado de redes e calões, que delimitam um território de pesca, de um ou mais pescadores, geralmente na pesca do camarão” (Conceição; Machado, 2021, p. 116).

pesqueira. Esses elementos fabricados são compreendidos como marcadores territoriais, pois originalizam o território, tornando-o característico, singular, único e sobretudo significativo aos sujeitos que compartilham de seus usos (Henriques, 2004; Silva, 2010).

Entre essa imaterialidade, mediada pelos valores do trabalho, da fonte de renda e de vida e dos conhecimentos que são aprendidos e repassados oralmente entre os sujeitos da pesca artesanal, no âmbito familiar e comunitário, e a materialidade, expressa pela valoração da beira de praia, das redes, dos barcos, dos espaços de socialização, de encontro e lazer e entre outros, a cultura da pesca artesanal se faz. Assim, essa se adapta, se situa e adquire uma dimensão que vincula-se nesta pesquisa com seu caráter identitário e territorial, conforme as bibliografias que embasam tal interpretação. *“A pessoa vai crescendo já no meio daquilo ali, desde criança, já vai pegando um hábito, uma rotina, e vai gostando também né?”* afirma Marco Aurélio.

Estes valores, hábitos, costumes e, sobretudo, conhecimentos e saberes que são repassados entre as gerações são lidos pela Geografia Cultural enquanto códigos culturais que mobilizam a transmissão da cultura (Claval, 2007, Brum Neto e Bezzi, 2008, Caetano e Bezzi, 2011; Brum Neto, 2012), e enquanto marcadores territoriais, na leitura de Silva (2015), e enquanto identidade territorial, na perspectiva de Chelotti (2010) e Haesbaert (2013).

Neste ponto, os relatos dos pescadores entrevistados expõem um conjunto de conhecimentos sobre a natureza e seus ciclos, saberes-fazeres indispensáveis para o desenvolvimento da pesca, mas também o orgulho e o senso de solidariedade e coletividade entre os sujeitos, constituindo também a pesca artesanal enquanto um valor que é cultivado entre os membros da comunidade pesqueira, como cita Claudia: *“a minha família valoriza muito a pesca... Olha a pesca para o meu pai! Ele não abre mão. É a vida dele aquela pescaria”*. Convergingo com a compreensão de Brum Neto e Bezzi (2008), os valores sustentam a existência e os processos de identificação cultural, pois é a partir dos elementos cultuados/cultivados e dos mecanismos em que são transmitidos pela oralidade que a cultura se desenvolve.

Na dimensão destes conhecimentos tradicionais, observa-se nos relatos das entrevistas e nas observações em campo a bagagem de sabedoria contida nas atividades desenvolvidas pelos pescadores artesanais; Claudia, por exemplo, expõe

como os pescadores de sua localidade, a Quinta Secção da Barra, costumam receber quem vem de fora em busca de trabalho:

O irmão do Cristiano, mesmo, queria vir pescar tainha. Por que ele tem as redinhas dele, né? Ai, o pai arrumou um cantinho para ele botar canoa e tudo. Só que a gente diz para ele: a tua rede não pesca aqui, quem tem que botar mais peso. É como se diz... “todos os pescadores são irmãos”.

O relato da entrevistada, por um lado, expõe um conhecimento do ambiente e dos locais de pesca utilizados pelos pescadores locais, de forma implícita em sua fala. Por outro lado, o reconhecimento da capacidade de pescar de um apetrecho de pesca, no caso uma rede de tainha utilizada por seu cunhado em outra modalidade da mesma prática, revela que esta rede está imbuída destes saberes-fazer. Estes conhecimentos são compreendidos por De Paula (2019) como conteúdos transmitidos pela oralidade e pela cultura e supera assim algumas dicotomias como saber-fazer e sociedade-ambiente, visto que se apresentam nessa realidade como indissociáveis. O conhecimento tradicional para este autor se coloca como um “poder” que concede a tais pescadores estratégias de apropriação e de resistência ao uso e à existência do/no território, sem o qual estes não viveriam.

Cláudia cita a tradição da pesca em sua família, que utiliza um território pesqueiro muito peculiar, denominado/reconhecido pela comunidade da Quinta Secção da Barra como “Bico”⁹, uma área piscosa da Lagoa dos Patos, margem de onde residem. Ela menciona:

Assim, a minha família valoriza muito a pesca. Eu não sei falar bonito, mas... tiro aquela base assim: Olha, a pesca para o meu pai, ele não abre mão. E a vida dele é aquela pescaria de tainha. A mãe tá com 70 (anos) e o pai com 71 (anos), e eles pescam a tainha até hoje. Nós brigando e tudo, mas não adianta. Como eu disse para as gurias: - “se tirar o pai e a mãe do Bico eles vão adoecer”.

Na leitura de Cardoso (2012), as relações estabelecidas entre pescadores artesanais e seus territórios

[...] pressupõe o conhecimento de alguns fenômenos naturais, tais como o conhecimento de ventos, águas, marés, fundos submarinos, correntes, comportamento de peixes, entre uma série de outros processos, formando sistemas cognitivos próprios para a interpretação, apropriação e representação destes processos (Cardoso, 2012, p. 10).

⁹ “Bico” é um termo para se referir a uma área de pesca, situada na Quinta Secção da Barra, São José do Norte.

A figura 5 é um registro de campo realizado na localidade da Várzea, em dezembro de 2022, e neste se observa pescadores de distintas gerações realizando a pesca artesanal em seus procedimentos de pré-captura do pescado. Nota-se que pai e filho, no fundo da imagem, compartilham do momento de conserto da rede de pesca, em que o filho acompanha o pai na atividade, ilustrando o repasse geracional; ao mesmo tempo em que outros pescadores da localidade seguem trabalhando na manutenção da embarcação, exercendo outras atividades complexas que integram o conjunto de conhecimentos comuns aos pescadores artesanais.

Figura 5 - Repasse de conhecimentos - Várzea



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Na figura 5, observa-se um aspecto da vida cotidiana das comunidades pesqueiras de São José do Norte. O destaque para o repasse geracional dos conhecimentos tradicionais através da oralidade e da observação (Diegues, 2004) também dá lugar ao uso da beira de praia para a socialização cotidiana, as trocas e as conversas descontraídas que contribuem para a transmissão de saberes-fazeres e para o senso de pertencimento dos pescadores artesanais, situando a dimensão cultural da atividade pesqueira, em suas heranças, estratégias de comunicação, linguagem, etc., como coloca Claval (2007) acerca dos elementos que integram a compreensão de cultura, reforçando também o senso de comunidade (Peruzzo, 2002).

Na dimensão de saberes-fazer, cabe destacar que estes são descritos nas diferentes etapas da atividade pesqueira. Como nos procedimentos de pré-captura, estes são evidenciados nesta pesquisa através da construção, organização e reparo dos materiais da pesca, como barcos e redes; assim como nos procedimentos empregados na captura do pescado, que envolvem atividades no mar, na escolha dos locais de pesca, no lançar as redes e no colher e retirar os pescados, o desmalhe; e também nos procedimentos de pós-captura e beneficiamento do pescado, em que se observa técnicas de conservação e manutenção de todos os apetrechos de pesca, na limpeza e beneficiamento de peixes e crustáceos e na sua comercialização.

Os pescadores artesanais desempenham múltiplas atividades e convém mencionar que há certa distribuição de tarefas a partir das individualidades de cada sujeito e sua aprendizagem, como a partir da construção das parselhas. Em termos gerais, há relações de trabalho com certa organização, integração e separação de funções que são estabelecidas na gestão do ofício destes pescadores, construídas a partir destes saberes tradicionais e no domínio da atividade (Diegues, 2004; De Paula, 2019). Tais conhecimentos são repassados para quem se aventura a adentrar no território pesqueiro fazendo-se membro, com a imersão direta na cultura, na absorção de aprendizagem, na transmissibilidade oral e nas observações cotidianas.

Na entrevista com Claudia, ela afirma que “[...] *a pescaria é uma ciência. Pescador que é profissional ele sabe, ele sabe o trajeto do Peixe todinho. Ciência que se chama. Tem que ser esperto. Se não ser esperto, se não, não mata¹⁰ nada. Pai ensina, e a gente aprende.*”

Lisandro, pescador artesanal da Quinta Secção da Barra, comenta que foi ensinado por seu pai a tecer e remendar as redes de pesca. Na época em que foi ensinado, era motivo de orgulho aprender o ofício antes mesmo da adolescência e cita que seu pai o levava até os galpões de pesca para mostrar aos demais o feito de seu filho, tão jovem, já apropriado dos conhecimentos da pesca artesanal. Os conhecimentos aprendidos daquela época se mantêm, com a adição de novos conhecimentos e práticas adquiridas com o passar dos anos, destacados por Lisandro como uma vantagem que facilita sua vida na pesca.

¹⁰ O termo “matar” é utilizado pelos pescadores para referir-se à quantidade de captura do pescado, podendo ser substituído por “pescar”, ou seja, diz da quantidade de peixes e crustáceos que foram pescados por cada um naquele dia.

Nas figuras 6 e 7, apresentam-se duas fotografias que apresentam um conjunto de elementos observados em campo e mencionados nas entrevistas com os pescadores artesanais. Na figura 6, observa-se a organização dos flutuadores usados nas redes de pesca. No formato de “boias”, popularmente conhecidas como “cortiças”, estes materiais proporcionam à rede de pesca a sua flutuação na água. O que se frisa de tal observação é a construção de um conhecimento quanto à escolha, uso e manejo deste material para a construção dos equipamentos de pesca, que, de acordo com Adilson, pescador da Localidade do Barranco, dependerá do tipo de pesca, do tipo de peixe, do tipo de rede...

Figura 6 - Cortiças



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Figura 7 - Rede de pesca sob a figueira



Fonte: Acervo do autor, 2023.

A rede é um artefato que se reveste de conhecimentos específicos (Figura 7), dotada de uma inteligência humana em sua fabricação e também de valor simbólico. As cordas que constroem o formato da rede, costurando suas malhas, é composta de elementos materiais escolhidos a partir de um saber-fazer associado às características naturais do ambiente em que será empregada. A rede, ilustrada na figura 7, em seu tamanho pequeno, de “uma braça de altura”, como afirma Adilson, foi mencionada como um utensílio de uso para subsistência, colocadas “em manjoada¹¹” para capturar peixes para as refeições do dia-a-dia. A exemplo desta, muitas outras emergem das necessidades específicas de cada sujeito, na adaptação dos conhecimentos adquiridos às novas demandas de cada contexto cotidiano.

Para Diegues (2004, p. 31-32), o conhecimento tradicional na pesca “é cumulativo durante gerações; é empírico, pois deve continuamente confrontar-se com o teste da experiência: é dinâmico, pois transforma-se em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas” e pode ser compreendido enquanto “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de

¹¹ **Manjoada:** Também se pronuncia manzoada. É uma rede de espera que é colocada à tardinha, e retirada no outro dia (Conceição; Machado, 2021, p. 118).

assegurar a reprodução de seu modo de vida”, que, por conseguinte, “sustentam o funcionamento de sistemas de manejo comunitário e estão na base das decisões e estratégias de pesca dos pescadores artesanais”.

O limiar entre a materialidade, composta por códigos tangíveis como a própria rede, os elementos que a compõem e a imaterialidade, no que concerne ao conjunto de saberes-fazeres associados ao domínio do conhecimento ambiental, incluindo a produção de diversos elementos que compõem os apetrechos de pesca, se complementam: uns não existem sem os outros. Para a compreensão mais global desta problemática, considera-se a indissociabilidade destes elementos que o transformam em únicos, no contexto da cultura local, e na costura de cada rede de pesca; os pescadores artesanais constroem seus conhecimentos e materializam-nos no mundo. Cada safra, cada apetrecho, cada atividade envolvida nestes momentos de trabalho carregam conhecimentos experienciais muito específicos e também memórias.

Ampliando essa análise para outros conhecimentos destacados pelos entrevistados, menciona-se as técnicas de observação utilizadas pelos pescadores artesanais. Conhecimentos sensoriais esses que, muito acurados, são de difícil assimilação para o pesquisador. Como exemplo, Lisandro e Suzana mencionam que aprenderam com seus pais a ouvir o barulho do “ronco” da corvina, um peixe de interesse econômico e que é abundante na Lagoa dos Patos, indicando a presença e a oportunidade de realizarem o lance. Claudia, similarmente, informa que seus pais são capazes de perceber até pelo cheiro do ar a presença de tainha, outro peixe comum das áreas de pesca dos pescadores de São José do Norte. *“Era dia de calmaria, e a tainha geralmente aparece com o vento rebojo¹², né? E o pai disse: - tô sentindo o cheiro delas. Fez um lance e encheu a canoa”*, conta Claudia, em entrevista.

Ainda nesta perspectiva de percepção do ambiente, Jonas menciona como aprendeu a contribuir com seus familiares, pela sua condição de proeiro: *“Antigamente, tinha que vir sentadinho na proa, ali cuidando a tainha pular, ou tainha correr, para tu cercar. 'Oh correu duas, três tainha na proa pode largar'. Nós largava. Foi assim que eu aprendi, né meu?”* Estes conhecimentos, assim, se apresentam na

¹² **Rebojo:** É o vento sul, bastante forte, também conhecido como Minuano, no Rio Grande do Sul. (Conceição; Machado, 2021, p. 118)

forma de “ler” e compreender os fatores ambientais que evidenciam a possibilidade de boas safras nas pescarias que são desenvolvidas pelos sujeitos.

Já Laerte, de 44 anos, pescador desde a infância, que trabalha atualmente na localidade do Passinho, faz o relato de uma pescaria em parceria com Silvano, também entrevistado pela pesquisa, destacando outro elemento do conhecimento que é atribuído durante as pescarias de camarão: o uso da iluminação para atrair o crustáceo. Laerte conta:

Aquele ano, acho que foi 2013. Nós estava aqui arrumando as coisas, a Maria Loí pediu pra ti pegar uma caixa de camarão, te lembra? Botasse dez rede ali, no costão, bem rumo daquele prédio alto, ali, uns dois quilômetros pra lá, no rumo dos prédios ali, ali é baixo, né? Botou dez rede no escuro, que o camarão geralmente é com luz que ele dá. Matou dez caixas de camarão.

Tradicionalmente, a iluminação das redes de camarão era realizada por lampiões, liquinhos e pombocas, citados na pesquisa como técnicas que aos poucos desapareceram, mas que os pescadores ainda utilizam se muito necessário. Lampiões e pombocas, de acordo com Lisandro, são lamparinas abastecidas com querosene, um combustível inflamável que gera iluminação em sua queima, e a luz de liquinho é uma lamparina montada sobre um pequeno botijão de gás. Atualmente, as lâmpadas são de LED, componente eletrônico alimentado por baterias e energia solar ou eólica.

Suzana, de 48 anos, 3 filhos, pescadora da Quinta Secção da Barra, menciona que algumas tecnologias são adicionadas à prática de pesca ao longo dos anos, o que não substitui o saber-fazer e todo esse conhecimento tradicional que é passado por geração e destaca que, mesmo a partir das modificações que vem a facilitar as dificuldades laborais, os pescadores artesanais “*têm seu próprio intuito, de saber quando a água vai estar para a enchente, vai estar para a vazante. Que aquela corrente de água não vai ser própria pro camarão, ou para a tainha.*” e que “*Ainda é tradição seguir o período das luas*”.

Ainda sobre o relato de Laerte, cabe destacar o mecanismo de reconhecimento do local apropriado para a alocação da rede de camarão, destacado pelo sujeito como “*no rumo daquele prédio alto, ali*”, que evidencia uma maneira própria de cartografar seus espaços e se situar geograficamente, a partir de elementos contidos no território, materializados em paisagens. Claval (2007) destaca que as culturas tradicionais se diferenciam desta forma, ao atribuir também significados a elementos distinguíveis por

seus integrantes, construindo mecanismos próprios de orientação no espaço, como os exemplos citados: a contagem de luas, as marcações de áreas de pescarias, o reconhecimento dos ventos, das águas e outros.

Ruan, em entrevista com outros pescadores da localidade da Várzea, menciona que às vezes torna-se necessário dialogar com outros pescadores para alcançar inserção em outras localidades, em vista destes conhecimentos essenciais para a prática pesqueira. Em períodos de pouca safra na Várzea, por exemplo, torna-se preciso realizar a pesca mais distante. Ruan acrescenta:

Se for sair da sua localidade mesmo. Daí o cara chega já... Já fala com o pescador que tem lá, "Onde eu posso botar uma andana? Onde eu posso fazer?" E o cara vai se conversando. Eles vão dizer: "Olha, esse tal lugar está vazio. Pode botar rede nesse lugar, que dá peixe". Se tem uma rede ali, já está ocupado por alguém. Agora se é uma manjoada, esse negócio, não tem lugar. "Ah tem uma rede ali" Tu só vai dar um espaço para cara né? Dá uma regalia pro cara que já lançou a dele primeiro.

O relato de Ruan suscita a análise do reconhecimento dos locais de pesca como elemento integrante do conjunto de conhecimentos tradicionais dos pescadores. De acordo com De Paula (2023, p 153), “o poder se expressa no saber, que é compartilhado por meio de conhecimentos tradicionais, que suscita práticas de uso”, estabelecendo práticas que respeitam os ciclos e dinâmicas da natureza e territorializam espaços em diálogo entre os sujeitos que os compartilham. As pescarias desenvolvidas na Lagoa dos Patos, neste sentido, apresentam relações de compartilhamento de espaços de forma coletiva e harmônica, ou por vezes conflituosas, mas sempre relacionadas ao conhecimento tradicional que são constituídos pelos pescadores em cada local.

Neste ponto, os pescadores entrevistados mencionam as principais safras e técnicas de pesca que são utilizadas em comum. Ruan e Cleiton mencionam que a pesca do camarão com andanas e aviãozinho são as predominantes na Várzea, mas que também realizam pesca de emalhe para distintos pescados, como tainha, corvina e linguado, com as modalidades de: lance, quando os pescadores lançam suas redes ao mar e aguardam um determinado período antes de colherem-na novamente, procedimento que é repetido durante o período de pescaria antes do retorno à terra; e manjoada, que consiste em ancorar suas redes em determinados locais, onde estas permanecem até o dia seguinte, quando são recolhidas novamente.

Na pesca do camarão, a fixação de calões demarcam o que os pescadores definem por “andanas”, em que amarram as suas redes de aviãozinho, espécie de armadilha de espera, que captura os camarões durante a noite (De Paula, 2018). De acordo com os entrevistados na Várzea, nas redes são fixadas lâmpadas, lamparinas e lanternas que atraem o crustáceo, alcançando maior produtividade. Para que a pesca do camarão seja exitosa, diversas questões climáticas e hidrodinâmicas na Lagoa dos Patos são condições ambientais necessárias, como a salinidade correta da água, os padrões de ventos e os períodos de incursão das larvas do camarão no interior do estuário. Esses elementos são tão relevantes para a previsão das safras que são compreendidos pelos pescadores artesanais através de observação (Diegues, 2004).

As sucessivas alterações nos padrões climáticos, mencionadas pelos pescadores artesanais entrevistados na pesquisa, impõem sobre suas rotinas a adoção de alternativas às crises financeiras que são resultado das safras pouco produtivas, que incluem a construção de novas parcerias em parcerias de pesca, a migração entre as localidades pesqueiras em busca de locais com maior abundância de cardumes e até mesmo a diminuição dos investimentos nos consertos dos apetrechos de pesca para evitar prejuízos financeiros. De acordo com Darlei, pescador do Passinho, com o aumento das chuvas, a água salinizada e rica em pescados, oriunda do Oceano Atlântico, encontra dificuldades de ingressar ao interior da Lagoa dos Patos, dificultando o desenvolvimento de espécies. A pesca artesanal, entendida enquanto uma atividade composta de inúmeros conhecimentos, presente em diferentes localidades e comunidades tradicionais, e tratando-se de uma atividade desenvolvida em espaços de uso comum, como a Lagoa dos Patos, também apresenta suas diferenciações em cada local, que preservam certa gestão comunitária do uso e apropriação dos recursos pesqueiros.

De Paula (2023, p. 154-155) defende a gestão comunitária na pesca artesanal como um elemento característico dessa de modo geral. Ele afirma que “muitos exemplos apontam medidas de manejo comunitário que proporcionam a reprodução social dos pescadores artesanais sem depredar o ambiente” e isso implica na “capacidade de acelerar os processos de aprendizagem e comunicação, tendo em vista que aumentam a capacidade dos envolvidos de suportarem, de adaptarem-se e de aprenderem com as mudanças”, em que destaca-se a vulnerabilidade da pesca artesanal pela sua intrínseca dependência da natureza e seus ciclos.

O Pescador Darlei (figura 8), nas Capivaras, argumenta que, pelas chuvas em excesso no ano de 2023, prevê dificuldades nas safras da corvina e do camarão. Na conversa com ele, ao retornar do mar naquele dia, com pouco êxito na pescaria, Darlei afirma não esperar uma boa safra na Lagoa. “*Tudo depende do ciclo das águas*”, argumenta ele, que acrescenta:

Se não tiver água doce, tiver água salgada, que nem deu... três anos, foi de água salgada. Se tiver salgada a gente tem pescaria direto. Que nem agora: Se ela tivesse salgado, essa hora o cara nem estava aqui, estaria no mar. Na tainha, na corvina, tudo, né? Camarão já dava cedo. Esse ano acho que não vamos ter mesmo. Do jeito que está isso aí vai ser meio difícil.

Figura 8 - Darlei no retorno da pescaria



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Neste ponto, os conhecimentos tradicionais dos pescadores são colocados em questão, por exemplo pela adoção de calendários de safras rígidos, através da legislação, que não respeitam as mudanças nos ciclos das águas e que desconsideram as modificações causadas por fatores climáticos e ambientais que “bagunçam” o padrão de desenvolvimento das espécies no estuário da Lagoa dos Patos. Além disto, o conhecimento dos locais de pesca e outros elementos também são adaptados conforme as necessidades se apresentam, visto que os elementos do clima não são controláveis e possuem significativo impacto nos estoques pesqueiros da Lagoa dos Patos.

Enquanto um “marcador territorial vivo” (Silva, 2010), a Lagoa dos Patos apresenta suas próprias dinâmicas e está em constante transformação por mudanças

climáticas, assim, não obedece o conjunto de leis que estabelece os períodos de safras. Neste sentido, o relato dos pescadores indicam que os conhecimentos tradicionais possibilitam compreender as dinâmicas e os ciclos da natureza conforme se apresentam e, por vezes, exigindo adaptações e ressignificações para lidar com as crises na pesca e com o peso das instituições na gestão governamental do território da Lagoa dos Patos.

Como exposto, há uma constelação de elementos que compõem a cultura dos pescadores artesanais, com ênfase nos conhecimentos que são adquiridos, construídos e repassados entre as gerações. No entanto, cabe destacar que esses repasses ocorrem de formas que exprimem outra peculiaridade cultural a que podemos compreender como um código: a linguagem. De acordo com Marques (1980), os pescadores artesanais carregam em seu cotidiano um conjunto de expressões, gírias, frases e ditos que se diferenciam entre as comunidades pesqueiras e que constituem um código cultural que representa especificidades.

4.2 A LINGUAGEM E A COMUNICAÇÃO: DO CÓDIGO CULTURAL LINGUÍSTICO À COMPREENSÃO DE UM DIALETO PESQUEIRO

Neste ponto, busca-se a compreensão das singularidades na maneira em que a cultura da pesca artesanal é comunicada entre os sujeitos que a compartilham. Na compreensão de Brum Neto e Bezzi (2008), a diferença linguística de cada cultura exprime a sua peculiaridade e nela também se sustenta parte da transmissão dos valores culturais entre as pessoas. Durante as visitas às comunidades pesqueiras, observou-se a presença de falas típicas, expressões locais, gírias e novas palavras, muitas vezes exigindo “tradução”. Conceição e Machado (2021) apresentam um glossário com termos e expressões comuns aos pescadores da Lagoa dos Patos, o que corrobora com tal análise.

Brum Neto e Bezzi (2008) entendem que a linguagem se consolida como importante código cultural, uma vez que as culturas estabelecem diferentes formas de como utilizam os instrumentos linguísticos e comunicacionais, não apenas na construção da língua falada ou escrita, mas através também de regionalismo e entre outras particularidades no modo local de comunicar. Para elas,

A *gíria* é uma denominação de vocábulos e expressões próprias de certos grupos, cuja utilização é transitória, pois se modifica com rapidez, caracterizando modismos de linguagem. O *calão* configura-se como uma linguagem caracterizada por termos grosseiros e rudes. As *frases feitas* são expressões consagradas pelo uso. Já os *ditos* são, em geral, reflexos da sabedoria popular, cunhados pela percepção de algum fenômeno. Os *apelidos* denotam uma outra forma para denominar algo ou uma pessoa, é uma alcunha que, às vezes tem significado pejorativo (Brum Neto; Bezzi, 2008, p. 257, grifos das autoras).

Um dos principais elementos a serem destacados, ao tratar da forma de comunicar dos pescadores artesanais encontrados em campo, é a simplicidade e a centralidade do conteúdo em detrimento da forma. O que se afirma a partir disto é que a relevância da linguagem, da fala e das expressões não está no uso formal da língua portuguesa, ou de grandes arranjos linguísticos para apelos estéticos, mas na valorização do recado, do conteúdo a ser comunicado e dos conhecimentos que estão neles contidos. Claudia expõe durante suas falas que não sabe “*falar bonito*”, enquanto Jonas cita “*é uma simplicidade, irmão*”, falas que se relacionam com a espontaneidade de Adriana: “*De falar, é difícil... aprender a falar é pior (risos). Tem um jeito de falar mais bruto*”.

Estar em diálogo com pescadores e pescadoras artesanais, neste contexto, torna-se desafiador, na medida em que a sonoridade das palavras ditas por eles, seus sotaques e suas gírias, exprimem uma peculiaridade que exige uma postura atenta e respeitosa, além da adaptação da linguagem acadêmica para a realidade local, de forma que a comunicação entre sujeitos entrevistados e entrevistador funcione.

De acordo com Claudia, discorrendo sobre sua realidade na Quinta Secção da Barra, ela destaca o que entende por se relacionar com a simplicidade no modo de ser e comunicar dos pescadores. Ela afirma que “*tem gente que diz que pescador é grosso. Eu não acho que o pescador seja. Eles foram criados desde pequeno nessa vida de pescaria e muito soltam os estudos para poder pescar, preferem pescar do que estudar*”.

No conteúdo desta simplicidade na forma de falar que a cultura se perpetua sutilmente. Silvano concorda: há “*Gírias, gírias do mar, expressões do mar. Coisa diferente que para nós nem parece. É tão e tão normal que não parece que é diferente*”. Como exemplo, as unidades de medida utilizadas: uma braça e um palmo são exemplos de expressões que definem determinado comprimento de medida que é lido pelos membros da cultura. Essas expressões realizam metáforas com o corpo humano; uma braça, algo em torno de metro e meio de comprimento, de acordo com

Adilson, do Barranco. O mesmo aparece para expressar elementos do clima, como em expressões pouco conhecidas que, de acordo com Lisandro, vira um “*dialeto dos pescadores*”, em que uma pessoa não acostumada a frequentar as beiras de praia (expressão muito utilizada por pescadores para se referir à orla da Lagoa dos Patos), acaba sem entender o que está sendo dito.

Durante as discussões anteriores, termos como “calão”, “andana”, “rebojo”, “manjoada”, “mareada”, “lance” e entre tantos outros são expressões destacadas pelos entrevistados com naturalidade, como intrínseco ao seu modo de ver e comunicar o mundo. Ruan descreve:

[...] tem a manjoada, que é aquela rede ferrada, rede de espera, e tem o lance também, que é lanceado e em seguida já colhe e lanceia de novo. O rebojo é vento sul né... e tem o Minuano também. Às vezes vem um arco né, já sabemos que é tempo que vai dar...

Assim, o código cultural da linguagem para a compreensão dos processos de identificação cultural dos pescadores artesanais de São José do Norte se consolida ainda mais pela potencialidade de representar, transmitir e perpetuar a cultura entre as gerações, como afirmam Brum Neto e Bezzi:

A linguagem permite, portanto, descrever e transmitir os demais códigos e “contar” como é a cultura. Todas essas formas de comunicação servem para manter a cultura através da inter-relação entre os indivíduos que a compõem e, também, para mantê-la e projetá-la no futuro (Brum Neto; Bezzi, 2008, p. 257).

A peculiaridade na comunicação e na linguagem também é visualizada de outras formas, como através de gestos. De acordo com o pescador Lisandro, durante as pescarias no mar, na utilização de embarcações motorizadas, torna-se inviável a comunicação oral, dado o barulho dos motores. Nestes casos, gestos e sinais corporais podem ser comunicados entre os trabalhadores e também com outras embarcações. Com pequenos atos gestuais é possível comunicar-se com quem está longe ou impossibilitado de ouvir, como por exemplo direções: apontando onde está o pescado, indicando onde deixar a rede; e informações: sinalizando se a pescaria rendeu, se há algum perigo no mar e entre outras, de forma intuitiva.

Neste ponto, convém destacar que o caráter de observação das visitas em trabalho de campo foi o principal contribuinte para analisar essas diferenciações, uma vez que não se obteve detalhes mais aprofundados de como estes comportamentos

sociais e linguísticos se configuram, como se expressam e se vinculam à identidade cultural e territorial destes pescadores, necessitando ainda de maior aprofundamento. Nos relatos de entrevistas, os pescadores valorizaram mais a força do diálogo, os espaços de trocas de conhecimentos e a consolidação de um jeito de ser e de conversar do que propriamente as palavras diferentes, os sons, os ditados e as gírias.

Sobre essas conversas, na realidade das Capivaras, Darlei argumenta:

Chega do mar, é uns dizendo que matou mais que o outro. E tem aquela teimação. Vai dar ou não vai dar? Uns diz que dá, outro diz que não dá. Que nem a água, agora. Uns diz que vai baixar, outros que não, outro diz que vai ter mais chuva, outro que não. É aquela rotina do dia a dia.

Cleiton, na Várzea, parece concordar, quando cita o referido comportamento. Ele afirma que gosta de falar: “*Pô, esse cara fala pra caramba, mas eu falo, gosto de falar, porque eu vivi na pesca. Com 15, com 12 anos eu já tava trabalhando na pesca*”. Para ele, a diferença na rotina dos pescadores artesanais de São José do Norte reside nesta liberdade de diálogo e socialização em beira de praia, que é intrínseco ao modo de vida do pescador.

De acordo com Hall (2016, p. 24), estudar a linguagem enquanto dimensão da representação da cultura é desafiador e, para isso, deve-se extrapolar o significado “em si mesmo”, mas entendê-la enquanto prática, um meio pelo qual são atribuídos os significados e a construção de sentidos:

Esses elementos - sons, palavras, gestos, expressões, roupas - são parte da nossa realidade natural e material: sua importância para a linguagem, porém, não se reduz ao que são, mas sim ao que fazem, e suas funções. Eles constroem significados, não possuem um sentido claro em si mesmos - ao contrário, eles são veículos ou meios que carregam sentido, pois funcionam como símbolos (isto é, simbolizam) às ideias que desejamos transmitir (Hall, 2016, p. 24, grifos do autor).

Nesta linha de compreensão da representação cultural, destaca-se a linguagem como código cultural que permeia todos os outros códigos culturais, pois é na linguagem que residem os mecanismos de atribuição de sentido e significados que se constroem as re-presentações, isto é, o uso de artifícios materiais e imateriais para expressar ideias, informações e conteúdos que estão imbuídos de valores culturais.

Esses hábitos linguísticos observados nos trabalhos de campo se apresentam nas cinco localidades pesqueiras em que se desenvolveram as entrevistas. Na Quinta Secção da Barra, Suzana destaca algo similar ao que comentam Cleiton e Darlei, mencionando que o pescador artesanal “*Já quando chega do mar fazendo aquele*

movimento, com aquela alegria quando fez uma boa pescaria: - Hoje eu matei 500 quilos de camarão. O outro já matou menos. Aí tem sempre aquela conversa de pescador na beira da praia”.

De acordo com os entrevistados, essa é a diferença linguística do pescador artesanal de São José do Norte, composta de gírias, ditos, expressões e, sobretudo, pelo conteúdo das conversas que são observadas na beira de praia e pela importância da oralidade na comunicação entre os sujeitos. Logo, a partir destes relatos, a beira de praia e toda a dinâmica social no entorno dos locais de pesca, moradia e socialização se apresentam como um código cultural que potencializa a diferença nos processos de identificação cultural destes sujeitos, sendo os locais de desenvolvimento desses repasses e representações mediados pela oralidade.

4.3 BEIRA DE PRAIA: VIVER, TRABALHAR E SOCIALIZAR EM COMUNIDADES DE PESCADORES - “A BEIRA DA PRAIA O CARA TÁ SEMPRE, NÉ?”

A proximidade dos pescadores com a Lagoa dos Patos é algo a ser destacado. Moradia e trabalho, muitas vezes, se mesclam nas localidades visitadas, em que a Lagoa dos Patos parece, metaforicamente, como extensão do quintal de suas casas. Buscando associar elementos materiais e imateriais que compõem distintos códigos culturais, nesta análise, a materialidade da construção das residências, os locais de trabalho e as feições físicas resultantes da cultura dos pescadores artesanais estão presentes também de forma imaterial, uma vez que expõem valores e hábitos típicos no âmbito local, como na tradução destes elementos visuais em locais de encontro, apego simbólico e significação.

Claval (2007) menciona que os grupos sociais constroem culturalmente mecanismos muito próprios de interagir com a espacialidade, através de reconhecimento, orientação, institucionalização, formas próprias de nomear espaços, produção de itinerários e, sobretudo, apropriação de uso dos locais que integram seus cotidianos. Olhar para as comunidades tradicionais é abrir-se para as formas com que os pescadores artesanais se produzem e reproduzem culturalmente no território, deixando marcas, materialidades e manifestações.

A beira de praia é o local em que as manifestações materiais da pesca artesanal se apresentam de forma mais presente e é o lugar de apego simbólico mais expressivo. Nas áreas litorâneas onde se desenvolvem as comunidades de pescadores artesanais, se observa a diferenciação na organização de elementos

especialmente pela presença dos apetrechos de pesca, pela construção de materialidades facilitadoras da atividade pesqueira, pela arquitetura e construção das residências e galpões de pesca e, sobretudo, pela presença de pescadores e pescadoras artesanais em atividade, desenvolvendo suas sociabilidades e utilizando seu território.

Na Várzea, Ruan define a beira de praia como o local de encontro dos pescadores artesanais no cotidiano: *“A beira da praia o cara tá sempre, né? E sempre discutindo pesca...”*. A própria moradia se coloca próxima à beira da praia, dada a centralidade da interface terra e mar que é tão necessária para a prática da pesca artesanal.

A beira de praia e a relação com as residências é um ponto de distinção entre as comunidades pesqueiras alcançadas por este estudo, reconhecendo que os territórios dos pescadores se constituem de áreas comunitárias e áreas de pesca (De Paula, 2023) que podem ser mais ou menos distantes entre si. Além disto, *“a proximidade entre área de moradia e de pesca constitui uma característica, pois as condições de navegação são limitadas”* (De Paula, 2023, p. 151). A este respeito, afirma Marco Aurélio: *“Eu moro na beira da praia já né? Tô sempre ai, falo com um, com outro... pessoal quando não tá aqui, tá mais pra lá, ou no bar. O assunto é sempre o mesmo... a pescaria do dia, o tempo”*.

Neste sentido, Neste sentido, os códigos culturais de ordem material e imaterial se apresentam de forma indissociabilizada (Brum Neto; Bezzi, 2008), visualizados na composição da estruturação física das comunidades pesqueiras e suas arquiteturas em sua co-dependência com a praia, como na composição de um modo de ser e comunicar dos pescadores artesanais, que pressupõem também os valores simbólicos e conhecimentos tradicionais, bem como a construção de marcadores territoriais fabricados (casas, galpões, trapiches, etc.), sempre em relação aos marcadores territoriais vivos/naturais (Lagoa dos Patos e suas áreas de pesca) (Silva, 2010).

Como exemplo, na figura 9, tem-se uma ilustração fotográfica, realizada na localidade da Várzea, em que se observa um barracão na beira de praia, utilizado para conserto e construção de embarcações, para remendo e criação de redes de pesca, e, principalmente, para o encontro de pescadores artesanais nos períodos de entressafas e no cotidiano.

Figura 9 - A beira de praia na Localidade da Várzea



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Para além do que pode ser observado no exemplo da imagem, Jonas também é um dos pescadores que menciona as marcas visíveis na comunidade pesqueira em que mora, quando afirma que tudo do que se vê nas encostas e beiras de praia é uma “prova” da presença de pescadores artesanais no local e, sem eles, o que se vê deixaria de existir, visto que existe em razão da atividade econômica e cultural dos pescadores. Neste ponto, os trapiches, os galpões, os barcos, as redes, as balizas, as andanas, as casas e diversos outros elementos são identificados nas falas dos pescadores e visualmente na pesquisa de campo, expressando diferenças entre as cinco localidades pesquisadas, e se colocam enquanto código cultural material (Claval, 2007; Brum Neto e Bezzi, 2009).

Essas marcas são também compreendidas como marcadores territoriais, fabricados pelas culturas (Henriques, 2004; Silva, 2010), uma vez que sustentam usos no espaço e relações sociais, originando formas passíveis de reconhecimento pelos outros. Logo, além de um relevante código cultural, essas materialidades expõem processos de identificação territorial que materializam no espaço essas diferenças.

Assim, os trapiches são marcadores territoriais fabricados que se caracterizam pela funcionalidade enquanto atracadouros das embarcações na encosta. Estes são os feitos físicos mais presentes nas paisagens e territórios pesqueiros visitados. Nestas construções, há a instalação de madeiras e estruturas para facilitar o

deslocamento entre a orla e as regiões de água profunda da Lagoa, fazendo uma interface entre terra e mar, mas que se diferenciam em forma e funcionalidade entre as localidades pelas singularidades com que os pescadores constroem suas atividades em cada local.

Na Quinta Secção da Barra, os trapiches são alocados em uma enseada da Lagoa dos Patos conhecida pelos pescadores artesanais como “Lameirão”¹³. Neste local, observa-se a expressividade numérica de botes e canoas, que são construídos de forma comunitária para abrigo destas embarcações. Estes trapiches também são úteis em períodos de maré baixa, mantendo os botes, canoas e caicos flutuando em regiões mais profundas da Lagoa. A figura 10 apresenta essas construções presentes na Quinta Secção da Barra.

Figura 10 - Trapiches de embarcações na Quinta Secção da Barra



Fonte: Acervo do autor, 2023.

De forma coletiva, os pescadores artesanais constroem esses elementos físicos conforme as necessidades locais, a disponibilidade de materiais e interesses diversos. Na localidade do Passinho, por exemplo, uma vez que as condições de maré são distintas e não há a presença de lameirão urge a necessidade de instalação de

¹³ **Lameirão:** Também se pronuncia lamerão. Parte do fundo da lagoa que fica entre o canal e a croa, pode ser dragado ou por natureza, e costuma ser um caminho para as embarcações. (Conceição e Machado, 2021, p. 118). Na Quinta Secção da Barra, o Lameirão se consolida como nome próprio do canal, em torno do qual a comunidade está situada.

estacas de madeira para salvaguardar os botes das ondas em períodos ventosos, como mostra a figura 11.

Figura 11 - Estacas e trapiche na localidade do Passinho



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Quem explica essa diferença é o pescador Silvano, ele diz: “*Nós mesmo que fizemos pra proteger a beirada da praia. Quase a garagem de um carro*”, mencionando uma solução de adaptar os tradicionais trapiches para a realidade local, incluindo a constatação da eficiência em proteger os botes em período de ressaca do mar: “*Ali do outro lado a barreira de um deles quebrou, aí os guri tavão no ‘saragaço’*”¹⁴. *Bajé mesmo até passou aquela ‘bateirinha’*¹⁵ *azul ali, pra cá... que aqui tava calminho e lá o mar quebrava direto na beira da praia, né?”*.

O que se destaca de tal observação é a dimensão da artesanidade em que o cotidiano material dos pescadores artesanais se desenvolve, em uma espécie de dialética com a natureza. As modificações encontradas são compostas de elementos simples, como estacas de madeira, e possuem caráter transitório, como menciona

¹⁴ **Saragaço**: Confusão, agito, quando tem muitas pessoas envolvidas, uma movimentação (Conceição; Machado, 2021, p. 118).

¹⁵ **Bateira**: É uma embarcação de pequeno porte, geralmente mede de quatro a cinco metros de comprimento (Conceição; Machado, 2021, p. 116).

Silvano, evidenciando que há mudanças ao longo do tempo, advindas da ação das águas e marés e dos próprios pescadores artesanais, sendo estas instituídas culturalmente à medida em que são apresentadas questões de necessidades mais imediatas.

Neste sentido, dialoga-se com Claval (2007) quando o autor explana acerca das intervenções culturais para atendimento de necessidades básicas:

[...] não correspondem a imperativos psicológicos sempre especificados, mas são respostas culturalmente elaboradas a necessidades muito gerais: dormir em segurança, prevenir-se contra o vento, a chuva, a neve e as flutuações de temperatura (Claval, 2007, p. 202).

Os trapiches foram visualizados em quatro das cinco localidades pesqueiras pesquisadas, Capivaras, Passinho, Quinta Secção da Barra e Várzea, com a diferença de que na Quinta Secção da Barra se observa trapiches maiores em comprimento e área do que nas demais localidades; no Barranco, aparece o uso de outro equipamento de alocação das embarcações: as balizas.

De acordo com Adriana e Celedi, ambas da localidade do Barranco, o canal, área profunda e de melhor navegação das embarcações, é distante da praia, o que torna inviável a construção de trapiches até os locais propícios à ancoragem dos botes, assim, utiliza-se de balizas e as bateiras. As balizas¹⁶ são estacas de madeira em que são amarrados os botes e canoas de calado¹⁷ maior, ou seja, com uma quilha que exige uma maior profundidade, e a “bateira”, embarcação menor de menor calado, que realiza o transbordo entre a terra e a baliza onde está a embarcação maior. Na figura 12, destaca-se a expressão deste relato, em que nota-se, distantes da orla, embarcações maiores, barcos, botes e canoas, movidos a motor, fixados em balizas, e, próximo da orla, as embarcações menores, bateiras e caicos, movidos a remo.

¹⁶ “**Baliza:** É uma vara mais grossa, geralmente de eucalipto, que serve para fixar a embarcação na andana.” (Conceição e Machado, 2021, p. 116)

¹⁷ Calado é a distância entre a parte emersa do barco/bote/canoa e o extremo da quilha. A quilha, por sua vez, é a parte principal do casco de uma embarcação.

Figura 12 - Orla na localidade do Barranco



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Na interpretação destes elementos materializados no território, embasados na compreensão de cultura por Claval (2007), entende-se que as alterações materiais não se explicam somente pela necessidade material e laboral, pois vinculam-se também a dimensões de ordem simbólica e cultural por sua transmissibilidade, pelo jogo de comunicação que perpassa a manutenção de práticas e pela herança, material e imaterial, dos sujeitos que realizam a pesca artesanal, retomando a proximidade do homem com a natureza que constituem uma relação tradicional (Diegues, 2004). Nesta interpretação de manifestações materiais da pesca artesanal, estas destacam-se enquanto instrumentos que são essenciais para o desenvolvimento da atividade pesqueira. De acordo com Silva,

Neste processo de interação do homem com o seu meio natural, a tecnologia atua como um mecanismo de intermediação a partir do qual é definido o modo como os homens irão organizar os meios materiais e os conhecimentos para explorar os recursos naturais e transformá-los em produtos culturais (Silva, 2002, p. 132).

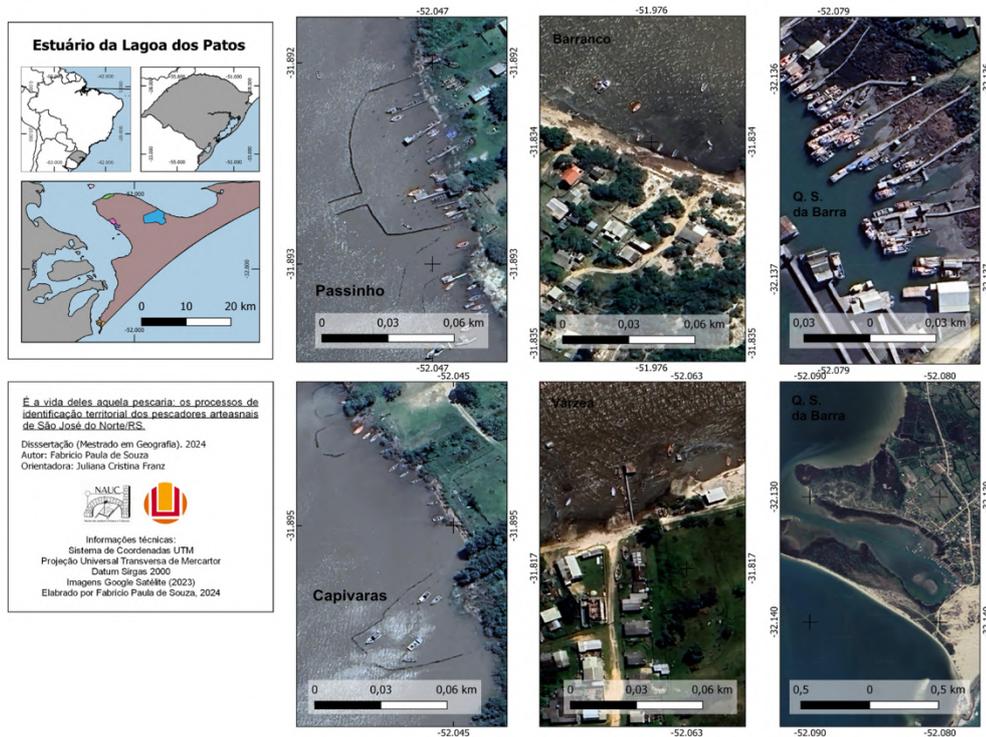
Além disto, nesta interface entre terra e mar, também está no escopo desta análise geossimbólica dos códigos culturais como, na presença de embarcações e suas significações para as comunidades pesqueiras que foram visitadas, as feições resultantes de suas atividades culturais em cada local, na presença de trapiches e calões de baliza, se relacionam com outras manifestações culturais em sua

complexidade, como a dimensão do uso cotidiano destes locais, transformando-os em marcadores territoriais fabricados pelos sujeitos (Henriques, 2004).

Na construção das identidades territoriais, os marcadores territoriais fabricados compreendem elementos criados pelos seres humanos, estabelecendo usos e funcionalidades que, por sua vez, interagem com marcadores territoriais vivos, dados pela natureza e independentes das vontades humanas (Henriques, 2004). Associados, as potencialidades ambientais e os usos que são feitos destes espaços com as fabricações humanas, contribuem para a construção de um espaço característicos daquela identidade, constituindo relações territoriais.

A figura 13 apresenta uma representação de algumas feições em vista aérea, capturadas por satélites, em diferentes escalas, que mostram algumas diferenciações na orla das comunidades pesqueiras estudadas, associadas às diferenças ambientais em cada local.

Figura 13 - As comunidades pesqueiras em um conjunto de imagens de satélite



Fonte: Google Earth, 2023 - Elaborado pelo autor, 2024.

Neste sentido, buscando compreender a dimensão simbólica e representacional da pesca, Da Silva reforça que:

Essa geografia espraia-se numa rede espacial consignada através do engendramento do trabalho e da representação cultural, que a pesca tem no seu bojo físico. Nessa construção, o povo que nela está, age e se manifesta como unidade socioeconômica, mas tendo como essencialidade a identidade, que adquire significação e dá sentido à sua própria construção geocultural. São os territórios da pesca móveis, os circuitos da mercadoria, a reprodução dos produtores e os usos do espaço costeiro. Acrescentem-se a tudo isso os aspectos culturais das comunidades pesqueiras, que se expressam na religiosidade e na manutenção dos signos tradicionais, característicos de comunidades pesqueiras (Da Silva, 2009, p. 148).

Assim, para além de suas funcionalidades, os trapiches e locais de atracadouro de embarcações se constituem como local de encontro antes das pescarias, por constituir uma vizinhança de embarcações, onde os pescadores artesanais convivem e socializam antes e após as idas ao mar. Na tessitura de tais análises, se busca ir para além de descrições, mas desenvolver suas interpretações relacionadas às etapas metodológicas de entrevistas e observações em campo que foram realizadas. Neste ponto, a materialidade enquanto código cultural não pode, no entanto, ser lida a partir de um prisma determinista, mas através da processualidade entre as potencialidades e limitações do meio físico e as adaptações e os valores de uso cotidiano, cultural e subjetivo de igual forma (Claval, 2007).

Lisandro expõe como observa essa marca:

Por exemplo, tu constróis um trapiche, aquilo ali vai ficar na história. - Aquilo ali é de fulano de tal - ou uma andada no mar, É uma marcação que que fica passando de geração para geração, então não é esquecida no passar dos anos.

Essas marcas fabricadas no espaço expõem uma (de)marcação territorial, sustentando conformação de territorialidades que tornam esses territórios dotados de originalidade e significados culturais, sustentando o senso de identidade territorial, além de constituírem-se como marcadores históricos, uma vez que expressam historicidades, legados e heranças materiais que permanecem no espaço e auxiliam a explicar o passado. Tais questões perpassam a conceituação de cultura enquanto herança e a dos códigos culturais como mecanismo de sobrevivência do grupo social mediado por suas diferentes manifestações, que incluem as modificações materiais no espaço que assumem valores emocionais, afetivos, simbólicos e comunitários (Claval, 2007; Brum Neto e Bezzi, 2008).

Tratando do viver, morar, trabalhar e socializar nas comunidades de pescadores visitadas, destaca-se ainda a estruturação espacial da beira de praia

mencionada que se apresenta também em materialidades presentes na construção de residências, assim como no entorno delas, e nas dinâmicas de toda a localidade que se mostram permeadas de elementos materiais utilizados na pesca, incluindo uma arquitetura que os diferenciam.

Em comunidades sem a presença de trapiches, como o caso do Barranco, ou em que essas estruturas estão menos presentes, como no Passinho, há maior necessidade de puxar as embarcações para a porção seca da costa, protegendo-as das ações climáticas e reduzindo a necessidade de estar cotidianamente fazendo o cuidado destas no mar. Como conta Adilson da localidade do Barranco: *“Eu deixo ele [o bote] lá na praia, na baliza. Quando termina [a safra], estou cuidando dele. Agora trouxe, tá até aí, na sombra”*.

Na figura 14, observa-se um mosaico de modificações materializadas nas localidades pesqueiras, ou seja, a fabricação de elementos que dão forma aos espaços de uso comum em cada localidade. Nas fotografias, nota-se a presença de embarcações e demais elementos que remetem à pesca; nestes locais, em que se desenvolve a vida cotidiana, demonstra-se a intrínseca relação da pesca artesanal com a vida destes sujeitos que desde a infância passam a integrar esse modo de vida pela presença dessas manifestações.

Figura 14 - Mosaico de fotografias em diferentes localidades pesqueiras do município



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Nas fotografias destacadas na figura 14, nota-se o agrupamento de embarcações sob árvores para reparos, a presença de incisões de pequenos canais para salvaguarda dos botes, a cobertura de embarcações com lonas plásticas para proteger contra o desgaste da ação do sol e a instalação de equipamentos de armazenamento de redes; elementos que remetem ao cuidado da profissão, mas também a marcação territorial, a diferenciação de espaços e a constituição de identidades territoriais através da materialidade; ou seja, práticas que acabam materializando diferenças culturais que auxiliam na manutenção e perpetuação da cultura.

Destaca-se, assim, a interpretação de Brum Neto e Bezzi (2008) acerca do código cultural da arquitetura, em que as autoras sinalizam que os grupos consolidam suas práticas de organizar suas residências a partir de suas culturas e suas necessidades. Na interpretação de Claval (2007), em que as autoras, em parte, baseiam seus estudos, há uma melhor compreensão de que as culturas se manifestam materialmente em outros espaços de uso e não somente na construção arquitetônica das residências. Isso se observa através da pesquisa de campo e dos relatos dos entrevistados, reforçando que essa identidade territorial se apresenta em toda a estruturação das comunidades de pescadores artesanais e suas dinâmicas.

Tratando-se de manifestações da identidade territorial dos pescadores artesanais, as materialidades observadas nas comunidades visitadas ao mesmo tempo em que são compreendidas enquanto marcadores territoriais fabricados, correspondem também a marcadores simbólicos, uma vez que estão diretamente associados aos conhecimentos tradicionais, aos saberes-fazeres, cuja compreensão está na sua imaterialidade, logo, em valores espirituais, cosmologias, ideologias, etc., integrando “o constructo da identidade pessoal, coletiva e da organização socioespacial” (Silva, 2010, p. 140). O território, nesta concepção, desdobra-se entre usos e atributos mais concretos, materiais e funcionais, e também simbólicos, afetivos e emocionais que, de forma combinada, remetem a identidades e identificações territoriais (Haesbaert, 2004; 2013), entre os pescadores artesanais e seus espaços de referência.

4.4 HABITAR O TERRITÓRIO: O BARCO E A CASA DO PESCADOR ENQUANTO LOCAIS DA VIDA COTIDIANA - “SE PEGAR, TIRAR O BOTE, NOS QUEBRA AS PERNAS...”

As visitas às localidades destacam a presença de redes, embarcações e galpões de pesca no pátio e no entorno das residências como um dos elementos de diferenciação cultural. Este permeia todo o diário de campo desta pesquisa, tornando a casa do pescador artesanal um código cultural de investigação em entrevista. Interpretar a peculiaridade das manifestações culturais dos pescadores artesanais, neste sentido, direcionam o olhar para construção de tais modos de compor a arquitetura também das residências.

A arquitetura das residências é um exemplo dos códigos culturais destacados por Brum Neto e Bezzi (2008). Caetano e Bezzi (2011, p. 462) mencionam que este “permite visualizar os aspectos físicos e os feitos característicos que comprovam a utilidade prática da residência, como, por exemplo, a estruturação dos aposentos e a configuração da área que rodeia e organiza o espaço dessa habitação”. Assim, enfatiza-se a existência de relação entre cultura material manifestada visualmente com a utilidade específica que a originou, seja ela material ou simbólica.

Ao compreender que as culturas estabelecem e recriam suas próprias necessidades e constituem diferentes práticas (Meneses, 1999), por valores e transmissões geracionais (Claval, 2007), é condizente analisar que as comunidades de pescadores constituam suas próprias peculiaridades na relação com a moradia. De acordo com a pescadora Suzana, e pelas observações em campo, a casa de pescador se diferencia desde sua simplicidade até a sua múltipla funcionalidade, uma vez que integra espaços de convívio familiar com sua utilidade mais direta que é a de moradia, bem como a de integrar etapas do trabalho envolto à pesca artesanal. Nas palavras dela:

A minha casa é uma casa simples, mas uma casa feliz, simples. E assim a gente... é uma casa de pescador, uma casa que entra de bota. Daqui a pouco limpou aquele dia, tá toda mais organizada, tirou a bota, mas é uma casa assim... que na pressa, entra de bota, entra de chinelo. É uma casa muito simples. Eu acredito que a maioria dos pescadores tem uma casa muito simples, de uso, de uso cotidiano, que não tem aquela coisa “- ah que eu tenho que cuidar muito”.

No contato com essa realidade, a simplicidade estava posta. Uma simplicidade, mas de uma casa com vida, com felicidade e com acolhimento que se tornava palpável conforme os pescadores artesanais possibilitaram a aproximação do pesquisador.

Assim, a peculiaridade cultural envolta nas construções destinadas à moradia se diferenciam pela proximidade com a atividade pesqueira em um cotidiano em que a pesca artesanal não se limita aos momentos de trabalho propriamente.

A pesca artesanal, neste sentido, não é apenas uma profissão, mas uma cultura profundamente enraizada que se desenvolve ao longo de gerações, moldando modos de vida distintos em comunidades tradicionais (Diegues, 2004). Esse modo de vida não se limita apenas à captura de peixes, mas é um tecido complexo de tradições, valores e práticas que refletem na interconexão entre locais de moradia e de trabalho.

O predomínio de residências construídas em madeira é um fator observado. Ainda que o dado não seja quantificado, nas comunidades pesqueiras visitadas percebe-se a presença de apetrechos de pesca no entorno dessas casas indicando a presença de pescadores artesanais ali. Tal questão é destacada por Suzana, quando menciona: *“Coisas de pesca. Isso não pode faltar de jeito nenhum na casa do pescador”*. A casa de pescador, assim, *“geralmente já tem o galpão [de pesca] do lado da casa, pra não estragar, pra não roubarem [os apetrechos]”*, diz Marco Aurélio. Tem também *“fio de nylon, todo tipo de fio, agulha, malheira”*, de acordo com Suzana, e principalmente *“a geladeira para botar os peixes pra gelar”* diz Lisandro.

A figura 15 apresenta um mosaico com parte destes elementos destacados, sob o olhar do interior das residências dos entrevistados e as suas imediações.

Figura 15 - Mosaico de fotografias detalhando particularidades das casas dos pescadores artesanais



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Na figura 14, destacam-se 6 registros fotográficos diferentes: a, b, c, d, e, e f. Nas imagens a e b, observa-se, sobre uma bancada, um conjunto indispensável para o remendo das redes de pesca: agulha, faca, malheira e matérias-primas, como fios e chumbos. A atividade de remendar a rede está destacada na figura d, enquanto nas figuras c, e, f apresentam-se, ainda, outros elementos, com destaque à indumentária utilizada pelos pescadores nos momentos das pescarias, como botas e roupas de oleado (e, f), e a própria casa do pescador Marco Aurélio (c), com as redes e os espaços destinados à armazenagem e manutenção destas.

A casa, neste sentido, materializa uma importante ferramenta no cotidiano dos pescadores artesanais para a moradia e para manutenção do trabalho na pesca. A casa tem significativo valor de uso para os pescadores artesanais. Os mesmos mencionam também as dificuldades de ter sua moradia pelo preço do custo de sua produção, como afirma Ruan, associando a safra do camarão com uma esperança para obter essa conquista:

O pescador leva um tempinho para construir [a casa], né? Só uma safra de camarão mesmo para tu conseguir fazer uma casa. Mas porque se não for o camarão, cara, tu rói, tu rói, aí, sete ou oito anos pra fazer.

Ao tratar deste assunto, Ruan e Cleiton, na Várzea, relatam ao pesquisador o movimento e engajamento da comunidade para a construção da residência de Ruan. Ele narra:

Já tô aí, há cinco anos batalhando pra fazer. Fora a mão de obra do carpinteiro, pedreiro, mão de obra, tudinho, da mão de obra, Tudo. Uma casa cinco por cinco, né? Não é baita de um palácio...

E é interpelado por Cleiton, que afirma:

Tem para fazer a casinha dele. Eu digo... - Eu vou fazer. Vou sair só um tempinho da pescaria, e vou fazer a tua casa. Vou cobrar bem baratinho dele para fazer a casa dele. A casa dele vai dar uns 40.000, para fazer tudo na casa. Para ele, para mulher e para guria.

As falas e as observações destacadas remontam à peculiaridade arquitetônica brasileira que de forma geral é configurada a partir da construção coletiva e do empreendimento mútuo, que carrega uma dimensão das dificuldades pela moradia ao mesmo tempo em que se carregam de valores simbólicos e afetivos. Neste ponto,

pode-se citar a compreensão de uma arquitetura popular genuinamente brasileira, que associam técnicas e elementos herdados do movimento histórico de composição do território brasileiro, o que inclui e mescla técnicas indígenas, africanas e de heranças coloniais, também relacionados à aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos de cada local (Dos Santos; Costa, 2017), e, sobretudo, o empreendimento conjunto e até mutirões comunitários para a construção (De Andrade, 2018). Difere-se, em partes, das leituras de arquitetura realizadas por Brum Neto e Bezzi (2008), Brum Neto (2012), Caetano e Bezzi (2011) e Franz (2020) que vinculam-se, sobretudo, ao estilo das edificações, cuja a herança étnica é predominante.

A figura 16, neste sentido, apresenta um mosaico de fotografias que direcionam-se a representar algumas das construções que estão presentes nas comunidades de pescadores, evidenciando algumas similaridades e diferenças, com destaque a presença de apetrechos de pesca no entorno.

Figura 16 - Mosaico de fotografias - casas de pescadores



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Com destaque às construções em madeira, Claval (2007) menciona que para a compreensão do estilo arquitetônico das residências e suas funcionalidades é preciso levar em consideração os materiais disponíveis, as necessidades e os desejos

do grupo que a originou. Neste ponto, menciona-se ainda que a construção em madeira agrega conforto térmico com o baixo custo de construção e manutenção.

Essas materialidades estão expressas, sobretudo, no entorno dessas residências. As casas assumem um papel central no desenvolvimento do trabalho na pesca artesanal, tendo em vista que ela centraliza uma parte dele, integrando locais de beneficiamento dos pescados, construção, reparo e armazenamento dos apetrechos de pesca. Assim, nota-se a presença de utensílios e objetos, como vasilhas para limpeza de camarão, tábuas para escamar peixes, galpões com redes, áreas externas cobertas para resguardo do sol durante as remendações de rede e muitas vezes abrigam a própria embarcação em períodos de entre-safra.

Neste sentido, mais do que mera leitura material, estas formas e estruturas resultam de práticas culturais e territoriais dos pescadores artesanais que assumem participação nos processos de identificação de seus sujeitos. Embora exista uma importância considerável do conhecimento, das cosmologias e das crenças e valores que são atribuídos pelos pescadores artesanais de São José do Norte em seus cotidianos, estes não despreza a dimensão material, sobretudo pela sua vinculação com a (de)marcação territorial (Silva, 2015). Lima, discorrendo sobre múltiplas abordagens acerca da cultura material, assevera que:

A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante (Lima, 2011, p. 21).

E no reconhecimento das materialidades envoltas na dimensão domiciliar e comunitária dos pescadores artesanais de São José do Norte, Cleiton faz um relato que direciona tal compreensão também em outra direção: o barco. *“Se tu tem um barco, tu tem uma casa para tu dormir. Porque nós saímos. Sabe que hora nós saímos? Nós saímos para trabalhar 05h00, 04h00, da manhã”* afirma ele, em entrevista.

O barco de pesca (botes, caicos, canoas, bateiras, etc.) representa mais do que o meio de transporte, mas o local em que os pescadores artesanais permanecem por boa parte de seu tempo. Cláudia chega a mencionar que os valores atribuídos às residências nem sempre superam os valores atribuídos aos botes e canoas. Cláudia

comenta que essa embarcação é parte da dimensão domiciliar do pescador artesanal. Em suas palavras:

Eu acho que tem muitos pescador que vive mais na canoa do que na sua casa. Assim, eles batalham para dar de tudo para a família, não faltar nada para a família, para ter um... Mas eles mesmo vivem mais na embarcação do que na sua própria casa.

O barco de pesca, neste sentido, passou a ser lido enquanto código cultural que exprime utilidades para além dos deslocamentos e captura dos pescados. Anteriormente, mencionou-se que estas embarcações estão imbuídas de cultura imaterial, através dos conhecimentos empregados em suas construções, e, neste momento, destaca-se também suas funcionalidades e suas formas, ou seja, os usos que são dados às embarcações e como estes usos estão manifestados.

Relacionando-o com o aspecto representacional das identidades (Woodward, 2014; Hall, 2016), que substancia esta análise, o barco de pesca adquire valor de significado tornando-se um símbolo, uma marca e um código cultural (Claval, 2007; Brum Neto e Bezzi, 2008) da diferença cultural dos pescadores artesanais. O barco, como um código cultural material, na perspectiva de Claval (2007), Brum Neto e Bezzi (2008) transcende sua funcionalidade física de mera embarcação para adentrar o reino simbólico da cultura, em que se torna uma representação palpável das tradições e modos de vida de uma comunidade. No contexto da leitura proposta por Silva (2010) sobre marcadores territoriais, o barco assume uma relevância particular na conformação de espacialidades, sendo um instrumento fabricado que reflete as relações intrínsecas entre uma comunidade e seu território. Seja utilizado na pesca, transporte, ou em festividades, o barco não apenas serve como meio de navegação e trabalho, mas também demarca usos e valores que se imbuem de identidades.

Neste ponto, menciona-se que as necessidades atribuem ao barco o lugar de casa, onde são realizadas pernoites, refeições e entre outras funcionalidades comuns ao lar dos pescadores artesanais. Ruan afirma que considera o bote como uma segunda casa quando comenta: “[...] é bem cuidado. É puxado, pintado, bem cuidado, que nem nossa casa”. Cleiton, de igual forma, destaca a importância do barco para os pescadores artesanais:

Aquilo ali, nós cuidamos dele como se fosse nosso filho. Se se pegar, tirar o bote, nós quebra as pernas... A mesma coisa que quebrar minhas duas pernas aqui...

Algumas embarcações, neste sentido, ganham espaços específicos que servem ao pescador como lar: as barracas, casarias e as gaitas. Suzana explica que: “Às vezes é preciso fazer uma barraquinha, uma casinha, que é para se abrigar da chuva e do sol, se torna sendo como lar, e termina tendo que morar ali dentro por alguns períodos”. Lisandro ainda dá mais detalhes:

Hoje, com a embarcação que nós temos, nós já falamos com o pessoal, um dia antes, ou na hora quem já tem os proeiros certos, leva os alimentos, porque ali tem uma cozinhezinha, tem fogão. Se for necessário, nós ficamos no mar. Tem a barraca, tem a casinha.[...] Não é a mesma coisa que tá em casa, mas nós conseguimos sobreviver bem, até mesmo se tiver que ficar uns cinco dias, seis dias no mar.

O território pesqueiro, neste sentido, materializa-se com suas comunidades tradicionais arquitetonicamente diferenciadas, mas ampliam-se para um território móvel, figurado pelos locais de pesca no mar, apropriados pelos pescadores artesanais em períodos de safras, na construção de andanas de pesca, configurando locais que apresentam funcionalidades de diversas ordens, como a atividade pesqueira por si mesma, mas também a moradia, a socialização e o desenvolvimento de um cotidiano.

Nessa relação de importância estabelecida pelos pescadores com as embarcações é visualizado este cuidado associado ao valor de uso destes equipamentos, como em procedimentos de pintura e de limpeza, visto que se apresentam como uma extensão de suas vidas. Silvano destaca:

Todo dia eu vou na praia. Venho ver minha embarcação. Hoje eu tô fazendo obra naquele bote ali, tô arrumando. Mas quando eles estão na praia, no mar, assim a gente tem que cuidar. Quando chove, esgotar, trocar bombinha. A cultura que nós temos também é de cuidar da embarcação, pintar todo ano. Manutenção, no caso.

Essa cultura também está carregada de simbolismos. No barco são adicionados adereços que remetem ao culto, ao apreço, como na definição de seus títulos/nomes das embarcações e a escolha de suas cores, com base em interesses diversos, como o time de futebol e a religiosidade praticada, mas sobretudo, à família. Em campo, as embarcações encontradas em sua maioria carregam nomes próprios, como “Kaylaine”, embarcação de Laerte; “Matheus”, embarcação de Adilson; “Alfredina”, embarcação de Alcino; e também de inspirações religiosas, como “Anjo

Santo”, de Darlei, e “Iemanjá”, mencionado pelo pescador Miguel, em entrevista não gravada, na Quinta Secção da Barra. Em situações especiais, ao barco também são adicionados adereços que o preparam para eventos religiosos e festivos, como procissões e festas de santos padroeiros.

4.5 SOCIABILIDADE, FESTAS, RELIGIOSIDADES E COMIDAS NO TERRITÓRIO DOS PESCADORES ARTESANAIS

Considerando que as comunidades pesqueiras também integram espaços de socialização, em São José do Norte as dinâmicas comunitárias também contam com momentos de lazer que flexibilizam os usos do território e apresentam a adição de outras materialidades. Na leitura de Di Meo (2014) acerca das festas na construção do território simbólico, este destaca estas dimensões da vida cotidiana que conferem ao território a dimensão do vivido:

[...] o bar onde eles consomem bebidas e comidas quando eles dispõem de algum dinheiro, o quadrado onde eles se encontram em grupo, os espaços situados sob as escadas rolantes e as portas onde eles ficam para mendigar, etc. O território-estação se constrói pela disposição funcional e simbólica dos lugares de sua vida cotidiana (Di Meo, 2014, p. 218).

Neste sentido, pode-se compreender que estes espaços de sociabilidade pertencidos pelos pescadores artesanais quando estão em lazer se configuram como códigos e marcas de suas identidades. Jonas destaca a existência destes momentos de descontração entre os pescadores artesanais. Ele cita que, na localidade das Capivaras, onde reside, existem locais muito propícios à uma boa conversa entre os pescadores locais:

Quando nós não estamos aqui na praia, aqui, conversando, nós estamos mais lá pra cima, lá perto da venda, numa parada [de ônibus], jogando baralho. A turma toda se reúne lá embaixo. Lá é um farrão. Ou então vamos pro bar. O que não vai pras vendas, pros bar, vão jogar lá na beira da venda. Fazemos um saragaço ali até tarde.

Não há dúvidas da receptividade dos pescadores artesanais nestes momentos de socialização ante a estrangeiros, figurados por pessoas que não estão inseridas em tal dinâmica comunitária. Mas certamente tais relações simbólicas, tecidas por eles, contribuem para movimento de composição de pertencimento de grupo, construindo uma identidade própria. Em trabalho de campo na localidade da Várzea,

como exemplo, um grupo de quatro pescadores artesanais conversavam na beira da praia, aceitando participar da pesquisa, e abrindo o espaço para a escuta e compartilhamento do seu cotidiano.

Os pescadores artesanais entrevistados nas cinco localidades visitadas destacam a centralidade da construção de amizades na pesca artesanal, sustentando uma vivência cultural entre as famílias que compõem cada localidade e mesmo entre as distintas localidades do município de São José do Norte.

Neste sentido, compreender os locais de trabalho e moradia são importantes para entender as dinâmicas dos pescadores artesanais em seu modo de vida, mas, para além destes espaços territoriais de trabalho, observou-se também os de convívio cotidiano, como paradas de ônibus, árvores com sombras à beira mar, trapiches e galpões de pesca, bares e pequenos comércios; locais que proporcionam o encontro desses sujeitos, ou mesmo adquirem dimensão cultural e territorial, a partir do entendimento de que “um lugar, um itinerário, uma extensão, que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade” (Bonnemaison, 2012, posição 5418).

As comunidades de pescadores artesanais valorizam a construção de espaços maiores para a realização de encontros e celebrações, como os clubes de futebol e os salões comunitários de Igrejas Católicas, e para a realização de festividades que atraem pessoas de outros locais, sobretudo, outros pescadores artesanais que muitas vezes possuem familiares.

Nas localidades da Várzea e do Passinho, destaca-se no diálogo com os pescadores artesanais um pouco dessas dinâmicas. Cleiton afirma o caráter comunitário da construção dos salões utilizados para as festas que ocorrem na comunidade. Ele menciona o salão comunitário do Sagrado Coração de Jesus e também a sede da Associação Esportiva Varzense, afirmando que: “*Nós juntamos a comunidade todinha pra fazer aquilo ali, Todo mundo levantou, levantou o salão*”. O salão comunitário é um item de muito prestígio entre os moradores destas localidades. Silvano, no Passinho, comenta sobre o salão do clube de Futebol: “*Agora mesmo, nesse momento, nós estamos fazendo a sede do clube, estamos todo sábado, trabalhamos ali. Somos gente daqui, tudo pessoas da nossa comunidade mesmo. Todos pescadores*”.

Nas entrevistas, essa importância é observada nas falas de Silvano, no Passinho, que afirma atuar na administração do clube e valorizar a existência deste na sua comunidade e também na fala de Cleiton e demais pescadores da Várzea que mencionam a construção comunitária do novo salão do Varzense. A figura 17, cedida por Hélia Bernardo, pescadora artesanal aposentada da localidade da Várzea, apresenta um registro de um desses momentos de re-construção coletiva da sede do clube de futebol.

Figura 17 - A reconstrução da sede da Associação Esportiva Varzense



Fonte: Acervo de Hélia Bernardo, 2023.

A imaterialidade, neste sentido, antecede e conduz a materialização de formas que compõem as representações culturais, delineando os alicerces simbólicos e significados que são subsequentemente manifestados em objetos tangíveis e práticas físicas (Brum Neto, 2012). Essa dinâmica se revela no empreendimento conjunto que os pescadores artesanais desempenham na construção/fabricação de feitos físicos, como foi o caso do salão de festas em questão.

Assim, nos salões de clube e salões comunitários ocorrem festividades que envolvem toda a comunidade, como festas religiosas e bailes, com a presença de apreciadores de fora, mas sobretudo de pessoas da comunidade. As festas, de acordo

com Brum Neto e Bezzi (2008), também são compreendidas como código cultural que exprimem modificações temporárias no território. Para Di Meo:

A festa, justamente, contribui para territorializar os lugares. Mas, mais ainda que uma geografia concreta, a festa gera e descreve uma geografia simbólica. [...] Juntando-se os lugares e seus espaços intersticiais, a festa contribui para forjar os territórios da localidade (Di Meo, 2014, p. 219).

Quando religiosas, essas festas, comumente, se encontram imbuídas de simbolismos e valores religiosos, presentes pela sacralização de espaços, pedidos de bênçãos e celebrações de fé, além de manifestações que se materializam no território, através das procissões e peregrinações, a musicalidade, as alterações paisagísticas e os elementos presentes no momento festivo (Brum Neto e Bezzi, 2008). Na compreensão de Silva (2010), trata-se, assim, da composição de marcadores territoriais simbólicos que orientam materializações que remetem à valores espirituais.

Durante a pesquisa, participou-se de algumas festas religiosas que foram realizadas nas comunidades pesqueiras integrantes da pesquisa (Figura 18). Em 03 de junho, realizou-se uma observação participante na festa comunitária do Sagrado Coração de Jesus, na Várzea; em 18 de junho, na 30ª festa da Comunidade de Senhor Bom Jesus de Iguape, no Passinho; e em 09 de julho, na festa da Comunidade de São Pedro, na Quinta Secção da Barra.

Figura 18 - Mosaico de fotografias - festas religiosas



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Nestas ocasiões, a presença dos pescadores artesanais desde a organização das festividades religiosas até, sobretudo, a sua realização é notável. Na Figura 18, observa-se as três comunidades religiosas que foram visitadas, dispostas na parte superior da imagem, Várzea, Passinho e Quinta Secção da Barra, respectivamente, da esquerda para a direita. Nota-se que em todas há a instalação de material decorativo, lâmpadas, bandeiras e placas que envolvem a localidade de forma mais ampla.

Na parte inferior do mosaico da Figura 18, em tamanho maior, ilustra-se a procissão de São Pedro, na Quinta Secção da Barra, que denota a devoção dos pescadores artesanais na peregrinação até à beira de praia para a realização de ritos, com a entoação de cânticos, rezas, orações e pedidos direcionados à proteção dos pescadores durante as safras e por melhores condições de vida na pesca. Suzana argumenta, neste sentido, que, mesmo não sendo devota, reconhece a vinculação dos pescadores com a imagem e história de São Pedro: *“Eu acredito muito em Deus e sei que a maioria dos pescadores são devotos a São Pedro. Tendo ele recebido o milagre depois de uma noite toda de pescaria, sem ter recolhido nenhum peixe e ter retornado ao mar e lançado as redes, e pescado muito”*. Pedro, pescador simples, tornou-se discípulo de Jesus, o primeiro Papa e o fundador da Igreja Católica, citam Filomena e Maria da Graça, mantenedoras da festa de São Pedro, em conversa, durante as observações de campo.

Na Várzea, a realização da festa da comunidade do Sagrado Coração de Jesus está diretamente associada aos pescadores artesanais, pois são eles que incentivam e constroem a festa. De acordo com a organização da festa, esta só ocorre em períodos de boas safras, pois todo o custeio é feito pelos membros da comunidade ao longo do ano. No Passinho, de igual forma, a presença dos pescadores artesanais está muito ligada aos procedimentos de construção da festividade, a partir de doações financeiras e do trabalho para tal realização. Na Quinta Secção da Barra, como exemplo, são pescadores que buscam insumos para a festa, sobretudo gelo para refrigerar bebidas, com suas embarcações.

De acordo com os entrevistados, as festas comunitárias do interior estão perdendo participação nos últimos anos e também sendo descaracterizadas. Antigamente, na década de 1990 e 2000, os participantes realizavam uma programação mais longa, de três a cinco dias de festividades, e devido às dificuldades

de acesso aos locais e a pouca infraestrutura de transporte, os mesmos acabavam acampando durante toda a realização. Esses acampamentos, no geral, eram montados em pequenas casas e barracas de madeira, no entorno dos salões comunitários, no qual as festas se estendiam por toda a madrugada. No caso da Várzea, ainda foi possível observar pequenas casas de madeira que abrigavam comércios. No Passinho, alguns devotos e participantes acampavam no salão do clube de futebol, ao lado, mantendo a tradição.

Nas comunidades pesqueiras visitadas houve destaque ao futebol amador como marca da história e memória dos pescadores artesanais. Além de consistir em um importante espaço de sociabilidade, os próprios sujeitos engajam-se nos campeonatos, dividindo-se entre o esporte e as safras. De acordo com Cunha, Freiras e Rigo (2016, p. 309), em São José do Norte, este esporte se consolida como uma tradição com nítida presença de pescadores artesanais, em um contexto em que “o futebol amador representa uma significativa oportunidade de lazer e de socialização, pois a maioria dos clubes de bairros costuma atuar como vetor de sociabilidade” que incluem distintas fontes de diversão e lazer; “os clubes são uma referência para outras práticas de lazer da comunidade, como os bailes, as festas, os aniversários, bingos, desfiles para escolhas de rainhas do clube, entre outras”.

Foram identificados diversos clubes de futebol e associações esportivas espalhados pelo município de São José do Norte, com destaque aos sitiados nas cinco localidades pesquisadas. Na Quinta Secção da Barra, situa-se o Grêmio Esportivo Beira-Mar, fundado em 1938; Esporte Clube Bonsucesso, no Barranco, fundado em 1950; no Passinho, o Esporte Clube Passinho, de 1959; na Várzea, a Associação Esportiva Varzense, de 1968; e o Esporte Clube Capivarense, nas Capivaras, de 1973 (Cunha; Freitas; Rigo, 2016). A antiguidade dos clubes e sua manutenção até os tempos atuais remontam a sua relevância social e cultural para essas comunidades.

Além disto, convém destacar a dimensão da religiosidade associada às comunidades pesqueiras. A religiosidade e o universo mitológico são discutidos por Diegues e Arruda:

Além do espaço de reprodução econômico, das relações sociais, o território é também o locus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz que ciclos da natureza (a sazonalidade de cardumes de peixes,

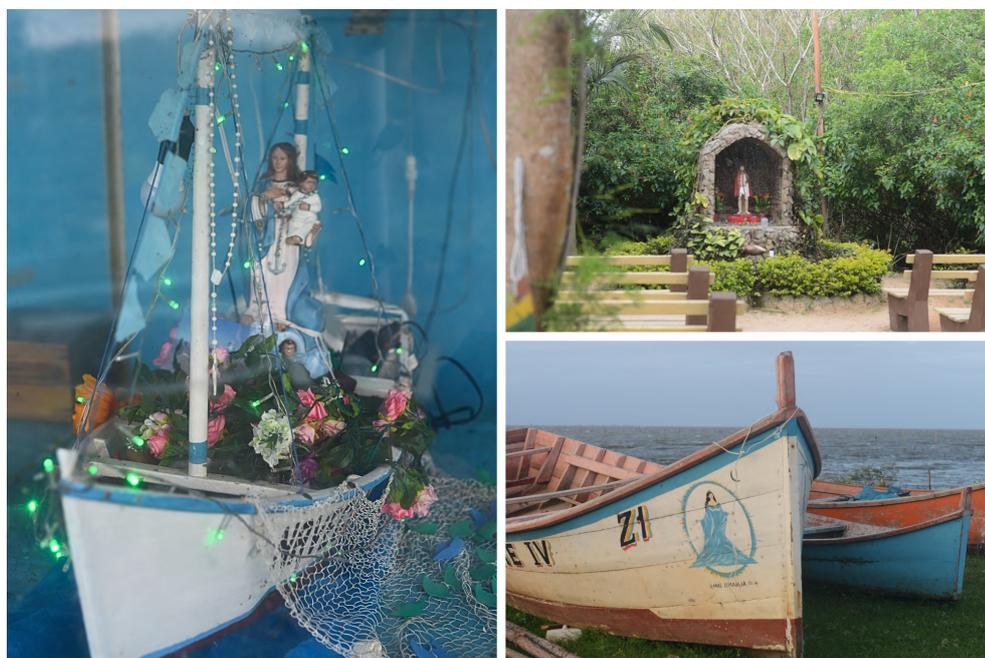
a abundância nas rochas) sejam associados às explicações míticas ou religiosas (Diegues; Arruda, 1999, p. 21).

A devoção e a fé dos pescadores artesanais, a partir das observações em campo e das entrevistas, direcionam para uma compreensão do culto às figuras associadas às águas, como São Pedro, Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá. Essas relações estão presentes no território pesqueiro, no nome das embarcações, nas cores, a partir de ícones e símbolos materiais representados em suas embarcações e residências, e até mesmo na construção de espaços sagrados, como templos e grutas. Congregando manifestações no espaço, mediados pela instalação de elementos físicos que aludem à fé praticada, as festividades e as dimensões palpáveis das religiões, com as manifestações simbólicas, instituem ideologias e convenções entre as comunidades:

[...] a religiosidade também é um código cultural que conjuga materialidades e imaterialidades. Através dos fixos (lugares sagrados) e dos fluxos (procissões e peregrinações), a materialidade é expressa no território. A imaterialidade se expressa pela fé, que se torna o elemento de coesão social, de busca espiritual (Franz, 2020, p.96).

Na Figura 19, observa-se alguns elementos que destacam essa análise.

Figura 19 - Registro de fé e religiosidade



Fonte: Acervo do autor, 2023.

A esperança, característica da dimensão da fé e da crença, proporciona uma compreensão da cultura dos pescadores artesanais. O contexto difícil, a insegurança do mar e o risco de não retornar de uma pescaria exigem ao pescador instrumentos de ordem religiosa como fundamento de esperança, evidenciados no apego aos rituais e crenças, consistindo também em valores, práticas e ideologias. Para Brum Neto:

[...] pode-se considerar a religião como um fator de unidade cultural, a partir da crença comum. Têm-se as mesmas convicções e partilha-se dos mesmos rituais do nascimento até a morte dos indivíduos que compõem o grupo social. Os rituais variam de acordo com a cultura, pois as crenças diferem. Geralmente a religiosidade serve como orientadora de condutas e ações coletivas, configurando um padrão a ser seguido (Brum Neto, 2012, p. 257).

No caso dos pescadores artesanais de São José do Norte, as experiências religiosas se apresentam como muito plurais. Na Figura 19, observa-se a mescla de divindades associadas às águas, como na gruta de Nossa Senhora dos Navegantes, no Barranco, e o bote com o emblema de Iemanjá, Orixá de religiões de matriz africanistas, como Umbanda e Candomblé, bem como a Gruta de Bom Jesus de Iguape, no Passinho, uma estrutura localizada às margens da Lagoa dos Patos e próximo das embarcações de pesca. As cores das embarcações, com predomínio de azul e branco, também remetem às divindades associadas às águas, como São Pedro, Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes.

Integrando as religiões de matriz africana, Darlei sublinha sua pertença religiosa, afirmando que é Umbandista, mas cultua tudo que vier para o bem. Maria Celedi e Adriana também destacam a participação em religiões de matriz africana. Claudia, por sua vez, defende a sua fé, tratando-se de uma babalorixá de um terreiro de Nação Jeje. Claudia comenta: *“Tem muito pescadores que vem me pedir para abençoar rede, para abençoar as canoas, para dar uma benção, para ajudar. Minha religião é a minha vida”*. Na conciliação com a atividade pesqueira, ela destaca: *“Eu vinha lá do Pontal para poder tocar minha Terreira aqui. Sim, eu tocava a Terreira e no outro dia, eu saía cedo para pescar de novo”*.

Em direção a esta imaterialidade da fé, Suzana, mesmo não definindo sua religião, comenta das situações em que os pescadores artesanais recorrem a benzeduras das embarcações e andanas de pesca. Ela afirma que esta prática é uma tradição entre os pescadores na Quinta Secção da Barra: *“Ainda existem aquelas pessoas que tem essa tradição de se benzer antes de iniciar uma safra. Ainda existem aqueles que fazem rituais nas embarcações, outros fazem o ritual nas andanas”*.

Iemanjá é uma divindade africana que representa a mãe das águas. Cultuada no Rio Grande do Sul, sua festividade ocorre no dia 02 de fevereiro, junto à praia, modificando as dinâmicas do território naquele período, através de peregrinações. Como exemplo, Adriana, pescadora e moradora no Barranco, realiza anualmente a procissão de Iemanjá, como retribuição às bênçãos alcançadas. Residindo no Barranco, distante do Oceano, onde as oferendas e rituais de Iemanjá são praticados, Adriana realiza a peregrinação até o Balneário Praia do Mar Grosso, deslocando-se de carro até o centro da cidade, a partir de onde segue o percurso caminhando até a orla da praia, um trajeto de caminhada com cerca de 5 quilômetros.

A relação entre religiosidade e festividade se coloca como intrínseca e fundamental, uma vez que não apenas refletem crenças espirituais, mas também desempenham um papel crucial na construção da identidade cultural, coesão social e na transmissão de valores de geração em geração (Brum Neto, 2012). Neste encontro entre festividade e religiosidade, transforma-se os espaços de uso comuns, criando uma atmosfera que permeia a vida cotidiana, perpetuando as práticas culturais ao futuro, como uma marcação territorial simbólica (Silva, 2010).

A procissão é uma festividade tradicional no município de São José do Norte e ocorre no Balneário Praia do Mar Grosso, alcançando toda a comunidade. Maria Celedi comenta que *“Quando chega o tempo das festas, né, a gente vai lá pagar o que pediu. Tu conseguiu, tu vai lá e tu paga. No tempo da Iemanjá, em fevereiro tu vai lá, faz as oferendas dela, tu agradece, né?”*.

Cláudia vê a necessidade de realizar a festa de Iemanjá próxima da comunidade em que vive, e não no balneário Praia do Mar Grosso, como fazem outros terreiros de matriz africana. Para ela, o rito festivo não pode ofuscar o momento religioso da festa:

[...] eu realizo [a festa de Iemanjá] aqui nos Molhes da Barra. A gente está cultuando a nossa religião, saudando a Grande Mãe das águas, pedindo proteção, clareza, pra ajudar os pescadores, né? Então eu reúno meu povo, eu levo meu barquinho, levo minha Mãe, ela vai bela e faceira na procissão dela, chega lá, a gente faz os nossos rituais, tocamos, voltamos.

Neste sentido, destaca-se as materialidades dos momentos festivos, através de peregrinações e procissões religiosas, como nas festas católicas de São Pedro e Nossa Senhora dos Navegantes, e também na festa de Iemanjá, com a peculiaridade

de uma imaterialidade associada ao valor destas divindades aos pescadores artesanais, dada sua relação com as águas.

Para além das festas comunitárias, há também o destaque para as celebrações familiares e entre amigos. Na Quinta Secção da Barra e no Passinho, os pescadores relatam que seus espaços de socialização também ocorrem em festas e encontros privativos: “*é nessas festas aqui de fora aqui, e na casa dos amigos. O cara hoje vai lá em casa, amanhã o cara vai na casa do outro. É assim, é o que a gente passa mais ou menos*” afirma Laerte. Suzana e Claudia relatam algo similar, com destaque à culinária oferecida nesses espaços, sobretudo pela recepção de pessoas de fora da comunidade pesqueira, o que envolve a preparação de frutos do mar, camarões e crustáceos, como forma de recepcionar os convidados.

Vale destacar que a pesca possui como finalidade principal a produção de alimentos, para si e para o outro, assim, o cotidiano dos pescadores artesanais no que concerne à alimentação se vincula de forma muito intrínseca à presença dos pescados e suas diferentes maneiras de preparo, levando essa identidade territorial à instituição de mais um código cultural: o alimentar. Destaca-se, de igual forma, os conhecimentos tradicionais no beneficiamento desses pescados e na sua preparação para o consumo, nos procedimentos de descasque do camarão, da descamação do peixe e do preparo de filés.

O alimento pode ser interpretado como perpetuador da manutenção de tradições, possibilita suas ressignificações, sobretudo em momentos festivos, em que os hábitos alimentares vinculados ao pertencimento cultural continuam retidos “na memória gastronômica do grupo” e são revalorizados “no ritual das festas, onde os laços de parentesco e a identidade são reforçados e as raízes familiares são atualizadas” (Franz, 2020, p. 98).

De acordo com os entrevistados da pesquisa, a pesca artesanal se diferencia pela relação do pescador com o alimento. Suzana, como exemplo, afirma que é mais seguro oferecer peixe aos convidados pois é o que o pescador tem para oferecer de melhor. A alimentação com base no pescados foi apresentada pelos pescadores artesanais entrevistados como mais saborosa, nutritiva e principalmente saudável. Suzana comenta que:

Quando chega um amigo que não é pescador e já sabe - lá na casa de fulano tem um peixe. Vamos lá que lá a gente vai encontrar camarão, vai encontrar

peixe. - É uma coisa que sempre tem na casa do pescador é peixe e camarão. Raramente não se encontra.

Adilson, no Barranco, chega a afirmar que, dentre tantas coisas, o que não pode faltar na casa do pescador é a comida. Assim como Adilson, Marco Aurélio afirma que um dos principais benefícios da pesca é a segurança alimentar, quando afirma que ser pescador é uma garantia de que, ao menos, o alimento cotidiano é garantido.

Os relatos, neste sentido, direcionam a análise para uma compreensão da alimentação enquanto manifestação cultural associada aos momentos festivos, assim como a literatura que prevê essa acepção (Brum Neto; Bezzi, 2018; Caetano; Bezzi, 2011; Brum Neto, 2012; Franz, 2020). Além disso, os sujeitos entrevistados compreendem possuir uma "alimentação normal" que valoriza o pescado e os frutos do mar considerados mais saudáveis e passíveis de constituir cardápio variado, oferecidos em momentos festivos, em reuniões familiares e quando recebem pessoas de fora da comunidade.

Estes momentos de contato com o outro reforçam o sentimento de pertencimento identitário. Suzana chega a afirmar que a alimentação é algo cultivado entre eles: *"feita pela tradição, que junta os amigos para comer uma moqueca de bagre, sempre tem aquela reunião de família que todos vão se reunir para comer aquela peixada. Isso é uma tradição do pescador ainda"*. Claudia define que *"a tradição [da família] é a tainha assada e o filé de peixe"* e que não por acaso também é a safra e o tipo de pescaria predileto desta família.

E a composição de pratos é diversa, como afirma Maria Celedi:

Eu gosto de fazer, pizza, pastel, tanto de camarão como de siri. Bolinho de camarão, uma delícia! O camarão à baiana. Peixe frito, Peixe assado, Filezinho. Ensopado...

Adriana também destaca essa pluralidade de formas de preparar o pescado, dando destaque às lasanhas de camarão e siri. Ela afirma que consome com certa frequência esses pescados, em vista de nem sempre ter outra proteína à disposição. Assim, a alimentação e a culinária dos pescadores artesanais representam uma marcação cultural e territorial.

Cleiton, como um exemplo ilustrativo, cita os medos da desterritorialização e a perda do ofício de pescar, relacionando-o com a segurança alimentar. Ele afirma que:

Nós pescadores, graças a Deus, temos o alimento de cada dia. Hoje mesmo, eu vou comer um peixe ensopado. Comemos peixe ensopado no almoço, e na janta comemos peixe ensopado de novo... Nós temos o peixe ensopado pra nós comer! E se trancar nós? Nós não vamos ter aquele peixe só para comer. Assim fica difícil.

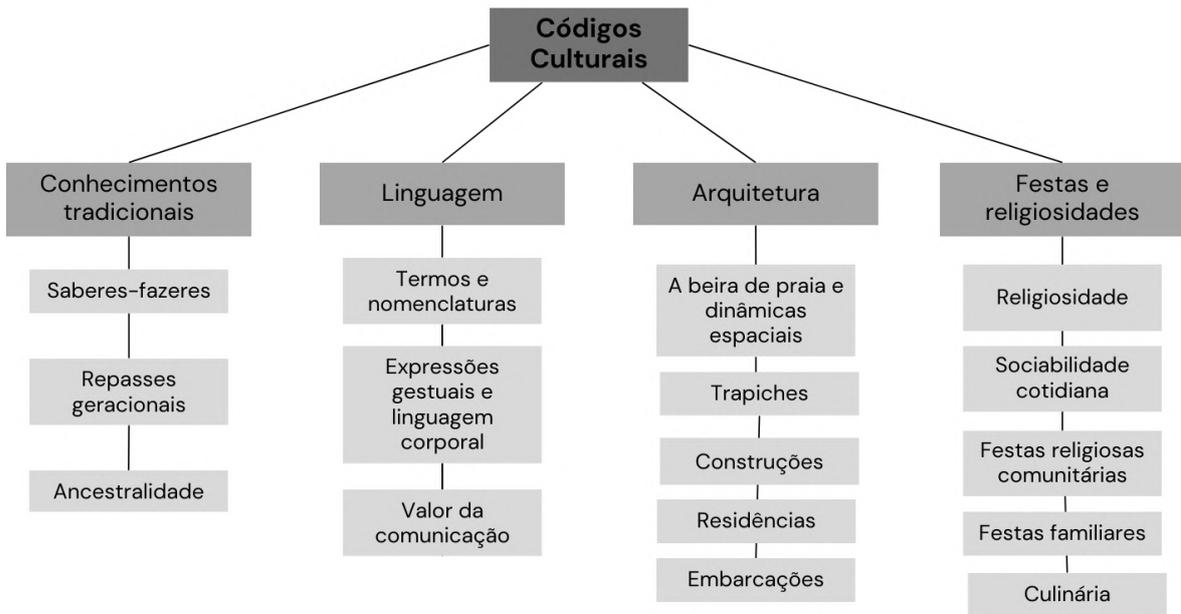
Esse relato torna ainda mais evidente as relações entre cultura e território e o pertencimento e a manutenção das práticas pesqueiras. De mesmo modo, a Lagoa dos Patos comparece como espaço essencial na produção de alimentos, de conhecimentos tradicionais e de práticas religiosas, formando o senso de identidade territorial dos sujeitos que, nela, constituem uma infinidade de manifestações culturais em seus diversos marcadores.

4.6 PERMANÊNCIAS E RUPTURAS: SÍNTESE NARRATIVA DOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS EM SÃO JOSÉ DO NORTE

Neste subtópico, encerrando as discussões acerca das manifestações culturais e dos marcadores que constituem essa leitura dos processos de identificação cultural e territorial dos pescadores artesanais de São José do Norte, apresenta-se uma síntese do que foi possível apreender durante a pesquisa, com destaque para as compreensões alcançadas a partir das entrevistas com os pescadores artesanais e das observações em campo. Entendendo que as identidades não são estáticas, mas que estão em constante redefinição, este tópico apresenta algumas mudanças observadas nos códigos que simbolizam a relevância cultural aos pescadores artesanais, além de diferenciações entre as comunidades pesqueiras estudadas.

Diante do exposto, inicialmente propôs-se destacar como os códigos culturais da pesca artesanal de São José do Norte se articulam enquanto marcadores territoriais e manifestações de identificação cultural e territorial, para posteriormente analisar como eles se territorializam e se diferenciam entre as cinco localidades estudadas. Este resgate inicia-se com a retomada dos resultados alcançados. No organograma apresentado na figura 20, ilustra-se, por intermédio de um esquema conceitual, os códigos culturais que foram apreendidos durante a pesquisa. Distribuídos em quatro manifestações primordiais, descendem dessas outras associadas que em seguida serão discriminadas.

Figura 20 - Esquema conceitual dos códigos culturais da pesca artesanal



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Os conhecimentos tradicionais são identificados nos relatos dos pescadores artesanais e representam a forma como estes sujeitos constituem suas práticas cotidianas, sobretudo as associadas à pesca artesanal em sua dimensão laboral. Esses conhecimentos estão presentes nos saberes-fazer que constituem os procedimentos de pré-captura, captura e pós-captura/beneficiamento, mas principalmente no reconhecimento do ambiente e fatores que identificam uma boa pescaria. De acordo com De Paula (2023), os conhecimentos tradicionais possibilitam o uso do território, conferindo aos pescadores artesanais determinados privilégios em seu uso pelo conhecimento da natureza e seus ciclos. Neste sentido, esses saberes-fazer ancestrais, que são oriundos da experiência e do contato geracional, materializam-se no território pesqueiro através de instrumentos fabricados que também não se mantêm inalterados no tempo.

Considerando a imaterialidade destes conhecimentos, sobretudo os valores atribuídos pelos pescadores artesanais a este conjunto de saberes-fazer, e as materialidades que decorrem destes, destaca-se que este código cultural apresenta significativas modificações e adaptações com o passar do tempo, em geral associadas a fatores exógenos às comunidades pesqueiras. De acordo com Brum Neto (2012), as mudanças nos códigos culturais sustentam a relação territorial, uma vez que a cultura é vivida pelos seres humanos, sendo constantemente ressignificada, assim

como enquanto ocorrem outras dinâmicas territoriais que colocam a necessidade de ajustes, ou seja,

Adaptação e inovação emergem, geralmente, diante das dificuldades, como medida eficaz para resolução dos problemas. É como se fosse uma imposição natural para o ajuste cultural, para que o grupo social possa adaptar-se ao “novo” espaço, transformando-o em território (Brum Neto, 2012, p. 95).

Entre permanências e rupturas, destacam-se a implementação de algumas tecnologias ao longo dos anos. Os barcos tiveram seus remos trocados por motores e a técnica de velejar com a força dos ventos também está em vias de desaparecimento, destacam Suzana e Lisandro. Os pescadores do Barranco, no mesmo sentido, comentam que nas andanas de camarão, os liquinhos deram lugar às lâmpadas alimentada por baterias, ou energia solar, e até a observação cotidiana dos fatores do clima e da Lagoa dos Patos, embora ainda muito presentes, também contam com o uso da internet para previsões climáticas.

Neste sentido, destacou-se em campo as mudanças ambientais que impactam o modo de vida pesqueiro, como em situações de alterações climáticas, em mudanças nos padrões de chuva e hidrodinâmica da Lagoa dos Patos e nos movimentos dos cardumes em relação a estes elementos naturais, cujo impacto recai na adaptação dos conhecimentos e práticas dos pescadores artesanais de São José do Norte, em resposta às dificuldades encontradas de pescar nos seus espaços habituais, ou com as artes de pesca habituais.

O relato de Deivid corrobora com isto:

Ali na divisa da Lagoa com o Estreito, tem um farol ali. A gente largava ali e ramava¹⁸ de corvina. Vai botar rede hoje pra tu ver... não pega [peixes]. Não pega nem para comer.

Há diferenças pontuais, entre as cinco localidades em que a pesquisa focalizou as análises, no conhecimento tradicional dos pescadores artesanais. No entanto, os próprios pescadores apresentam dificuldades em discriminar quais são, afinal, essas diferenças, o que reforça que estas não são suficientes para consistir em uma distinção identitária radical, o que representa a riqueza e amplitude na forma de viver e perpetuar a cultura desses sujeitos, adaptando conhecimentos, saberes-fazer e

¹⁸ Significa “encher-se de algo”, “brotar”. Neste caso, as redes enchem-se de corvina.

práticas, para os locais de uso cotidiano, em cada localidade e também em áreas utilizadas por pescadores de localidades distintas, considerando fatores ambientais e disponibilidade de materiais em cada situação.

A identidade territorial, neste sentido, assemelha-se com as leituras de Haesbaert (2013) que destaca que estas podem não ser contíguas, mas relacionam-se em rede, assim, a identidade territorial da pesca artesanal de São José do Norte, compreendida a partir do código cultural de conhecimentos tradicionais, estabelece relações de pertencimento e identificação entre distintas localidades que perpetuam e cultivam suas semelhanças, mesmo que existam suas diferenças.

Na fala de Silvano, como exemplo, ele cita que a Lagoa dos Patos é um território de uso comum dos pescadores artesanais de São José do Norte e também de outros municípios e que é muito comum que estes sujeitos mudem de localidade em períodos de crise, em busca de boas safras. Silvano afirma que *“Todo mundo já passou [crise]. Por exemplo, se eu ir lá para a Quinta [Secção da Barra] hoje... os de lá já vieram aqui... então todo mundo já passou, já se bota no lugar do outro”* e afirma que há uma boa recepção em cada comunidade, que se acolhem mutuamente como membros.

Entretanto, Ruan, embora aponte o bom relacionamento “em terra”, destaca que, para cultivar boas relações “no mar”, é preciso ter noção da preferência sobre a área de pesca dos pescadores locais, sobretudo nas andanas já demarcadas de cada parrelha, mas também nas pescarias de lances e manjoadas, por exemplo, para que a rede não atrapalhe a pescaria de outro pescador, causando conflitos. Apesar do senso de coletividade e parceria, a pesca artesanal pode apresentar alguns conflitos sobre os usos do território, principalmente entre os que realizam a pesca predatória com aqueles que buscam preservar os estoques pesqueiros, de forma mais sustentável. De Paula (2023) destaca que as comunidades tradicionais de pescadores possuem essa característica de gestão compartilhada do território e que é invisibilizada pelas instituições governamentais, gerando também conflitos.

A expressão *“pescador é uma classe só”*, de Cleiton, pode ser endereçada a qualquer um dos sujeitos entrevistados, pois houve um consenso neste sentido, ao mesmo tempo em que se situa a partir da diferença local, como Laerte, ao afirmar que não vê incentivos para o *“pescador daqui”*, e quando se fala em pescador artesanal: *“nós não existimos para eles”, “só existe o pescador da Amazônia, o ribeirinho, o caiçara”*. O “Outro”, nesta relação, foi figurado pela figura de instituições externas,

como órgãos governamentais, o rádio e a televisão que deslegitimam (ou buscam deslegitimar) esses conhecimentos e o pertencimento dos pescadores artesanais. Cleiton, neste sentido, relata que:

O Ibama não tá ajudando nós. E outra também... ninguém dá um apoio para nós. O camarão era para ser liberado de acordo com a natureza... Quando tem camarão grande, às vezes tá em janeiro [e é proibido].

A Lagoa dos Patos, neste sentido, pode ser compreendida como um marcador territorial vivo (Henriques, 2004) e natural (Silva, 2010), uma vez que suas dinâmicas são dadas pela natureza e por comportamentos que independem da vontade dos pescadores artesanais, mas que são apropriados e apreendidos por estes. Para Silva,

Muito embora o homem não tenha o controle absoluto sobre as forças da natureza, de certa maneira ao apropriar-se dos elementos que a compõem, esse mesmo homem realiza intervenções mediante sua necessidade orgânica ou material que lançam certas particularidades de desequilíbrios no ambiente e na estrutura estruturante de um coletivo humano (Silva, 2010, p. 134).

Esses conhecimentos, neste sentido, territorializam o espaço da Lagoa dos Patos, possibilitam sua marcação, construção de fixos e manutenção de fluxos, que podem modificar por fatores ambientais, promovendo novas necessidades, novas territorialidades e novos conhecimentos. Por outro lado, as instituições e o cerceamento da liberdade dos pescadores artesanais em manifestar seus usos e práticas do território da Lagoa dos Patos, representam “marcadores estruturadores”, que:

[...] conseqüentemente metamorfoseiam o modo de vida e da própria coletividade, o que resultam em novas apreensões de representações e formas simbólicas e presentificações que desencadeiam novos comportamentos de experiência socioespacial (Silva, 2010, p. 153).

No contexto da pesquisa, destacam-se as ameaças de instalações de grandes empreendimentos, como de mineração e torres de energia eólicas, que colocam em risco toda estruturação social e cultural destes sujeitos (Mascarello; Dos Santos; Freire, 2022). As falas dos pescadores ainda indicam que a perda de referenciais territoriais poderá ser um dos fenômenos experienciados pelos pescadores artesanais de São José do Norte, uma vez que o território da Lagoa dos Patos passaria a ser

integrado por novas estruturas em locais ainda desconhecidos, podendo incluir os espaços tradicionalmente ocupados pelos pescadores em seus cotidianos.

E ainda no contexto dos conhecimentos tradicionais, a linguagem se apresenta como código cultural e meio pelo qual os conhecimentos tradicionais são repassados (Brum Neto; Bezzi, 2008; Brum Neto, 2012; Hall, 2016). Para as culturas, a linguagem se manifesta, sobretudo, pela oralidade e transmissão geracional, enquanto um jogo de comunicação, representação e memória social (Claval, 2007).

Na peculiaridade cultural dos pescadores artesanais em São José do Norte, destacou-se a presença de algumas expressões específicas, nomenclaturas e também sonoridades, e sotaques sutis, carregados de historicidades, mas principalmente o valor da comunicação e do diálogo, também associados à observação, que sustentam a transmissão dos conhecimentos tradicionais e demais manifestações culturais presentes nos cotidianos destes sujeitos; logo, são marcadores territoriais linguísticos. De acordo com Silva (2010, p. 148), é “por meio da representação simbólica da linguagem e da forma como se exprimem, os coletivos se reconhecem e enraízam suas identidades culturais”.

Não foram identificadas diferenças consideráveis entre as cinco localidades pesqueiras visitadas, mas sim uma diferenciação nos locais de encontro e socialização dos pescadores artesanais, logo, independente dos locais em que essas “presentificações”, por meio da fala, dos pescadores artesanais estejam ocorrendo, a diferença cultural é notada, possibilitando um reconhecimento entre eles, mesmo sendo de localidades distintas, assim reforçando suas identidades.

Já o código cultural da arquitetura (Brum Neto; Bezzi, 2008), por sua vez, é composto por manifestações materiais no território dos pescadores artesanais que, além de tornar tais espaços característicos, também expõe usos, significados, valores, afetos, histórias, etc., de que estão imbuídos, ou seja, expressando “identidades territoriais próprias, para seus signos, símbolos e pertencimentos” (Chelotti, 2010, p. 173). Essa materialidade, assim, compreende marcadores territoriais fabricados (Henriques, 2004; Silva, 2010).

[...] os primeiros “marcadores fabricados” estão relacionados aos espaços de habitação – casa, cidades e aldeias – que dependem não apenas só dos materiais disponíveis, [...] mas da função [...] e estabelecem relações de exterioridades que se efetivam por meio de complexas redes de circulação ou caminhos que “marcam” o território (Silva, 2010, p. 141).

Neste sentido, destaca-se toda dinâmica espacial que se desenvolve nas beiras de praia, que são visualizadas na construção das residências para atender as necessidades de habitação e também de trabalho dos pescadores artesanais, bem como as estruturas que mantêm a pesca em funcionamento, como trapiches e galpões de pesca, e os utensílios utilizados nas capturas e no beneficiamento dos frutos do mar, como redes e embarcações. Neste sentido, há o entrelaçamento entre distintos códigos e marcadores territoriais, com a imaterialidade antecedendo a materialidade e o ressalto do caráter dinâmico dos conhecimentos, saberes-fazer e as adaptações para o meio físico-natural (marcadores vivos), entre as distintas comunidades de pescadores de São José do Norte, e a perpetuação destas materialidades (marcadores fabricados) na história destas localidades (marcadores históricos). Assim, são “fenômenos [que] ocorrem simultaneamente e de modo integrado, ora destacando uns, ora outros, permitindo o seu (re)encontrar permanente” (Silva, 2010, p. 129).

Por fim, os códigos culturais das festas e da religiosidade, assim como outras manifestações culturais imateriais, conduzem a compressão desses enquanto marcadores territoriais simbólicos (Silva, 2010). Diferentemente dos marcadores fabricados, estes sintetizam a composição de materialidades a partir de valores espirituais, representando a cultura a partir de cosmologias de modo mais amplo, incluindo “outras perspectivas de semantização e significados” (Silva, 2010, p. 138), que incluem cores, símbolos, aromas e diversas outras formas de representar valores culturais.

A marcação simbólica associada à religiosidade pode ser visualizada nas embarcações, desde seus títulos, “Iemanjá”, “Anjo Santo” e entre outras, e também na materialização de signos pictóricos, cores e ornamentos, como destacam as figuras já apresentadas (18 e 19). No território, nas residências e nas narrativas dos pescadores, a fé está presente, principalmente através dos valores espirituais, como afirma Suzana, mencionando a tradição de benzer e abençoar embarcações, redes e andanas de pesca na esperança de boas safras e segurança no mar.

Cláudia, como liderança religiosa na Quinta Secção da Barra, menciona isto e diz que esses pescadores que buscam apoio espiritual, através de benzimentos e rituais, são frequentes e acrescenta que “*não é só gente da Quinta não, e da Barra, mas de todo Norte. Gente do Barranco, para aquelas bandas de Capivaras, São Caetano...*”. Ao revestir esses espaços territoriais de trabalho em espaços simbólicos

de fé e espiritualidade, estes se salientam ainda mais como marcadores territoriais simbólicos.

De forma similar, as festividades expressam manifestações culturais que agregam formas, cores e significados aos territórios pesqueiros e mobilizam toda a comunidade, desde momentos festivos que integram pessoas de fora das localidades até as dinâmicas cotidianas, de usos afetivos dos espaços de lazer e diálogo, em beiras de praia, bares e nas próprias residências.

Neste sentido, mesmo que os códigos e marcadores sejam dissociados para fins didáticos, estes se implicam mutuamente, visto que “não existe um limite claro de onde começa e termina uma forma e representação, e o mesmo se aplica aos marcadores territoriais, somente as experiências socioespaciais, talvez, sejam capazes de distinguir com nitidez tais nuances” (Silva, 2010, p. 138).

E no intuito de finalizar, difere-se as cinco localidades no subtópico 4.6.1, que apresentam distintas paisagens e a presença de marcadores relacionados às especificidades de cada localidade, e as formas como os indivíduos e as coletividades vivem e manifestam suas culturas, compondo-se de códigos culturais que materializam marcas territoriais que sustentam o senso de identidade e pertencimento à pesca artesanal.

4.6.1 Diferenças nos códigos culturais e os marcadores territoriais entre as comunidades pesqueiras de São José do Norte/RS

Os conhecimentos tradicionais, entendidos como código cultural, diferenciam-se entre as comunidades pesqueiras estudadas, em vista de que estas estão situadas sob peculiaridades ambientais (marcadores territoriais vivos) e institucionais (marcadores territoriais estruturantes) que exigirão adaptações e transformações continuamente. Entre natureza e sociedade, desenvolvem-se manifestações que compõem os processos de identificação territorial destes sujeitos, constituindo também marcadores territoriais simbólicos, fabricados e linguísticos que sustentam o estabelecimento de territorialidades.

Na Quinta Secção da Barra, toda dinâmica social se vincula com a presença do Oceano Atlântico, um marcador territorial natural, situando a comunidade em uma região de peculiaridade ambiental que se traduz em diferenças nos marcadores territoriais fabricados. Essa comunidade de pescadores artesanais se diferencia,

sobretudo, por sua localização geográfica e por seu tamanho maior, em área e população, em relação às demais. A Quinta Secção da Barra está à jusante do estuário da Lagoa dos Patos, com o abrigo do Lameirão, uma enseada com um pequeno canal de acesso que se apresenta como barreira natural que protege as embarcações. Com essa característica de proximidade com o mar aberto, de acordo com os pescadores locais, há uma maior disponibilidade de peixes e de safras durante o ano, que conduzem a uma maior dependência de pescarias de redes de emalhe e de maior produtividade. De acordo com Lisandro,

[...] nem é a semelhança, mas o diferencial nosso é que nós temos o oceano aqui muito perto, muito presente. Então nós temos uma relação mais forte com o mar aberto também. Nós temos as duas opções.

De acordo com Cláudia, a pesca do camarão não é tão produtiva na Quinta Secção da Barra, dada as condições hidrodinâmicas, quanto em outras áreas da Lagoa dos Patos. Nesta localidade, a proximidade com uma área de proteção ambiental, o Refúgio da Vida Silvestre do Molhe Leste (REVIS Molhe Leste) e o Porto do Rio Grande, também coloca impedimentos de acesso e uso do território da Lagoa dos Patos. O local tem proibição de pesca pela Instrução Normativa Conjunta (IN) Nº 12, de 22 de Agosto de 2012, chancelada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Pesca e Agricultura (MMA/MPA, 2012), como área de preservação do Leão-Marinheiro-do-Sul, espécie de pinípede ameaçada de extinção.

A proximidade com o oceano coloca a Quinta Secção da Barra na presença da pesca industrial, observada pela existência de barcos e grandes parselhas de pesca. Distingue-se, assim, as condições econômicas na Quinta Secção da Barra, que se traduzem em embarcações maiores e apropriadas para a pesca em mar aberto, galpões de pesca e parselhas maiores e residências mais modernas. Neste local, também, se observou que a dimensão comunitária é mais incipiente e a sociabilidade à beira de praia ocorre, principalmente, nos trapiches e galpões de pesca.

Vale destacar que as outras localidades visitadas também podem diferenciarem-se em termos arquitetônicos a partir de valores de simplicidade e seletividades singulares em relação ao que os sujeitos priorizam em seu cotidiano e não meramente a partir de condições financeiras, uma vez que se destaca o apreço que os pescadores possuem pelas embarcações e pelos apetrechos de pesca, mais do que pelas próprias casas. A percepção de que as comunidades se diferenciam

economicamente é dada a partir das falas dos pescadores artesanais, mas a partir das observações em campo foi possível compreender que a fabricação de marcadores territoriais também se relacionam com a composição de marcadores territoriais simbólicos, que estão imbuídos de valores culturais, para além de suas utilidades e funcionalidades.

Do ponto de vista dos marcadores territoriais simbólicos (Silva, 2010), relatou-se a presença de festividades associadas ao Oceano, como as procissões anteriormente destacadas, a presença de terreiros de matrizes africanas e o número expressivo de igrejas evangélicas. Diferentemente de outras localidades visitadas, a dimensão da fé e religiosidade que foi ressaltada nas entrevistas, salientam a relação com o grande mar, o oceano e seus perigos, mas também uma diversidade de experiências religiosas que conduzem a análise desta localidade como a mais cosmopolita entre todas, pelo menos neste sentido.

Já na comunidade do Barranco, destacou-se a particularidade de não possuírem trapiches, marcos territoriais muito presentes nas demais localidades visitadas. Situando-se mais no interior do Estuário da Lagoa dos Patos, essa localidade se apresenta como um território mais fluido do ponto de vista produtivo, em que as andanas de pesca e as balizas flexibilizam a chegada de outros pescadores de fora.

Assim, os marcadores fabricados na localidade do Barranco integram, sobretudo, a presença de calões que demarcam andares de pesca e balizas onde ficam ancoradas as embarcações. Embora essas construções também remetam às condições hidrodinâmicas locais, que dificultam a construção e durabilidade dos trapiches, as falas dos entrevistados destacaram que esse mecanismo vinculava as embarcações ao território. Em outras palavras, as mesmas andanas utilizadas como locais de captura do camarão também continham balizas para amarrar as embarcações quando não estivessem pescando.

Neste sentido, os pescadores artesanais destacam que a pesca do camarão, no Barranco, tem se tornado distante da própria localidade mais recentemente, em vistas de que a beira de praia tem se tornado pouco produtiva, sinalizando que no passado havia uma beira de praia diferente dos tempos atuais, com a presença de maior número de andanas e parelhas de camarão.

Além das especificidades nas adaptações do conhecimento tradicional dos pescadores artesanais do Barranco ante ao ambiente natural em que se situam, e a

fabricação de marcos físicos no espaço, o que a destaca das demais localidades é, sem dúvidas, a presença do turismo. O turismo na Praia do Barranco pode ser visualizado na arquitetura, pela presença de chalés de temporadas de veraneio, e na dinâmica social, pela presença de restaurantes e comércios voltados ao turismo, consistindo distinções nos marcadores territoriais fabricados (Henriques, 2004; Silva, 2010).

De acordo com Maria Celedi e Adriana, que atuam no beneficiamento de pescados no Barranco, o turismo tem um impacto direto na pesca artesanal local, sendo um dos instrumentos de comercialização dos frutos do mar diretamente do pescador. Maria Celedi diz que *“o turista não vem para morar, ele vem para fazer o turismo dele mesmo, né? Tira dois ou três dias de cabana alugada e daqui a pouco já vai embora. Mas também já está levando o produto, né?”*.

Neste sentido, os marcadores territoriais fabricados na localidade do Barranco dividem espaço com aqueles fabricados para atender as necessidades do turismo, imprimindo uma diferença na paisagem. A presença de pessoas de fora no cotidiano das comunidades pesqueiras de São José do Norte não é uma exclusividade do Barranco, se assemelhando também com Passinho e Capivaras neste sentido, mas neste local o processo é mais presente, de acordo com a fala dos pescadores entrevistados nas três localidades.

Do ponto de vista religioso, a comunidade do Barranco conta ainda com outras infraestruturas religiosas, como o acampamento da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que atraem um público diverso durante o verão. Em busca de refúgio dos centros urbanos e associados às especificidades paisagísticas locais, esses acampamentos associam turismo e religiosidade.

Passinho e Capivaras são localidades vizinhas que possuem muitas semelhanças. Em suas orlas, há a presença de proteções para as embarcações, fabricadas para atender as necessidades locais, imprimindo-lhes também diferenças físicas entre as demais e produzindo assim territorialidades diversas. O que se destaca, nesta análise, é que essas manifestações culturais se consolidam como particularidades que são perceptíveis aos sujeitos que as vivem e desenvolvem e que estas proporcionam funcionalidades distintas; no entanto, para observadores externos, que observam a beira de praia a partir da descrição de suas formas, podem significar mais semelhanças do que diferenças.

Nos marcadores territoriais vivos (Henriques, 2004), os pescadores de Passinho e Capivaras destacaram a necessidade de deslocarem-se, por exemplo, para a pesca em outras localidades, como para Quinta Secção da Barra, em períodos em que o pescado não chega em abundância nos seus locais de pesca usuais, o que demonstra que seus itinerários e dinâmicas dependem muito dos ciclos da natureza, configurando sua tradicionalidade (Diegues, 2004).

Em Passinho e Capivaras, há um grande destaque para as festas religiosas comunitárias, em que as comunidades recebem muitas pessoas de fora que buscam prestigiar os eventos. Há também a instalação de marcadores religiosos, como as grutas de Nossa Senhora de Fátima, nas Capivaras, e de Bom Jesus de Iguape, no Passinho. O território, neste sentido, apresenta-se a partir de uma identidade expressa em marcadores fabricados e simbólicos que constituem a historicidade do local e o singularizam.

Em relação às demais localidades visitadas, a Várzea se apresenta como a mais isolada entre todas, do ponto de vista geográfico e pelo seu difícil acesso. A peculiaridade principal, na dimensão do trabalho, é certamente a relação com a pesca do camarão, destacada como a safra principal da comunidade. Similar às outras, nesta localidade também pratica-se pescas de emalhe para peixes como corvina, tainha e linguado, porém a ênfase dada pelos pescadores artesanais entrevistados é para a pesca do camarão. Neste sentido, o apego simbólico dos pescadores artesanais da Várzea com a pesca do camarão não pode ser descartada, visto que não é dada integralmente pela potencialidade ambiental, mas instituída entre os membros da comunidade.

Na Várzea, chama atenção o senso comunitário e o valor da construção coletiva, como no exemplo do salão comunitário da Igreja. Cleiton menciona que a união dos pescadores da Várzea é algo que os diferencia e afirma que “*O pescador daqui é um pouco diferente nisso. Nós aqui, somos unidos... se todo o pescador fosse igual, fosse unido, a classe seria muito melhor*”. Esses valores se diferem entre as comunidades que, embora estejam presentes nas outras, são reforçados de forma mais contundente na Várzea. No caso desta localidade, neste sentido, reforça o caráter dos marcadores territoriais fabricados ao se revestirem de significados espirituais, de valores e convenções sociais, como afirma Silva (2010), em que não há uma linha que os separa na construção da identidade territorial.

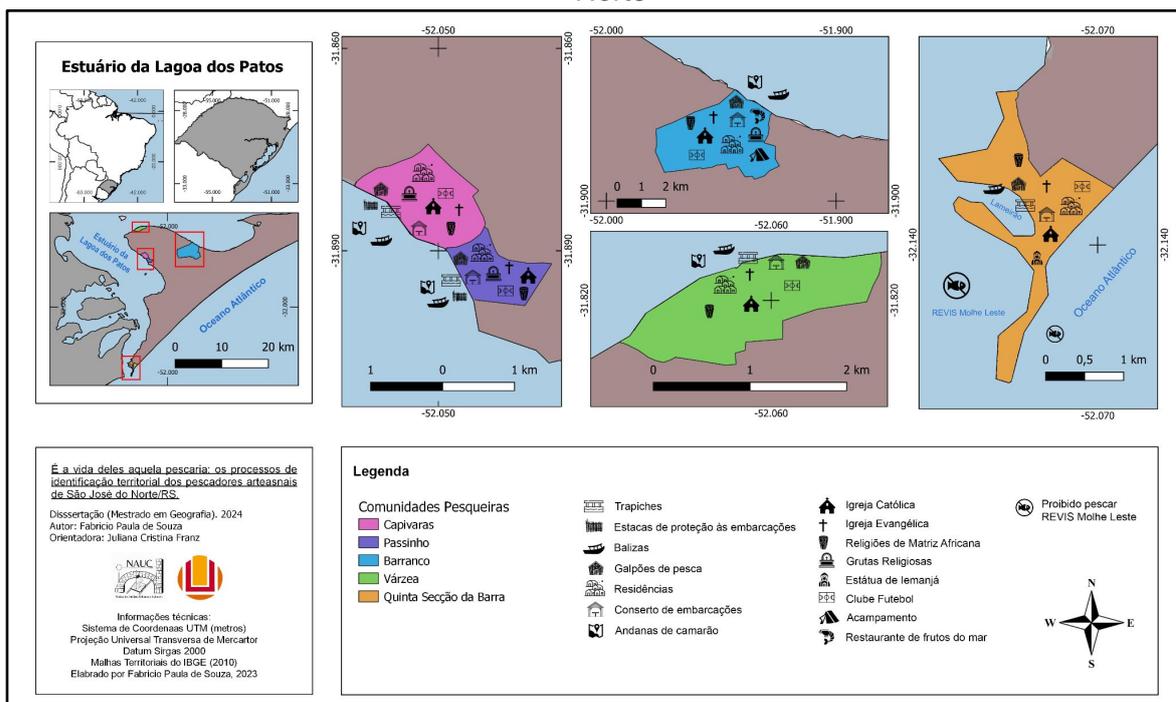
No entanto, tais peculiaridades não são suficientes para consistir em distintas identidades territoriais. Seria, talvez, mais coerente afirmar que as distintas localidades pesqueiras constituem diferenças nos processos de identificação territorial, mas que integram a dimensão de pertencimento à classe dos trabalhadores da pesca artesanal de São José do Norte. Em direção à compreensão das identidades territoriais, Haesbaert (2013) resgata a dimensão social, ou seja, da diferenciação, da alteridade (na relação com o Outro) e do seu poder simbólico e cultural, fundamentais para a afirmação do caráter de grupo. Não se esgota, entretanto, o debate entre as identidades individuais e a coletiva, ou entre objetividade e subjetividade, identidade cultural e território.

A partir disso, retoma-se as ideias de Haesbaert (2013), que situa os processos de identificação de forma processual, dinâmica, relacional e dialógica, como sempre um “identificar-se *com*”, ou seja, um processo de identificação. Essas questões são compreensíveis, como exemplo, a partir de símbolos comuns entre as localidades, que sustentam processos de identificação cultural e territorial no entorno da pesca artesanal, responsáveis pela perpetuação dessas práticas, pelo futuro e pela resistência cultural desses sujeitos.

O pertencimento territorial que perpassa todas as cinco localidades estudadas é visível a partir de símbolos e significados partilhados entre elas. Como no valor dos espaços de trabalho e sociabilidade, a linguagem; e perceptíveis territorialmente, nas construções na beira de praia, nas manifestações religiosas e festivas, nas formas impregnadas de conhecimentos tradicionais e principalmente no uso de territórios comuns, como é o caso da Lagoa dos Patos, para o desenvolvimento social e cultural de forma ampla pelos pescadores artesanais de São José do Norte. Assim, as diferenças ressaltam o senso de identidade (Woodward, 2014), possibilitando diálogos, conexões e relações identitárias entre as localidades, que se vinculam à pesca artesanal enquanto um ponto de conexão que as entrelaçam.

Na figura 21, apresenta-se o mapa pictórico construído a partir das observações em campo e das entrevistas. Trata-se de uma produção que remete à presença de elementos identificados em campo nas cinco localidades estudadas, podendo identificar quais estão contemplados em cada local. Trata-se de um exercício de sintetizar as discussões, ainda que não contemple toda a realidade em sua complexidade.

Figura 21 - Mapa pictórico de materialidades territoriais da pesca artesanal em São José do Norte



Fonte: Trabalho de campo - Elaborado pelo autor, 2023.

Neste contexto, retoma-se a lei municipal 866, de 19 de setembro de 2019 (Lei Cilanda), que reconhece a pesca artesanal como patrimônio imaterial do município de São José do Norte. O patrimônio cultural se coloca como utilitário para a manutenção das culturas, através da memória, da história e da preservação dos saberes, e para as diversas manifestações artístico-culturais que o compõem. O Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, n.p.) conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. O patrimônio imaterial, neste sentido, é:

Tradicionalmente concebido como o legado tangível deixado pela geração anterior, herança material privada transmitida de pais para filhos, o conceito de patrimônio evoluiu para uma concepção mais ampla de memória de grupos sociais e de elementos representativos da história de determinado povo (Sottratti; Marafon, 2013 p. 192).

A Lei Cilanda, de forma ainda incipiente, se torna um instrumento que visibiliza a existência de pescadores artesanais na constituição cotidiana local e sua história, sobretudo a partir do saber-fazer e dos conhecimentos tradicionais, fortalecendo o reconhecimento da contribuição cultural e histórica da pesca artesanal em São José

do Norte e representando um passo em direção ao fortalecimento da pesca artesanal no município. No entanto, ainda necessita de mecanismos de proteção e salvaguarda mais amplos, como o Instituto do Patrimônio Histórico Estadual e Nacional. Nesta análise, os códigos culturais e os marcadores territoriais enquanto manifestações dos processos de identificação territorial protagonizados pelos pescadores artesanais podem ser elementos a serem considerados no âmbito da patrimonialização cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa levanta uma série de pontos de discussão relevantes. Ao longo do estudo, foram abordadas questões sociais, culturais, identitárias e territoriais, destacando a importância da compreensão das lógicas culturais, sociais e históricas no contexto da pesca artesanal desenvolvida no município de São José do Norte. Este município é permeado por comunidades tradicionais de pescadores artesanais e a pesca artesanal desempenha uma importante contribuição na construção da história, do cotidiano e da identidade locais. No entanto, é crucial ressaltar que, apesar de sua relevância, a pesca artesanal enfrenta desafios significativos no que diz respeito ao seu reconhecimento enquanto identidade cultural e territorial por muitos sujeitos e sujeitas que a desenvolvem.

A pesca artesanal, como atividade tradicional, desempenha um papel fundamental nas regiões litorâneas do Brasil, especialmente nas comunidades que dependem dela como fonte de subsistência ou renda. Tratando-se de modos de vida permeados de singularidades, com o avanço da ideia de modernidade e seus significativos impactos na dimensão cultural, essas formas sociais encontram cada vez mais dificuldades. A pesca artesanal em São José do Norte está intrinsecamente ligada às dinâmicas ambientais, econômicas e sociais que envolvem todo o território da Lagoa dos Patos; fatores que influenciam diretamente a constituição das práticas laborais dos pescadores artesanais ao longo dos anos.

Além de questões mais práticas impactantes na vida destes sujeitos, destaca-se que, no âmbito cultural, a identidade territorial, a tradicionalidade e os processos de constituição do território pesqueiro de São José do Norte esbarram em invisibilidades que perpassam uma inadequação conceitual na leitura de tais realidades, visto que, historicamente, os conceitos das ciências sociais foram substanciados por lógicas etnocêntricas. E, para além disso, ao tratar-se de um tema ainda pouco explorado, sobretudo nas ciências sociais e na Geografia, ainda encontra-se dificuldades em abordá-lo.

O reconhecimento da contribuição cultural e histórica da pesca artesanal em São José do Norte está presente na lei municipal 866 de 2019 (São José do Norte, 2019). Apelidada de Lei Cilada Borges, em homenagem à pescadora e vereadora da localidade da Várzea, cita-se a relevância cultural e histórica que torna a pesca artesanal patrimônio cultural, tornando salutar o desenvolvimento de pesquisas com

tal viés. Sendo assim, ao olhar a dimensão cultural, a composição de identidades territoriais e a sua compreensão por intermédio dos códigos culturais, reforça-se a necessidade de compreender tal peculiaridade e situar as significações e os sentidos atribuídos pelos pescadores artesanais às suas práticas culturais cotidianas.

Focalizar os estudos sobre comunidades tradicionais de pescadores a partir da abordagem cultural, objetivando desvelar os nexos entre identidade, cultura e território, não foi uma tarefa muito fácil, uma vez que os impactos da modernização e da desterritorialização dos pescadores artesanais têm obtido mais ênfase nos estudos da Geografia nos últimos anos, em decorrência, sobretudo, da ineficiência do Estado em regulamentar seus territórios tradicionais e dos avanços de práticas econômicas diversas em seus espaços de uso.

Neste sentido, a problematização central desta pesquisa manteve-se na busca por compreender as manifestações culturais que constituem a cultura dos pescadores artesanais neste município e suas identidades culturais e territoriais, entendendo-as como preponderantes na manutenção das práticas tradicionais dos pescadores artesanais e suas resistências. O objetivo geral, assim, foi compreender a constituição de identidades culturais e territoriais dos pescadores artesanais em São José do Norte, através da interpretação dos códigos culturais, iniciando com o estabelecimento de uma grade analítica dos conceitos de identidade cultural e territorial, códigos culturais, território e pesca artesanal.

O conceito de cultura foi o primeiro a ser aprofundado durante a escrita. Revelando questões históricas de sua origem e também adequações contemporâneas. Compreendeu-se o elo entre sociedade e natureza que possibilita aos povos uma diferenciação, atrelado à relação homem-natureza, resgatando a dimensão das representações e atribuição de significados ao espaço, em que se produzem materialidades e imaterialidades sob distintas manifestações.

Neste ponto, retoma-se que as comunidades tradicionais possuem uma peculiaridade no que concerne a relação estabelecida com a natureza e a composição de práticas e paisagens culturais, tramadas por relações de coletividade, de apegos simbólicos e afetivos mediados pela comunicação, pela memória e pela ancestralidade; a cultura é interpretada como um fator de coesão social entre os sujeitos que a compartilham, constituindo territorialidades e levando à problemática das identidades.

Tratar de identidades no mundo contemporâneo é desafiador, na medida em que cada vez mais, se tem a noção de que estas não se tratam de estruturas acabadas e fechadas, mas em vias de acontecimento, enquanto identificação. No mundo contemporâneo, e também no universo da pesca artesanal, os sujeitos desenvolvem distintos papéis sociais e integram diferentes grupos, apresentando, assim, múltiplas posições identitárias. A pesca artesanal, neste sentido, ao colocar-se como o modo de vida dos pescadores, torna-se um mecanismo de pertencimento grupal que consolida a diferença na relação de alteridade e na relação com o Outro. Para tanto, foi necessário aprofundar a dimensão cultural e identitária a partir de suas representações interpretadas a partir dos códigos culturais.

Os códigos culturais, por sua vez, se colocam como marcadores das diferenças culturais, que se expressam imaterialmente e materialmente, deixando lastros no território, nas narrativas, no imaginário social e na constituição de um cotidiano específico que permeia as diversas localidades de São José do Norte e do município como um todo. Tomados isoladamente, os códigos culturais apresentam-se como artifícios para descrever particularidades da cultura em questão, mas, em conjunto, expressam uma composição mais ampla que exemplificam a constituição cultural e identitária de um povo, sob múltiplas manifestações que se entrelaçam e que possibilitam uma compreensão mais ampla da cultura.

A partir do conceito de códigos culturais, a pesquisa aproximou-se também dos conceitos de identidade, marcadores territoriais e território. Para além da compreensão das culturas e das formas como essas são manifestadas, a Geografia direciona um olhar às espacialidades e materialidades destes povos no Espaço, portanto, a pesca artesanal, valendo-se de um território de uso cotidiano para o desenvolvimento social e cultural, também deixa suas marcas e demarcações espaciais e territoriais. Os marcadores territoriais, neste contexto, imprimem funcionalidades e simbolismos ao espaço, tornando-o característico, original e identitário, funcionando como elementos de veiculação das diferenças culturais e promovendo o senso de pertencimento territorial.

Neste sentido, a pesquisa recorreu ao método pós-estruturalista, partindo de uma abordagem qualitativa, visto que este se colocou como adequado para os estudos das identidades territoriais. Com essa base metodológica, desenvolveu-se os procedimentos de trabalho de campo, observação participativa e entrevistas semi-estruturadas com os pescadores de cinco localidades. Os estudos pós-estruturalistas

constituíram importantes reflexões sobre identidade e diferença, que direcionaram, ainda, um olhar ao contexto social em que São José do Norte está inserido. Em outras palavras, foi necessário problematizar a construção de uma pesquisa no âmbito dos estudos latinoamericanos, evitando, assim, que a ciência moderna delimitasse a expressão dos sujeitos a partir de suas próprias taxonomias generalistas e etnocêntricas.

A partir destas metodologias, foi possível identificar alguns dos códigos culturais que compõem manifestações culturais dos pescadores artesanais em São José do Norte e algumas transformações no decorrer do tempo e como estas constituem as identidades territoriais dos pescadores artesanais na atualidade. A pesquisa, então, se desenvolveu em cinco localidades do município, Barranco, Capivaras, Passinho, Quinta Secção da Barra e Várzea, com uso de roteiro de campo e entrevistas. Nestas localidades, a pesquisa contou com a colaboração de 15 pescadores artesanais.

No compêndio dos principais resultados da pesquisa, destaca-se que a pesca artesanal desenvolvida em São José do Norte constitui-se a partir de um conjunto de conhecimentos tradicionais, expressos em saberes-fazer cotidianos, com relevante destaque para a transmissão geracional e com a importância da linguagem na representação da cultura entre os membros, tornando-se elemento de coesão cultural.

Os conhecimentos tradicionais enquanto código cultural se apresentaram como uma dimensão imaterial da cultura dos pescadores, presente nos saberes-fazer que constituem os procedimentos de pré-captura, captura e pós-captura/beneficiamento de pescados, mas principalmente no reconhecimento do ambiente e de fatores que identificam uma boa pescaria e se materializam em artefatos fabricados, como redes, trapiches, embarcações e entre outros, que demarcam territorialmente seus espaços de uso. A beira de praia, neste sentido, se torna um local que exprime essas particularidades, destacando, também, algumas diferenciações entre as localidades visitadas.

A partir deste conjunto de saberes e práticas, destacou-se a linguagem e a transmissão oral como código cultural por onde são repassados e representados esses conhecimentos. A linguagem como manifestação cultural no contexto dos pescadores artesanais de São José do Norte integra expressões, nomenclaturas, gestos, signos e símbolos, mas, sobretudo, direcionam atenção para o valor da

comunicação de forma comunitária, estabelecendo também espaços de sociabilidade, que se tornam locais de aprendizagem entre os pescadores artesanais.

A linguagem, oral e gestual, é o meio pelo qual os elementos imateriais se manifestam *a priori*, antecedendo a materialidade, tornando-se um potente fator de coesão social. A família e as comunidades tradicionais, neste sentido, se destacam como lócus da transmissão cultural e da constituição dos conhecimentos tradicionais.

As materialidades fabricadas pelos pescadores artesanais de São José do Norte também foram identificadas como código cultural. Destaca-se, neste conjunto, a construção das residências e de outras estruturas, como os galpões, as embarcações, os trapiches e as andanas, que caracterizam as beiras de praia e os territórios pesqueiros. Neste sentido, além de figurarem uma codificação de sua diferenciação cultural, estas materialidades se constituem como marcadores territoriais fabricados, expressos seus usos e delimitação de espaços funcionais. Para além da utilidade, os relatos dos pescadores artesanais direcionam para os valores e convenções que estão imbuídos nessas materialidades. Em outras palavras, a imaterialidade acaba antecedendo a materialidade, tornando esses marcadores fabricados também implicados de valores simbólicos e afetivos, visualizados no apego, no apreço e no cuidado que os pescadores artesanais cultivam a estas estruturas, bem como o empreendimento coletivo e conjunto em suas construções.

A identidade territorial dos pescadores artesanais de São José do Norte, neste sentido, expressa-se em marcadores territoriais fabricados e simbólicos, materialmente e imaterialmente, constituindo-se cotidianamente e perpetuando-se na história, mas também no embate com marcadores territoriais físicos, dados pelas condições ambientais e naturais, e marcadores territoriais estruturantes, situados a partir de definições exógenas, como através de órgãos fiscalizadores e normativos que impõem condições de usos e de acessos à Lagoa dos Patos.

Ainda no território pesqueiro, observou-se a ocorrência de festividades e manifestações religiosas que alteram temporalidades e funcionalidades do espaço em decorrência de valores espirituais, morais e afetivos, estando, também, imbuídas de significados culturais. Destas manifestações também originam-se marcadores físicos, como templos e festividades religiosas, signos pictóricos em embarcações, que vinculam a fé com a vivência cotidiana dos pescadores artesanais, e celebrações festivas mais amplas, que envolvem cores, aromas e sabores, além de remeter, ainda, à pesca artesanal na produção de alimentos, hábitos e segurança alimentar.

Por fim, a partir dos elementos destacados, a pesquisa situa a riqueza cultural envolvida no modo de vida dos pescadores artesanais de São José do Norte, contribuindo ao documentar parte destas manifestações, com ênfase aos significados atribuídos pelos sujeitos que as compartilham, buscando mais do que descrever, situar as representações e os sentidos atribuídos por estes às suas práticas culturais cotidianas. Ao trazer reflexões e interpretações dos códigos culturais e marcadores territoriais que revelam processos de identificação territorial, a pesquisa atinge os objetivos propostos.

A pesquisa relaciona-se, também, com um dos questionamentos iniciais que levaram a sua construção: a patrimonialização da cultura dos pescadores artesanais de São José do Norte. A partir do reconhecimento da contribuição histórica e cultural da pesca artesanal no município de São José do Norte, torna-se emergente o desenvolvimento de novas pesquisas com este enfoque, mas com outros direcionamentos, incluindo a análise das paisagens culturais, dos bens patrimoniais passíveis de tombamento, bem como os saberes-fazer e manifestações imateriais que integram este universo. Assim sendo, no futuro, poderão surgir novas informações sistematizadas, resultantes de novas pesquisas, com potencial de contribuir com a patrimonialização cultural em instituições com essa competência, resultando em instrumentos de salvaguarda.

A principal contribuição acadêmica mais ampla deste trabalho se deu pelo inédito desenvolvimento de uma pesquisa que analisa a cultura da pesca artesanal a partir do conceito de códigos culturais, revelando novos nexos e sentidos que compõem as manifestações culturais destes grupos, que resultam ainda em novos questionamentos. Quão bem os códigos culturais identificados representam as manifestações culturais dos pescadores artesanais? Que outros códigos culturais não foram identificados? De que forma eles surgiram no contexto da pesca artesanal? Qual o papel político dessas manifestações enquanto meio de resistência identitária e cultural? Alguns aprofundamentos ainda poderão ser tecidos a partir dessas abordagens e, em todo o caso, ainda não darão conta da complexidade e amplitude da realidade.

Neste sentido, para não concluir, considera-se este debate em aberto, em que abrem-se novos questionamentos a serem aprofundados, que incluem o desenvolvimento de pesquisas que atinjam outras localidades pesqueiras do município, ou que se orientem a partir de outras vertentes teóricas e epistemológicas

e que dialoguem com outros sujeitos, na busca de distintas percepções e interpretações que virão a contribuir com a visibilização dos pescadores artesanais de São José do Norte e suas culturas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, A.; OLIVEIRA, M. C. V.; GHEZZI, D. R.; SANTOS, J. (org.). **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais - Bloco Qualitativo**. CEBRAP, 2017.

BARROS, Manoel de. **Memórias Inventadas**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). **Geografia cultural: uma antologia [online]**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, vol. 1. ISBN 978-85-7511-438-4. Edição Kindle, posição 5201-5723

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (orgs): **Pesquisa participante: a partilha do saber**. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. O lugar da vida - Comunidade e Comunidade Tradicional. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 18, p. 1-23, jun., 2014. DOI: 10.14393/RCT91827067. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27067>. Acesso em: 2 jan. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.051, de 05 de abril de 2004**. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.040/2007, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.959, de 29 de Junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei n. 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei n. 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 05/11/2022.

BRUM NETO, Helena. **Os Territórios da Imigração Alemã e Italiana do Rio Grande Do Sul**. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. A materialização da cultura no espaço: os códigos culturais e os processos de identificação. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 253-267, mai./ago., 2008.

CAETANO, Jessica Nene; BEZZI, Meri Lourdes. Reflexões na geografia cultural: a materialidade e a imaterialidade da cultura. **Sociedade & Natureza**, v. 23, p. 453-456, 2011.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 95-115, 1994.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para sair e entrar na modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4ª Ed., 2019.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Trabalho e Pesca: Apontamentos Para A Investigação. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2012. DOI: 10.33026/peg.v10i2.1698. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1698>. Acesso em: 17 dez. 2023.

CATROGIOVANI, Antonio Carlos. Movimentos fora de sala de aula: o trabalho de campo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. **Movimentos no ensinar geografia: rompendo rotações**. Porto Alegre: Imprensa Livre e Compasso, p. 41-55, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-88.

CHELOTTI, Marcelo C. Reterritorialização e Identidade Territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n.1, p.165-180, abr. 2010.

CONCEIÇÃO, Nilmar; MACHADO, Viviane. Pequeno Glossário de Termos Populares dos Pescadores Artesanais do Estuário da Laguna dos Patos. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 2, n. 2, p. 115-119, 10 abr. 2021.

CLAVAL, Paul. O território na transição pós-modernidade. **GEOgraphia**, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. 3ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2ª Ed. Bauru, SP: Edusc, 2002.

CULTURA. In: Michaelis, On-line. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/> acessado em: 02 jan. 2022

CUNHA, Leonardo Costa da; FREITAS, Gustavo da Silva; RIGO, Luiz Carlos. Entre a Laguna dos Patos e o Oceano Notas sobre a Memória e Algumas Transformações do

Futebol Amador de São José do Norte/RS (Brasil). **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 298-319, 2016.

DA SILVA, Anelino Francisco da. Pesca artesanal: seu significado cultural. **Ateliê Geográfico**, v. 3, n. 1, p. 142-159, 2009.

DE ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. “Esta casa está bem feita”: o valor da arquitetura vernacular entre a festa e a poesia. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 61, 2018.

DE PAULA Cristiano Quaresma. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. 2018. 451 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Geografia e Pesca Artesanal Brasileiras: Diálogos possíveis. *In*: DE PAULA, C. Q.; SILVA, C. N. da; SILVA, C. A. da. (org.). **Geografia & Pesca Artesanal Brasileira**. v. 1. Belém: Editora Gapta, 2019, p. 23-56.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografias da Pesca Artesanal Brasileira**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2023.

DI MEO, Guy. A Geografia nas Festas. Capítulo 2: festa e construção simbólica do território. Tradução de: D’ABADIA, E. B. V; D’ABADIA, M. I. V. **Revista Plurais-Virtual**, v. 4, n. 1, p. 213-238, 2014. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/download/2765/1779> Acess. 17 Dez. 2023.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 1999. 211 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. NUPAUB-USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DOS SANTOS, Soraia Costa; COSTA, Silvia Kimo. Arquitetura vernacular ou popular brasileira: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 24, n. 35, p. 218-218, 2017.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

FRANZ, Juliana Cristina. **Imigração e colonização alemã no Vale do Taquari/RS: as discontinuidades e as continuidades do processo de identificação territorial**. 2020. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: Trajetória e Usos do Conceito. **Raízes**. v.34, n.2, jul/dez, 2014. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br>. Acesso em: 19. Mai. 2023.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia Cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 233-244.
- HAESBAERT, Rogério. Território. **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, 18 dez. 2023.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 6ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HEIDRICH, Álvaro L. Método e metodologias nas pesquisas das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, A. L. ; PIRES, C. L. Z. (org.). **Abordagens e práticas da pesquisa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Letra 1, 2016. p. 15-33.
- HENRIQUES, Isabel. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950). **Textos de História**, v. 12, n. 1-2, p. 9-41, 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios, primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>> Acess. em 23 de Dezembro de 2023.
- LANDER, Edgard. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, p. 11-23, 2011.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 10, p. 37-45, 2007.
- MARQUES, Lilian Argentina B. **O pescador artesanal do Sul**. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte-FUNARTE, Rio de Janeiro: MEC-SEAC, Instituto Nacional do Folclore, 1980. 75p.

MASCARELLO, M. de A.; DOS SANTOS, C. F.; FREIRE, S. G.. Direito de dizer não: o conflito ambiental entre o acesso à água de qualidade e a atividade de mineração em São José do Norte/RS / The Right To Say No: Environmental Conflict Between The Access To Water Of Good Quality And The Mining Activity In São José Do Norte/Rs. **Revista de Direito da Cidade**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 1462-1501, 2022. DOI: 10.12957/rdc.2022.53515. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/53515>. Acesso em: 30 dez. 2023.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. (org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Contexto, 1999.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MPA/MMA. IN Interministerial nº 12 de 22 de agosto de 2012. **Dispõe sobre critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/legislacao/emalhe/instrucao-normativa-mpa-mma-no-12-de-22-08-2012.pdf/view> Acess. 20 Dez. 2023.

NOVACK, George. **Introdução à lógica marxista**. São Paulo: Editora Sundermann, 2006.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunidades em tempo de redes. In: PERUZZO, C. M. K.; COGO, D.; KAPLÚN, G. **Comunicação e movimentos populares: quais redes?**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2002. p. 275-298.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. **Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado**, p. 151-197, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. et al (org.). **A colonialidade do saber: etnocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. **“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis: Campinas (SP): CERES, 2006. 175 p.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 54, n. 1, 2012. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2011.38598. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/38598>. Acesso em: 17 dez. 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SÃO JOSÉ DO NORTE. Lei Municipal nº 866, de 12 de novembro de 2019. Declara como patrimônio histórico cultural imaterial do município de São José do Norte a

atividade da pesca artesanal. **Arquivo digital de Leis municipais – 2019** Disponível em: https://xadmin.s3.us-east-2.amazonaws.com/164/DocumentAssets/109740/images/original/lei_municipal_no_8662019.pdf Acesso em: 07 nov. 2021.

SÃO JOSÉ DO NORTE. **Apresentação do Município**. 2015. n.p. Website. Disponível em: <https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/pagina/apresentacao-do-municipio>. Acesso em: 10 de dez. 2023.

SARTÓRIO, Letícia Figueiredo; FRANZ, Juliana Cristina. A interpretação da cultura na Geografia: origem, identidades e códigos culturais. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 93, p. 54-64, 2023. DOI: 10.14393/RCG249365531. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/65531>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SAQUET, Marco Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins, RS**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SCHWINGEL, Andréia. **Avaliação geoespacial da atividade pesqueira das comunidades de pescadores artesanais de São José do Norte**. 2017. 51 f. Dissertação (Mestrado em Biologia de Ambientes Aquáticos Continentais.) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

SILVA, Adnilson de Almeida. **Territorialidades e identidade do coletivo Kawahib da Terra Indígena URU-EU-WAU-WAU em Rondônia**: Orevaki Are (Reencontro) dos marcadores territoriais. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24230> Acessado em 29 dez. 2023.

SILVA, Adnilson de Almeida. **Territorialidades, identidades e marcadores territoriais: Kawahib da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015.

SILVA, Fabíola Andréa. As tecnologias e seus significados. **Canindé. Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, n. 2, p. [119]-138, 2002.

SILVA, Tomás Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SOARES, Fernando Custódio; SUZUKI, Júlio César. Fotografia e história oral: imagem e memória na pesquisa com comunidades tradicionais. **ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA**, v. 5, 2009. Disponível em: http://escolasaojorge.com.br/site/wp-content/uploads/2016/08/Fotografia-e-Historia-Oral-USP_.pdf Acessado em 26 de mai. 2023.

SOILO, Andressa Nunes. A arte da fotografia na Antropologia: o uso de imagens como instrumentos de pesquisa social. **Revista Habitus**, v. 10, n. 2, 2012.

SOTRATTI, Marcelo Antonio; MARAFON, Glaucio José. A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais: desafios e possibilidades. In:

MARAFON, G. J. et al (org). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, n. 25, 2005.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Trabalho de campo e Geografia. In: **(Re)ligar a Geografia Natureza e Sociedade**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WOODWARD, Kathryn . Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

VASCONCELOS, Marcelo; KALIKOSWKI, Daniela C. Incertezas e desafios na quantificação do número de pescadores artesanais: lições do censo da pesca artesanal no estuário. In: HAIMOVICI, Manuel; ANDRIGUETTO FILHO, José Milton; SUNYE, Patricia Sfair. **A pesca marinha e estuarina no Brasil**. Rio Grande: Editora da FURG, 2014. p. 41-53.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS



Universidade Federal do Rio Grande - FURG
 Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI
 Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGeo

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Nº da entrevista: ____

Data: __/__/__

Identificação:

() Nome / () pseudônimo _____

Idade: _____ Localidade: _____

Tempo de atuação na pesca _____ Escolaridade _____

Sexo/Gênero _____ Religião _____ Cor/raça _____

Possui filhos? () Sim / () Não. Quantos _____; Seguiram na pesca? _____

Autoriza gravação da entrevista [] Sim [] Não.

Apresentação do entrevistado. Por que você se considera pescador? _____

Como foi a sua trajetória com a pesca? _____

O que a pesca representa para você e sua família? _____

Questões

Questão geral 1 - Que elementos compõem as manifestações culturais da pesca artesanal?

Uma busca dos códigos culturais e seus significados.

1.1 Você considera a pesca artesanal uma cultura? O que os pescadores valorizam, ou mantém vivo por considerarem tradições? _____

1.2 Como exemplo, existem práticas culinárias (comidas específicas) que os pescadores possuem preferência, ou costumam fazer? O mesmo ocorre para opções medicinais (como curam ou tratam questões de saúde)? Ou comportamentos, hábitos, que diferenciam os pescadores de São José do Norte? _____

1.3 Seu modo de falar e se comunicar é diferenciado, como em gírias, gestos, expressões? Se sim, poderia me citar exemplos? _____

1.4 Você possui alguma religiosidade? _____

1.5 O que os pescadores daqui costumam fazer quando não estão pescando ou trabalhando? Como se divertem, onde costumam se encontrar, e confraternizar? _____



Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGeo

1.6 Qual a importância da Lagoa dos Patos, do barco e dos locais de pesca, descanso e moradia? Se diferenciam de outras localidades? O que não pode faltar na casa de um pescador? _____

Questão geral 2 – Como ocorrem/ocorreram as transformações destes elementos ao longo dos últimos anos. Que tradições e culturas permanecem e como elas são transformadas?

2.1 Associado aos elementos destacados, você recorda de alguma tradição ou prática que os pescadores artesanais do local costumavam fazer? _____

2.2 Que elementos considera relevantes para a permanência ou saída na pesca artesanal? _____

2.3 Das tradições e costumes que ocorrem aqui, quais você identifica como sendo predominante aqui e quais também costumam ocorrer em outras localidades? _____

2.4 E no território, nos locais de pesca, de festa, de moradia, como você observa as transformações nos últimos anos? _____

2.5 Neste local, se estabelecem pescadores artesanais de fora? Como pessoas de outros locais são recebidas pela comunidade? _____

Termos e expressões: _____

Sugestões _____



Universidade Federal do Rio Grande – FURG
 Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI
 Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGeo

Título da Pesquisa: **Identidades, tradições, territorialidades: os processos de identificação cultural dos pescadores artesanais de São José do Norte/RS**
 Pesquisador Responsável: **Fabrizio Paula de Souza**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo. Esta proposta deve ser lida, concordada e assinada antes de iniciar a atividade de pesquisa.

O objetivo desta pesquisa é compreender como se constituem as culturas dos pescadores artesanais em São José do Norte e tem como justificativa pela grande quantidade de sujeitos que vivem da pesca artesanal neste município, em que se desenvolvem múltiplas manifestações culturais específicas. A pesca artesanal é uma atividade ainda marginalizada, que carece de atenção por parte dos governantes, para valorização e continuidade dos saberes e conhecimentos tradicionais, suas práticas culturais e modos de vida, perante os avanços da modernização.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação tratam-se de responder as perguntas de um roteiro de entrevista ao pesquisador do projeto, contando um pouco de seu cotidiano e atividade profissional, em depoimentos. A entrevista somente será gravada se houver a sua autorização. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 30 minutos. Durante a entrevista, o Sr.(a) será consultado sobre a possibilidade de registro fotográfico. É esperado registro fotográfico de embarcações, utensílios de pesca, as paisagens costeiras, ou mesmo os próprios entrevistados na pesquisa, de forma voluntária e opcional.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. Neste estudo, tratando-se de uma pesquisa qualitativa, ou seja, que busca ouvir e coletar as falas das pessoas, os possíveis riscos ou desconfortos são reduzidos. Os prejuízos comuns a pesquisas envolvendo entrevistas são na forma de desconforto com o longo período de entrevista; possibilidade de constrangimento ao responder questões que envolvem memória e lembranças boas e ruins; medo de não saber responder ou de ser identificado; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha ao responder às perguntas. Entretanto, a ética empregada na pesquisa visa garantir total segurança, com destaque que o sujeito colaborador da pesquisa tem a opção de ser identificado pelo próprio nome ou adotar um pseudônimo (nome fictício) para seu anonimato, em busca de tranquilidade para que esta experiência ocorra da melhor maneira possível.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são: a contribuição do reconhecimento do modo de vida do pescador e seus familiares, a possibilidade de ampliar a compreensão da cultura de cada localidade pesqueira e suas diferenças, fortalecer o vínculo de pertencimento com a cultura local, além de resultar em uma pesquisa que busca valorizar a atividade pesqueira a partir de suas manifestações culturais e identitárias. A partir dos resultados da pesquisa também se espera produzir mecanismos de divulgação dos resultados para visibilizar os elementos que compõem a cultura da pesca, em mostras e atividades culturais, como em escolas e espaços públicos.

Como estratégia de mitigar os malefícios ocasionais da pesquisa, sua participação na pesquisa

 Rubrica do pesquisador

Página 1 de 2

 Rubrica do participante/responsável

Como estratégia de mitigar os malefícios ocasionais da pesquisa, sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, caso opte pelo uso de pseudônimo, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação. Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, pelo telefone 53 99131-1303, endereço Rua 3, N 417, Quinta Secção da Barra, São José do Norte/RS e/ou pelo e-mail fabriciosouza879@gmail.com.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para o pesquisador.

Declaração de Consentimento

Eu, _____ Concordo em participar do estudo intitulado: Identidades, Tradicionalidades, Territorialidades: A Cultura dos Pescadores Artesanais de São José do Norte/RS e [() Sim () Não] autorizo gravação da entrevista.

_____ Assinatura do participante ou responsável	Data: ____/____/____
--	----------------------

Eu, Fabrício Paula de Souza, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

_____ Assinatura do Pesquisador	Data: ____/____/____
------------------------------------	----------------------

APÊNDICE C - Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimento**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu _____,
CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Fabrício Paula de Souza do projeto de pesquisa intitulado "Identities, Tradicionalidades, Territorialidades: A Cultura dos Pescadores Artesanais de São José do Norte/RS" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

São José do Norte, RS ___ de _____ de _____

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável pelo projeto